



VITÓRIA DA
CONQUISTA

EXEMPLO: TALA E BARRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO
CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS PÚBLICAS
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO

CAPA DE PROCESSO

CI Nº 278/2025 - COMPRAS / SMC DATA DE RECEBIMENTO: ____/____/____

Nº GEP: 82121 ANO: 2025

INÍCIO: ____/____/____ TÉRMINO: ____/____/____

TIPO DE MATERIAL:

☐

CONSUMO

☒

PERMANENTE

☐

SERVIÇOS

☐

OBRAS E INSTALAÇÕES

DOAÇÃO Nº ____

CONVÊNIO ☐ NÃO

☐ SIM

DOCUMENTO DE ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação - SMC

LICITAÇÃO MODALIDADE: Pregão e Ata de Registro de Preços (comum)

QUANTIDADE DE PAGINAS: ____

OBSERVAÇÕES/DESCRIÇÃO DO PROCESSO:

Pregão e Ata de Registro de Preços n.º 008/2023 FINE/MEC, ONIVIDA DO PREGÃO
ECONÔMICO 006/2023 FINE/MEC. OBJETIVANDO REVISÃO DE ONIBUS REVISTA ESCOLAR.

TVG BRASIL LTDA

MOVIMENTAÇÃO

CENTRAL DE COMPRAS	GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
--------------------	------------------------

DESTINO	DATA ENTRADA - SAÍDA	DESTINO	DATA ENTRADA - SAÍDA

Diego Lima de Andrade Sousa

Mat: 14861-5

CENTRAL DE COMPRAS

RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

Diego Lima de Andrade Sousa

Mat: 14861-5

RESPONSÁVEL PELO PROCESSO

Dados do contrato:

Início: ____/____/____

Término: ____/____/____

Observações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SEMG - GABINETE DO SECRETÁRIO
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO

Diário de Notícias
Mar. 14. 861

INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SEMG - Gabinete do Secretário
Protocolo (Nº)	82121/2025
Data e hora	04/08/2025 16:58:27
Texto de envio	Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar

Sintia Santos Lima
Responsável pelo envio

SEMG - Gabinete do Secretário
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar SEMG Sintia Santos Lima	À CMP, Por ordem do Secretário de Gestão e Inovação, encaminho a documentação para análise e providências. Atenciosos [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Processos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
82121/2025

Data/Hora de origem:
04/08/2025 16:58:27

Local (Origem):
SEMG - Gabinete do Secretário

Local (Destino):
SEMG - Coordenação de Material e Patrimônio

Resp. (Recebimento)

SEMG - COORDENAÇÃO DE MATERIAL E
PATRIMÔNIO

VITÓRIA DA CONQUISTA

05/08/2025

14:45hs



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMED - NÚCLEO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO

Diário Oficial de Vitória da Conquista
Mat. 12.961-5

INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMED - Núcleo de compras e Patrimônio
Protocolo (Nº)	82121/2025
Data e hora	01/08/2025 10:21:45
Texto de envio	Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar

Elbert Cleber de Santana Monteiro
Responsável pelo envio

SMED - Núcleo de compras e Patrimônio
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar SMED Elbert Cleber de Santana Monteiro	A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO Encaminhamos o processo para análise e seguimento dos trabalhos.

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Processos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
82121/2025

Data/Hora de origem:
01/08/2025 10:21:45

Local (Origem):
SMED - Núcleo de compras e Patrimônio

Local (Destino):
SEMGI - Gabinete do Secretário

Resp. (Recebimento)

SEMGI - GABINETE DO SECRETÁRIO

VITÓRIA DA CONQUISTA ____/____/____

CI nº 278/2025 – COMPRAS/SMED

Vitória da Conquista – BA, 30 de julho de 2025.

GEP 82121/2025

Ao Senhor
Edgard Larry Andrade Soares.
Secretário Municipal de Educação – SMED

A. CMP

Para análise
e Providências
Rômulo Barros
Secretário de Gestão e Inovação
Mat. 30595
05/07/25

Prezado Senhor,

Solicitamos de V. S.ª autorização e o encaminhamento dos procedimentos necessários para a contratação da empresa **IVG BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.519.422/0001-15, para a adesão a Ata de Registro de Preço nº 008/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 006/2023, para aquisição de ônibus rural escolar do tipo ORE 3 – MECÂNICO.

Estamos encaminhando, em anexo, os documentos necessários para a referida contratação.

A dotação orçamentária para empenho da despesa segue mencionada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, conforme – LOA - Lei Orçamentária Anual para 2025 nº 2.958, de 24 de dezembro de 2024:

Ficha Fonte: 1003521569000000000;

Projeto Atividade: 1.003 - Plano de Ações Articuladas - PAR;

Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte de Recurso: 1569000000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE;

Valor R\$ 464.804,01 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e um centavos).

E

Ficha Fonte: 2020521500100100000;

Projeto Atividade: 2.020 - Manutenção e Desenvol. das Ações Educacionais;

Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte de Recurso: 150010010000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação);

À(o) Dept. Licitações
Para análise e providências,
05/08/2025

Tiago Leal Menezes
Administrador
27.055 - CRA/BA
Mat. 24.123-9

Ana Paula Carvalho Viana

Itamar Figueiredo dos Santos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Núcleo de Compras -SMED
www.pmvc.ba.gov.br

Valor de R\$ 32.348,48 (Trinta e dois mil reais, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

O valor para contratação é de R\$ 497.152,49 (Quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).


Ana Paula Carvalho Viana
Núcleo de Compras - SMED
Mat. 14.113-0


Itamar Figueredo dos Santos
Coord. Adm. e Financeira - SMED
Mat. 24596-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

[Handwritten signature]
Vitória da Conquista, 30 de julho de 2025
14.061-5

Protocolo - **82121/2025**

Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar

Vitória da Conquista, 30 de julho de 2025

Prezados(as),

Autorizo o encaminhamento dos procedimentos necessários, a contratação da empresa **IVG BRASIL LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 36.519.422/0001-15**, referente a adesão a Ata de Registro de Preço nº 008/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 006/2023, para aquisição de ônibus rural escolar do tipo ORE 3 - MECÂNICO.

Estamos encaminhando, em anexo, os documentos necessários para a referida contratação.

A dotação orçamentária para empenho da despesa segue mencionada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, conforme - LOA - Lei Orçamentária Anual para 2025 nº 2.958, de 24 de dezembro de 2024

Ficha Fonte: 100352156900000000;

Projeto Atividade: 1.003 - Plano de Ações Articuladas - PAR;

Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte de Recurso: 156900000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE;

Valor **R\$ 464.804,01 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e um centavos)**.

Ficha Fonte: 202052150010010000;

Projeto Atividade: 2.020 - Manutenção e Desenvol. das Ações Educacionais;

Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

1735

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**VITÓRIA DA
CONQUISTA**

06



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Handwritten signature
Dilmar Lima de Andrade e Sousa
14.06.15

Fonte de Recurso: 150010010000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)

Valor de **R\$ 32.348,48 (Trinta e dois mil reais, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).**

O valor para contratação é de **R\$ 497.152,49 (Quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos)**, obtidos a partir de cotações realizadas no mercado.

Atenciosamente,

Handwritten signature
EDGARD LARRY ANDRADE SOARES
SECRETÁRIO
24559-2
GABINETE DO SECRETÁRIO - SMED



Diego Lima de Sousa
Mat. 14.064/3

Ofício n.º 2289

Sete Lagoas, 26 de junho de 2025

A(o) Senhor(a)
ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
SBS, Quadra 02, Bloco F - Edifício FNDE - 1º andar
Brasília-DF, CEP 70070-929
E-mail: sigarp@fnde.gov.br

Assunto: **Ciência da obrigação de fornecimento vinculado à(s) Ata(s) de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 06/2023/FNDE/MEC;**
Solicitação SIGARP nº: 103658 - Forma de Pagamento: Transferência Direta;

Prezado(a) Senhor(a),

Tendo em vista o compromisso firmado por esta empresa perante o FNDE por meio da(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 06/2023/FNDE/MEC, declaramos que estamos cientes da nossa obrigação de fornecimento à(ao) PREF MUN DE VITORIA DA CONQUISTA (VITORIA DA CONQUISTA/BA e 14.239.578/0001-00) na condição de Órgão Participante de Compra Nacional, na forma disposta a seguir:

Solicitação SIGARP nº: 103658

ATA N.º	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VIGÊNCIA	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
08/2023	3	Ônibus Rural Escolar (ORE 3) - Transmissão Mecânica	28/12/2023 a 28/12/2025	1,00	497.152,49	497.152,49
TOTAL						497.152,49

2. Dessa maneira, aguardamos manifestação da Entidade supracitada para a conclusão dos trâmites relacionados à assinatura do instrumento contratual e estamos cientes de que o contrato não poderá ser assinado fora do prazo de vigência da(s) ata(s), em observância às disposições do Decreto n.º 11.462/2023. Além disso, reiteramos nosso compromisso em inserir cópia assinada do futuro contrato no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço - SIGARP.

3. Por fim, declaramos que estamos cientes da nossa obrigação em realizar o fornecimento dos itens acima relacionados em total conformidade ao edital do Pregão

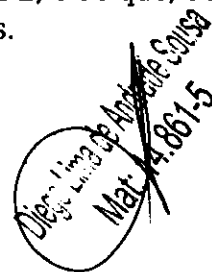
08

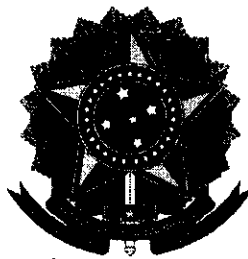
Eletrônico e seus anexos, à(s) Ata(s) de Registro de Preços, à nossa proposta comercial e ao contrato que vier a ser assinado, segundo minuta padrão aprovada pelo FNDE, e de que, do contrário, estamos sujeitos à aplicação das sanções administrativas previstas.

Atenciosamente, **DEBORA ROCHA**
COSTA:0494587
6606

Assinado de forma digital
por DEBORA ROCHA
COSTA:04945876606
Dados: 2025.06.26
18:17:20 -03'00'

DEBORA ROCHA COSTA





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS
SBS QUADRA 02 - BLOCO F - EDIFÍCIO FNDE - 1º ANDAR - CEP 70.070-929
TEL: (61) 0800 616161, opção 2, 2 e 4
E-mail: sigarp@fnde.gov.br

Mat: 14.861-9

Autorização n.º 1437/2025 - CGCOM/DIRAD/FNDE

Brasília, 27 de junho de 2025

A(o) Senhor(a) Dirigente -
PREF MUN DE VITORIA DA CONQUISTA - VITORIA DA CONQUISTA/BA
CNPJ: 14.239.578/0001-00
Contatos: fone: (77) 3424-8500, e-mail: gabinetedaprefeita@pmvc.ba.gov.br

Assunto: Autorização para utilização da(s) Ata(s) de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 06/2023/FNDE/MEC - Órgão Participante de Compra Nacional
Solicitação SIGARP nº: 103658 - Forma de Pagamento: Transferência Direta

Senhor(a) Dirigente

Em observância às disposições do Decreto n.º 11.462/2023, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, enquanto Órgão Gerenciador de registro de preços, neste ato representado pelo(a) Coordenador(a)- Geral de Mercado, Qualidade e Compras, autoriza que essa Entidade, na condição de Órgão Participante de Compra Nacional, utilize a(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 06/2023/FNDE/MEC, na forma descrita abaixo:

Solicitação SIGARP nº: 103658

ATA N.º	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VIGÊNCIA	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
08/2023	3	Ônibus Rural Escolar (ORE 3) - Transmissão Mecânica	28/12/2023 a 28/12/2025	1,00	497.152,49	497.152,49
TOTAL						497.152,49

2. Informamos que o edital do Pregão Eletrônico nº 06/2023, as publicações no Diário Oficial da União, a(s) Ata(s) de Registro de Preços, a proposta comercial da empresa fornecedora e demais orientações encontram-se em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/atas-de-registro-de-precos/ata-de-registro-de-preco-nacionais> e nos anexos do

10

3. Oportunamente, ressaltamos que a contratação do(s) item(itens) solicitado(s) deverá ser realizada por essa Entidade diretamente com a empresa fornecedora registrada na(a) Ata(s), o que poderá ser feito por meio do SIGARP, na opção "Contratação - Gerar Contrato". Ademais, **essa contratação deverá ser realizada em até 90 dias, nos Termos da Portaria-FNDE nº 341, de 19 de junho de 2023, dentro do prazo máximo de vigência da(s) ata(s).**

4. Caso essa Entidade desista de firmar o contrato com o fornecedor, pedimos que seja realizada a Solicitação de Cancelamento no SIGARP, para melhor controle da utilização dos quantitativos registrados.

5. Cumpre informar que é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme prazo estabelecido na Lei 14.133/21. Maiores informações devem ser obtidas pelo telefone 0800.978.9001 ou no Portal de Atendimento <https://portaldeservicos.economia.gov.br/pt>.

6. Importante destacar, ainda, que a garantia da legalidade das ações subsequentes, derivadas desta autorização, são de responsabilidade das partes envolvidas na relação contratual.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO, COORDENADOR(A) GERAL, FNDE/DIRAD/CGCOM, em 27/06/2025, 17:03, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015

Para verificar a autenticidade deste documento, consulte em <https://www.fnde.gov.br/autenticidade/index.php>, digitando o seguinte código: 1297608bb71ff98e50969e51b8517497



Financeiro SMED <financeiro.smed@pmvc.ba.gov.br>

Fwd: Solicitação deferida no SIGARP

1 mensagem

Secretaria Municipal de Educacao SMED <smed@pmvc.ba.gov.br>

1 de julho de 2025 às 14:45

Para: Coordenação PAR <coordenacaopar.smed@gmail.com>, Financeiro SMED <financeiro.smed@pmvc.ba.gov.br>

Prezados(as),

Encaminhado para verificação.

Atenciosamente,
Jacira Costa

----- Forwarded message -----

De: **Gabinete da Prefeita GAC** <gabinetedaprefeita@pmvc.ba.gov.br>

Date: seg., 30 de jun. de 2025 às 09:28

Subject: Fwd: Solicitação deferida no SIGARP

To: Secretaria Municipal de Educacao SMED <smed@pmvc.ba.gov.br>

Para conhecimento do Secretário Edgard Larry.

Atenciosamente,

Jane Sála
Secretária Executiva / CACI

----- Forwarded message -----

De: **SIGARP** <sigarp.noreply@fnde.gov.br>

Date: sáb., 28 de jun. de 2025 às 04:01

Subject: Solicitação deferida no SIGARP

To: <gabinetedaprefeita@pmvc.ba.gov.br>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIRAD
COORDENAÇÃO-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS - CGCOM

SBS Q. 2, Bloco F, Edifício FNDE - 70070-929 - Brasília, DF

Telefone: 0800 616161 - e-mail: sigarp@fnde.gov.br

Site: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais>**Brasília/DF, 28 de Junho de 2025**

Prezado(a) Gestor(a),

1. Informamos que foi **DEFERIDA** no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço - SIGARP a **Solicitação nº 103658**, para utilização da(s) ata(s) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, decorrente(s) do **Pregão Eletrônico nº 06/2023 (Eventual aquisição de Ônibus Escolar dos tipos Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA).)**. Por oportuno, registra-se que os ofícios de ciência do fornecedor e de autorização do FNDE estão disponíveis no SIGARP.

2. Esclarecemos que a geração dos contratos referentes ao(s) item(itens) solicitado(s) deverá ser realizada no SIGARP, na opção "Contratação", "Gerar Contrato". Este procedimento realizado dentro do Sistema assegura o cumprimento das cláusulas necessárias estabelecidas no art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como assegura que as cláusulas estejam de acordo com a minuta de contrato aprovada pela Procuradoria Federal junto ao FNDE, consoante o exposto no § 4º do art. 7º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

(...)

4º O exame e a aprovação das minutas do edital, dos avisos ou dos instrumentos de contratação direta e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora.

3. Posteriormente, informamos que a assinatura do contrato deverá ser realizada por essa Entidade **diretamente com o fornecedor ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, que deverá inserir o referido documento no sistema.**

4. Ainda, destacamos a obrigatoriedade de que a contratação seja realizada **em até 90 dias**, a contar da aprovação da solicitação, **nos Termos da Portaria-FNDE nº 341, de 19 de junho de 2023, dentro do prazo máximo de vigência da(s) ata(s).** Solicitamos especial atenção para a necessidade de formalizar no SIGARP pedido de cancelamento, caso essa Entidade decline da intenção de contratação.

5. Para maiores informações e orientações sobre as especificações técnicas, manuais e listas de verificação para auxiliar no controle de qualidade, consulte o do Portal do FNDE: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais>. Para esclarecimentos adicionais, enviar e-mail para sigarp@fnde.gov.br.

Atenciosamente,

Coordenação de Gerenciamento de Atas e Controle de Qualidade - CORPQ

Coordenação-Geral de Mercado, Qualidade e Compras - CGCOM

CORPQ/CGCOM/DIRAD/FNDE

--

Gabinete da Prefeita
Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
(77) 3424-8534 / 8536

--

Secretaria Municipal de Educação/SMED
Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
(77) 3429-7750

2 anexos

 **gerar-contrato-no-sigarp.pdf**
3037K

 **cancelar-solicitacao-no-sigarp.pdf**
2477K



C.I. nº 497/2025 - Coordenação de Transporte/SMED

Vitória da Conquista, 18 de julho de 2025

Assinatura de Andrade Sousa
18/07/2025
Mat. 14.881-5

À Senhora Grazielly Lemos dos Santos da Rocha
Diretora Administrativa - SMED

Assunto: ADESÃO À ATA 08/2023 PARA AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR

Por meio da presente Comunicação Interna (C.I), solicitamos autorização e posterior encaminhamento para adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 06/2023, que trata da aquisição de Ônibus Rural Escolar, do tipo ORE 3 – Mecânico.

Informamos que a empresa IVG Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 36.519.422/0001-15, manifestou sua anuência para o fornecimento do item por meio do Ofício nº 2289.

O valor estimado da aquisição é de **R\$ 497.152,49** (quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), sendo:

- **R\$ 464.804,01** (quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e um centavo) oriundos do programa Novo PAC Caminho da Escola; e
- **R\$ 32.348,48** (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) de contrapartida do município.

A adesão à referida ata é necessária para o cumprimento do Termo de Compromisso PAC nº 957902-4, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo objeto pactuado é justamente a aquisição de um ônibus rural escolar. Conforme estabelecido no termo de compromisso, a aquisição deve ser realizada obrigatoriamente por meio da adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023, da qual o FNDE é o órgão gerenciador.

Alex Santos Teixeira
Coordenação de Transporte
SMED
Mat. 305880



O veículo será destinado ao transporte de alunos da rede pública municipal, serviço atualmente oferecido pela Secretaria Municipal de Educação a 10.078 (dez mil e setenta e oito) estudantes. Atualmente, o município conta com apenas 39 (trinta e nove) veículos próprios, sendo as demais rotas atendidas por meio de contratos terceirizados. A aquisição visa à ampliação da frota, assegurando melhores condições de segurança e qualidade no transporte escolar.

Além disso, a medida contribui diretamente para a redução da evasão escolar, ao garantir o acesso diário e a permanência dos alunos matriculados na educação básica da rede pública municipal.

Diante do exposto, e considerando que a Ata em questão é vinculada ao próprio ente responsável pelo repasse dos recursos, solicitamos a autorização para adesão ao item e quantitativo, conforme especificado no Anexo I, para atendimento no exercício de 2025.

Anexo I

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Ônibus Rural Escolar ORE 3 - Mecânico	01	R\$497.152,49	R\$497.152,49

Ademais, o objeto da contratação está previsto no ID nº 932 – BENS MÓVEIS PERMANENTES – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EMBARCAÇÕES do Plano de Contratações Anual 2025, publicado no Diário Oficial do município, sendo que a aquisição será viabilizada por meio das seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual de 2025 – LOA (Lei nº 2.958, de 24 de dezembro de 2024).

Dotação 01

Ficha Fonte: 100352156900000000

Projeto Atividade: 1.003 – Plano de Ações Articuladas – PAR

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.000 – Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 44.90.52.00.000 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 156900000000 – Outras Transferências de Recursos do FNDE



Valor: R\$ 464.804,01 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e um centavo)

Dir. Municipal de Educação
Mat. 14.881/5

Dotação 02

Ficha Fonte: 100352156900000000

Projeto Atividade: 2.020 – Manutenção e Desenvolvimento das Ações Educacionais

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.000 – Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 44.90.52.00.000 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 150010010000 – Recursos Não Vinculados de Impostos (Educação)

Valor: R\$ 32.348,48 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

Por fim, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou necessidades e agradecemos, desde já, pela atenção e pelas providências que se fizerem necessárias.


ALEX SANTOS TEIXEIRA
Coordenação Transporte Escolar – SMED
Matrícula 30588-0



**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Educação
COORDENAÇÃO FINANCEIRA
www.pmvc.ba.gov.br

Diário de Contas de Antônio Sousa
Mat: 14.884.5

PROTOCOLO: 82121/2025

C.I nº 0305/2025 – COF/SMED

Vitória da Conquista, 30 de julho de 2025.

A Sua Senhoria a Senhora
Ana Paula Carvalho Viana
Núcleo de Compras e Patrimônio - SMED

Senhora,

Autorizamos a Vossa Senhoria iniciar adesão a Ata nº 08/2023-FNDE, oriunda do Pregão Eletrônico nº 06/2023-FNDE, para aquisição de Ônibus Rural Escolar, do tipo ORE 3 – Mecânico, conforme o Termo de Compromisso PAC nº 957902-4, em nome da empresa: **IVG BRASIL LTDA** – CNPJ: 36.519.422/0001-15, conforme solicitação por meio da CI nº 497/2025 da Coordenação de Transporte/SMED.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, conforme – LOA - Lei Orçamentária Anual para 2025 - Lei nº 2.958, de 24 de dezembro de 2024:

Ficha Fonte: 100352156900000000;

Projeto Atividade: 1.003 - Plano de Ações Articuladas - PAR;

Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte de Recurso: 156900000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE;

Valor R\$ 464.804,01 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e um centavos).

E

Ficha Fonte: 202052150010010000;

Projeto Atividade: 2.020 - Manutenção e Desenvol. das Ações Educacionais;

Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;

SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente;



**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
PREFEITURA



**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Educação
COORDENAÇÃO FINANCEIRA
www.pmvc.ba.gov.br

Recibo de Matrícula
Mat. 248615

Fonte de Recurso: 150010010000 - Recursos não Vinculados de Impostos -
(Educação);

Valor de R\$ 32.348,48 (Trinta e dois mil reais, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

Total do contrato R\$ 497.152,49 (Quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

Itamar Figueredo dos Santos
Coordenador Financeiro- SMED
Mat. 24866-4



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

SEC MUN DE EDUCACAO

PEDIDO DE COMPRA



Pedido Nº:	062093 / 2025 - 30/07/2025	Processo Nº	/
Unidade:	SEC MUN DE EDUCACAO		
Requisitante:	SETOR DE TRANSPORTES - SMED		
Secretário:	EDGARD LARRY ANDRADE SOARES		

Justificativa:

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008/2023, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023, PARA AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RUARAL ESCOLAR DO TIPO ORE 3 - MECÂNICO.

Dotação:

PROJETO ATIVIDADE: 1.003
ELEMENTO DE DESPESA: 44905200000
FONTE DE RECURSO: 156900000000

Observações:

Item	Código	Apresentação	Quantidade	Especificação
00001	00021541	UN	1,00	ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 3

REQUISITANTE

Assinatura e Carimbo

DIRETOR ADM FINANCEIRO

Assinatura e Carimbo

Alex Santos Teixeira
Coordenação de Transporte SMED
Matricula: 305880

Itamar Figueiredo dos Santos
Coordenador Financeiro - SMED
Mat. 14596-4

Edgard Larry Andrade Soares
Secretário Mun. de Educação
Mat. 04.24559-2



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

<https://www.pmvc.ba.gov.br/>



QUADRO COMPARATIVO DA PESQUISA DE PREÇOS

Pesquisa de Preços N° 053619/2025 - Processo N° GEP82121/2025 - MENOR PREÇO GLOBAL

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	IVG BRASIL LTDA		Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
						Unitário	Total								
00001	00001	00021541	ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 3	UN	1	497.152,49 0	497.152,49								
Valor Total OBTIDO								497.152,49							
Valor Total VENCIDO								497.152,49							

Alex Santos Teixeira
Coordenação de Transporte SMED
Matrícula: 305880

Itamar Figueiredo dos Santos
Coordenador Financeiro - SMED
Mat. 24596-4

Edgard Larry Andrade Soares
Secretário Mun. de Educação
Mat. 04.24559-2

Edgard Larry Andrade Soares
Mat. 14.864-5



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Governo do Estado da BAHIA



VENCEDORES DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços N° 053619/2025 - 30/07/2025 - Processo N° GEP82121/2025

Vencedor	IVG BRASIL LTDA						
CNPJ	36.519.422/0001-15						
Endereço	RODÓVIA MG 238, S/N - DISTRITO INDUSTRIAL - SETE LAGOAS - MG - CEP: 45000000						
Contato	3140420713						

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00021541	ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 3	UN	1,00	497.152,49	497.152,49

Total do Fornecedor: 497.152,49

Total Geral: 497.152,49

De: Ilmar Antônio de Jesus da Silva, da Vitória da Conquista,
Governo do Estado da Bahia, MP.

VENDEDOR: IVG BRASIL LTDA

Alex Santos Teixeira
Coordenação de Transporte SMED
Matrícula: 305880

Itamar Figueiredo dos Santos
Coordenador Financeiro - SMED
Mat. 4596-4

Edgard Larry Andrade Soares
Secretário Mun. de Educação
Mat. 04.24559-2



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Na qualidade de ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Educação, declaro que a despesa prevista está adequada à Lei nº 14.133/21, portanto incluída no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

A despesa prevista preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16º e 17º. O impacto orçamentário-financeiro não ultrapassará os dois exercícios subsequentes (se o impacto ultrapassar dois exercícios subsequentes deverá ser observado todos os aspectos relativos às despesas de duração continuada).

Informamos que a despesa prevista se refere à Dotação Orçamentária. Ficha Fonte: Ficha Fonte: 100352156900000000; Projeto Atividade: 1.003 - Plano de Ações Articuladas - PAR; Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente; SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso: 156900000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE; Valor R\$ 464.804,01 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e um centavos); Ficha Fonte: 202052150010010000; Projeto Atividade: 2.020 - Manutenção e Desenvol. das Ações Educacionais; Elemento de Despesa: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente; SubElemento: 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso: 150010010000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação); Valor de R\$ 32.348,48 (Trinta e dois mil reais, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos). Total do Contrato é de R\$ 497.152,49 (Quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

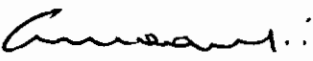
Objeto da Despesa: contratação da empresa IVG BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.519.422/0001-15, referente a adesão a Ata de Registro de Preço nº 008/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 006/2023, para aquisição de ônibus rural escolar do tipo ORE 3 – MECÂNICO

CÓD. ÓRGÃO / UNIDADE EXECUTORA	PROGRAMA/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	DE FONTE RECURSO
2400	1003	44905200000	156900000000
	2020	44905200000	150010010000
VALOR TOTAL			R\$ 497.152,49

Declaro a existência de saldo orçamentário disponível e suficiente para o empenho da despesa prevista, considerando o comprometimento do saldo apresentado com outras despesas já existentes e novos processos em andamento.

Declaro, ainda, que os valores do impacto orçamentário-financeiro que ultrapassarem o exercício vigente serão incluídos nos valores das despesas do órgão que irão compor a LDO e a LOA para o exercício subsequente.

Vitória da Conquista - BA, 30 de julho de 2025.


Edgard Larry Andrade Soares
Secretário Municipal de Educação
Mat.04. 24545-4

PREGÃO ELETRÔNICO

06/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: 153173

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

OBJETO

Registro de preço nacional para futura e eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 09/10/2023 ÀS 09H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

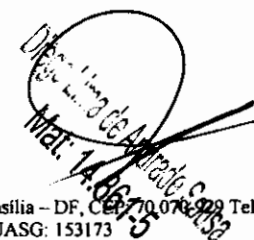
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18



23



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929
Telefone: 0800-616161 - <https://www.fnde.gov.br>

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.028908/2022-18)

Torna-se público que o FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, por meio da Coordenação Geral de Articulações e Contratos - CGARC, sediado no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco "F", Edifício FNDE, na cidade de Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.378.257/0001-81, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preço nacional para futura e eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 200 (duzentos) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Considerando a adoção, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-

se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2. empresas brasileiras;

6.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3 e 4 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado

o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.0.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.0.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação do protótipo, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-lo, conforme disciplinado no Edital e seus anexos, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Os documentos necessários para a comprovação de qualificação técnica do protótipo serão descritos no Edital e seus anexos, conjuntamente com os procedimentos de controle de qualidade, conforme descrição constante do item 4.3 do Termo de Referência e demais anexos.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a inspeção dos protótipos, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados da 1ª Etapa do Controle de Qualidade: Fase 1 – Análise Documental e Fase 2: Inspeção do Protótipo serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega do protótipo ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de protótipo fora das especificações previstas neste Edital e seus anexos, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se o protótipo apresentado pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das documentações e dos protótipos e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Edital e seus anexos.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por prova de autenticidade de documento passa a poder ser feita "mediante a declaração de autenticidade por advogado, sob sub responsabilidade pessoal.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018 art. 2º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-

los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar protótipo;

12.1.2.5. apresentar proposta, documentos ou protótipo em desacordo com as especificações do edital e seus anexos;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

12.1.9. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às regras do Controle de Qualidade previstas no Edital e seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, aplicar ao fornecedor registrado as sanções abaixo, segundo gravidade da falta cometida.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 10% incidente sobre o valor do item que deu causa a sanção, sendo recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5,

12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 0,5% a 15% do valor total do item do processo licitatório que deu causa a sanção.

12.4.1.1. Para a infração prevista no item 12.1.9, a multa será de 0,5% a 10% do valor

12.4.1.2. unitário do objeto cuja regras não foram atendidas durante o controle de qualidade;

12.4.1.3. total do item gerenciado em adesões à ata de registro de preços, quando as obrigações advindas da ata pactuada e das regras do Edital vierem a ser descumpridas.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial

no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail compc@fnde.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, SBS, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE, CEP 70.070-929, Setor de Licitação/CGARC/DIRAD.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.1.2. Encarte A – Modelo de Proposta de Preços

14.11.1.3. Encartes B e C – Cadernos de Informações Técnicas e Anexo de Controle de Qualidade

14.11.1.4. Encarte D – Termo de Recebimento Provisório

14.11.1.5. Encarte E – Termo de Recebimento Definitivo

Diário da Administração
Mat: 14.0615

- 14.11.1.6. Encarte F – Termo de Recusa do Objeto
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.3.1. Cadastro Reserva
 - 14.11.3.2. Termo de Ciência e Responsabilidade

Brasília, 26 de Setembro de 2023.

LEILANE MENDES BARRADAS
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO - DIRAD

Carla Lins de Andrade
Mat: 14.861/5



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
 Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco 1, Edifício FNDE, Anexo A ao Setor, Brasília/DF, CEP 70070-920
 Telefone: (0800-615151) - <https://www.fnde.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23034.028908/2022-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1: Item X Quantidades

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.
1	ORE 1	Mecânica	610414	Unidade	4.000
2	ORE 2	Mecânica	610415	Unidade	3.600
3	ORE 3	Mecânica	610416	Unidade	3.500
4	ORE 0 4X4	Mecânica	610418	Unidade	400
5	ORE 1 4X4	Mecânica	610417	Unidade	1.000
6	ONUREA PA	Mecânica	610447	Unidade	1.600
7	ONUREA PB	Mecânica	610446	Unidade	800
8	ORE 1	Automática	610414	Unidade	180
9	ORE 2	Automática	610415	Unidade	150
10	ORE 3	Automática	610416	Unidade	180
11	ORE 1 4X4	Automática	610417	Unidade	100
12	ONUREA PA	Automática	610447	Unidade	100
13	ONUREA PB	Automática	610446	Unidade	40
14	ORE 1	Automatizada	610414	Unidade	180
15	ORE 2	Automatizada	610415	Unidade	150
16	ORE 3	Automatizada	610416	Unidade	180
17	ONUREA PA	Automatizada	610447	Unidade	100
18	ONUREA PB	Automatizada	610446	Unidade	40
TOTAL GERAL				16.300	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços do FNDE é de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelecido no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência do contrato com os entes federados é de até 330 dias, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. A ata de registro de preço e o contrato deferido terão maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência do registro do FNDE e da contratação com os entes federados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto desse registro de preço nacional está previsto no Plano de Compras Nacional para a Educação (PCNE) 2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade:

4.2. Os requisitos de sustentabilidade se encontram pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Do Controle de Qualidade

4.3. Após o pregoeiro dar o aceite na proposta melhor classificada, será iniciada a 1ª Etapa do Controle de Qualidade, que será composta por 2 (duas) fases determinadas, a saber:

I - Fase 1 - Análise Documental: o pregoeiro solicitará ao licitante, classificado provisoriamente em primeiro lugar, para que apresente em até 20 (vinte) dias os documentos técnicos do objeto, estabelecidos no Anexo do Controle de Qualidade, que serão analisados pela Comissão Técnica em até 10 dias;

II - Fase 2 - Inspeção do Protótipo: o pregoeiro solicitará ao licitante, classificado provisoriamente em primeiro lugar, para que após a aprovação da documentação na Fase 1 apresente em até 100 (cem) dias, 01 (um) protótipo do veículo para realização da inspeção, juntamente com o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Denatran nº 130/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVM, compatível com o CAT, que serão apresentados na Fase 2 (inspeção do protótipo), conforme demonstrado acima.

4.3.1. Ressalta-se que na Fase 1 (análise documental) estão excluídos da análise o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Denatran nº 130/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVM, compatível com o CAT, que serão apresentados na Fase 2 (inspeção do protótipo), conforme demonstrado acima.

4.3.2. Destacamos que durante as Fases 1 e 2, também, deverão ser entregues os relatórios ou laudos de ensaios dispostos no Anexo do Controle de Qualidade, observando o solicitado em cada fase.

4.3.3. O resultado da Fase 1 do controle de qualidade será divulgado pelo pregoeiro no Portal de Compras Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) que, em caso de aprovação, convocará o licitante para a Fase 2 do controle de qualidade.

4.3.4. A apresentação do CAT e do LCVM, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.

4.3.5. Durante a Fase 2 de controle de qualidade poderão ser solicitados documentos complementares, adicionais, relativos ao controle de qualidade.

4.3.5.1. A inspeção do protótipo, bem como os eventuais documentos complementares, relativos ao controle de qualidade solicitados na Fase 2, serão solicitados no Portal de Compras Públicas do Governo Federal, bem como, será divulgado a data, local e horário da realização da inspeção do protótipo, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores participantes do certame.

4.4. No caso de não haver a apresentação ou caso ocorra atraso na disponibilização do protótipo e/ou na documentação, sem justificativa aceita, a proposta será recusada.

4.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.6. Se o(s) protótipo(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação dos(s) protótipo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes do Edital e seus anexos.

4.7. Os protótipos serão avaliados na 1ª Etapa do Controle de Qualidade e a proposta vencedora na 2ª Etapa do Controle de Qualidade, em regra, nas planas produtivas das unidades fabris, indicadas pelo licitante/fornecedor, conforme proposta para o item, exceto em condições supervenientes que exijam tratamento diverso.

4.8. As etapas de controle de qualidade dos ônibus escolares deverão obedecer às normas estabelecidas no Anexo do Controle de Qualidade contidos no Encarte B e C deste termo.

4.9. É facultada a prorrogação dos prazos estabelecidos no item 4.3, a partir de solicitação formalizada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo de cada fase e a partir da aprovação pelo FNDE.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto desse registro de preço e do contrato.

Garantia da contratação

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 56 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.12. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato, observando o prazo disposto no art. 56, II, §3º e art. 97, I da Lei n. 14.133/2021.

4.13. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os veículos deverão ser entregues individualmente contendo os itens descritos no Edital e seus anexos sendo destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Prazo de entrega:

5.2. O prazo para a produção e a entrega dos veículos previstos nesta contratação será de até 260 (duzentos e sessenta) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato e da ordem de serviço, privando-se o prazo de fato que ocorrer por último, obedecendo o escalonamento do cronograma abaixo, no endereço do contratante previsto no instrumento contratual.

Tabela 2: Prazos de Entrega em dias corridos por Quantidades e Região

Região	Até 100 unidades	De 101 a 200 unidades	De 201 a 400 unidades	Mais de 400 unidades
Norte	180	200	230	260
Nordeste	150	170	200	230
Centro-Oeste	130	150	180	210
Sudeste	130	150	180	210
Sul	130	150	180	210

5.2.1. A extensão dos prazos de entrega previstos no cronograma do item anterior, aplica-se apenas quando o contrato se referir a adição para aquisição de mais de 100 (cem) unidades e deve ser negociada em comum acordo entre as partes contratantes.

5.3. Os veículos deverão ser entregues no endereço informado pela CONTRATANTE dentro do prazo definido no item 5.2.

5.4. Em função da distância entre os locais de produção e os endereços dos contratantes, os veículos poderão ser entregues com a quilometragem máxima, por Unidade da Federação, conforme constante dos respectivos Encargos dos Cadernos de Informações Técnicas.

5.5. A quilometragem indicada nos respectivos Encargos dos Cadernos de Informações Técnicas (CIT) poderá ter uma tolerância de até mais 20% na quilometragem para entrega desde que o percurso nacional do "Trajeto da Entrega" assim o requiera.

5.6. O transporte e a entrega dos veículos são de responsabilidade da contratada e deverão ser entregues conforme quantitativos e endereços dos destinatários a serem fornecidos à contratada, pela contratante, por ocasião da celebração do instrumento contratual.

5.7. Os ônibus escolares serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações técnicas constantes dos Cadernos de Informações Técnicas e na proposta. Encarte D – Termo de Recebimento Provisório.

5.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações previstas, devendo ser substituídos e/ou reparados, à custa da contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada. Encarte F – Termo de Recusa do objeto.

5.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo assinado pela contratante. Encarte E – Termo de Recebimento Definitivo.

5.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.12. O contrato deverá oferecer garantia de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega dos veículos.

5.13. O fabricante/encarregador deverá disponibilizar, uma oficina ou concessionária em cada unidade da federação.

5.14. O contrato deverá oferecer ainda 02 (duas) manutenções preventivas obrigatórias, constante do Manual de Operações, nas oficinas das concessionárias do fabricante/encarregador, cuja periodicidade será determinada pelo quilometragem e/ou o tempo de uso do veículo.

5.15. No caso em que o município do contratante estiver localizado a mais de 200 km de distância da rede de concessionárias do fabricante/encarregador, as manutenções preventivas obrigatórias deverão ser feitas pelo fabricante (concessionárias ou prepostos) no município do endereço do contratante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, atendidas tais circunstâncias mediante simples apontia.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratação, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.7.2. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação temporária ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.7.6. Os fiscais do Contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atestado dos ônibus escolares contratados, podendo utilizar, entre outros, instrumentos de controle e checagem, lista de verificação ou Relatório de Análise do Produto – RAP que venha a ser disponibilizado pelo FNDE como instrumento administrativo auxiliar do processo de controle de qualidade, no âmbito da assistência técnica a que se refere a Lei nº 5.537/1968.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apontamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, Lei nº 14.133, de 2021, art. 22, VI).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará temporariamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da regularidade e adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pelo gesto dos ônibus escolares contratados, podendo utilizar, entre outros, instrumentos de controle e checagem, lista de verificação ou Relatório de Análise do Produto – RAP que venha a ser disponibilizado pelo FNDE como instrumento administrativo auxiliar do processo de controle de qualidade, no âmbito da assistência técnica a que se refere a Lei nº 5.537/1968.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de modo a garantir a conformidade com as condições a execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquilada, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anota os problemas que obtem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, XI).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CÂMBIOS DE MODIFICAÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recolhimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. A composição da entrega se dará por meio do Termo de Recolhimento Provisório dos Ombus Excluídos, conforme modelo constante do Anexo D - Termo de Recolhimento Provisório a ser assinado por representante da CONTRATANTE no momento da entrega.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recolhimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital/ Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação de constatação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recolhimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recolhimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recolhimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a deteção do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de contravirção sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela inconvencida de execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recolhimento definitivo.

7.7. O recolhimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pelo perfeita execução do contrato.

7.8. Liquidação

7.8. Recibida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 73, §3º da Instrução Normativa SEGSI/ME nº 77/2022.

7.8.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.2. o prazo de validade;

7.8.3. a data de emissão;

7.8.4. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.5. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.6. o valor a pagar; e

7.8.7. eventual destaque do valor de retensões tributárias cabíveis.

7.8.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reabilhando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetivado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recolhimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.15. Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGSI/ME nº 77, de 2022.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPP de correção monetária.

7.17. Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREÇO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de acordo com o quantitativo solicitado e os lotes dispostos no cronograma de entrega a ser negociado entre o fornecedor registrado e o ente federado, podendo a entrega ser integral ou parcelada.

8.3. Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar as seguintes exigências:

8.4. Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Emprego individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempendedor individual - MEI: Certificação da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-parceiros/pt/seguidor/condicao-mei>;

8.7. Sociedade empresarial, sociedade limitada unipessoal - SU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresarial estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com anotação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia geral, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro no <https://www.gov.br/empresas-e-parceiros/pt/seguidor/condicao-mei>;

8.12.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da comprovação respectiva

- | | |
|--|--|
| 8.13. | Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso. |
| 8.14. | Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pelo Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB) e pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por seus administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procurador-Geral da Fazenda Nacional. |
| 8.15. | Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). |
| 8.16. | Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. |
| 8.17. | Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertencente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. |
| 8.18. | Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. |
| 8.19. | Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. |
| 8.20. | O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. |
| Qualificação Econômico-Financeira | |
| 8.21. | Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa RFB nº 116, de 2021). |
| 8.22. | Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II). |
| 8.23. | Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: |
| 8.23.1. | Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); |
| 8.23.2. | As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. |
| 8.23.3. | Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; |
| 8.23.4. | Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. |
| 8.24. | Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) sobre total estimado do item pertinente. |
| 8.25. | As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). |
| 8.26. | O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. |
| Qualificação Técnica | |
| 8.27. | Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso. |
| 8.27.1. | Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos encerrados com as seguintes características mínimas: |
| 8.27.2. | Atestado(s)/declaração(ões) de capacidade técnica dos licitantes, fornecedor(s) por empresas distintas, públicas ou privadas, em papel timbrado da pessoa jurídica, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do quantitativo estabelecido. |
| 8.27.3. | Caso o(s) atestado(s)/declaração(ões) seja(m) insuficiente(s) para atender, concomitantemente, a todas os itens para os quais foi comecado, o licitante restará classificado apenas naqueles em que o(s) atestado(s)/declaração(ões) seja(m) suficiente(s), observado o seguinte critério: |
| 8.27.3.1. | Melhor classificação; |
| 8.27.3.2. | Maior desconto; |
| 8.27.3.3. | Maior valor estimado. |
| 8.27.4. | O licitante deverá atestar, por meio da declaração, o cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência caso se encaixe nos quantitativos dispostos no art. 93 da Lei nº 8.113/1991. |
| 8.27.5. | Outros documentos eventualmente necessários à qualificação técnica estão indicados ao longo do Edital e seus anexos. |

- 8.27.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestado de execução de forma concomitante;
- 8.27.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 8.27.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- 8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.28.1. A relação dos cooperados que atenderem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executam o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que são domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 49, inciso XI, II, inciso I e 52, §3º da CF da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRECI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) registro da fundação nos livros instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) estatuto de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto de licitação;
- 8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.29. Comprovação de, no mínimo, um ambiente de assistência técnica em cada unidade da federação que tenha o nível estadual com o parlamento de acesso para eventos corriqueiros e adequados, controles e outros elementos atetos à manutenção dos tributos escolares (portanto, em 26 diferentes estados e no Distrito Federal), sem prejuízo das determinações quanto à manutenção preexistente dos veículos que se encontrem a mais de 200km de distância desses ambientes de assistência técnica.
- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tomado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas;
- 9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido no registro de preço nacional e sua alocação entre o órgão gerenciador da ata, o contratante e o contratado, conforme especificado na matriz de risco SEI 36754172.
- 9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.460/2023):
- 9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “c” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2023;
- 9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou supervenientes de disposições legais, com comprovação repassada sobre os preços registrados;
- 9.3.3. sendo rejeitados os preços registrados, respectada a conveniência da anuidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.3.4. poderão ser repassados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 10.1. Por tratar-se de Registro de Preços, os custos ocorrentes à conta dos Órgãos integrantes da Ata de Registro de Preços ou que tenham concedido autorização para aderir à Ata por parte do Órgão Gerenciador, serão obrigatoriamente indicados na dotação orçamentária antes da celebração do contrato pelo CONTRATANTE.

Verbal do Termo de Referência
Comissão Nacional de Avaliação e Construção de Consenso Geral de Usos
Atualizador: maio/2013
Termo de Referência Aqueduto - Ubatuba - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovação para Licitação de Estado
Identidade visual para Licitação de Estado (maio/2013)

ENCARTE A

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	TIPO E DESCRIÇÃO ORE	QUANT. ESTIMADA do ORE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
X			Unidade		

X			Unidade		
X			Unidade		
X			Unidade		
X			Unidade		
X			Unidade		
X			Unidade		

ITEM	TIPO E DESCRIÇÃO ONUREA	QUANT. ESTIMADA do ONUREA	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
X			Unidade		
X			Unidade		

O prazo de validade da proposta não será inferior a 200 (duzentos) dias, a contar da data de sua apresentação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital.

Declaramos que nos valores acima deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas, seguros, manuseio, entrega, e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto lícito, na forma e condições previstas neste Termo.

Nome da Empresa: _____

Razão Social/CNPJ: _____

Endereço(s): _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone(s): _____

E-mail(s): _____

Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome: _____

Cargo na empresa: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart. Ident nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Local e data.

Identificação e assinatura.

ENCARTES B E C

CADERNOS DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS E ANEXO DO CONTROLE DE QUALIDADE (VER ARQUIVO ANEXO)

- Caderno de Informações Técnicas – Ônibus Rural Escolar – ORE 1 (SEI 3745374);
- Caderno de Informações Técnicas – Ônibus Rural Escolar – ORE 1 (4x4) (SEI 3745377);
- Caderno de Informações Técnicas – Ônibus Rural Escolar – ORE 2 (SEI 3745374);
- Caderno de Informações Técnicas – Ônibus Rural Escolar – ORE 3 (SEI 3745374);
- Caderno de Informações Técnicas – Ônibus Rural Escolar – ORE ZERO (4x4) (SEI 3745378);
- Caderno de Informações Técnicas – Ônibus Urbano Escolar Piso Alto – ONUREA PISO ALTO (SEI 3745379);
- Caderno de Informações Técnicas – Ônibus Urbano Escolar Piso Baixo – ONUREA PISO BAIXO (SEI 3745380);
- Anexo do Controle de Qualidade (SEI 3747486).

ENCARTE D

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Pregão Eletrônico n.º _____ / 20____	
Item/Objeto da aquisição:	
Contratada - CNPJ/MF:	
Contrato n.º:	
Valor do Contrato: R\$	
Data de assinatura do Contrato/de emissão da ordem de fornecimento:	Prazo de execução (em dia):
Data de início do prazo de execução:	Data final para entrega:
Data de entrega: _____ / _____ / 20____	

Nos termos do Contrato resultante do Pregão Eletrônico em epígrafe, atesto o recebimento provisório do objeto nos termos indicados abaixo.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

A obrigação foi cumprida:	
☐ no prazo ☐ fora do prazo	

	Dias de atraso: _____
☐ Integralmente.	☐ parcialmente, tendo em vista o seguinte:
Os bens estão em perfeitas condições físicas, sem aparente dano ou avaria.	_____

Outras observações:

O objeto ora recebido provisoriamente não conclui o cumprimento da obrigação, ficando sujeito a posterior verificação de sua qualidade e quantidade, que ocorrerá até o dia ____/____/____.

_____ Servidor responsável pelo recebimento	(Cidade/Estado), ____ de ____ de 20 ____
--	--

ENCARTE E

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Pregão Eletrônico n.º ____ / 20 ____	
Item/Objeto da aquisição:	
Ônibus Rural Escolar - ORE 1	
Ônibus Rural Escolar - ORE 1 (4x4)	
Ônibus Rural Escolar - ORE 2	
Ônibus Rural Escolar - ORE 3	
Ônibus Rural Escolar - ORE ZERO (4x4)	
Ônibus Urbano Escolar Piso Alto - ONUREA PA	
Ônibus Urbano Escolar Piso Baixo - ONUREA PB	
Contratada - CNPJ/MF:	
Contrato n.º:	
Valor do Contrato: R\$	
Nota fiscal/Fatura n.º:	Valor da Nota Fiscal/Fatura:
Data do recebimento provisório:	

Nos termos do contrato resultante do Pregão Eletrônico em epígrafe, atesto o recebimento definitivo do objeto e declaro a conformidade dos bens recebidos com as especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar, com eficácia liberatória de todas as obrigações da Contratada, exceto as garantias legais a que está submetida, bem como o disposto no Edital e as demais disposições contratuais. Assim, atesto a Nota Fiscal/Fatura referida acima para que sejam realizados os procedimentos de pagamento da despesa.

_____ Servidor responsável pelo recebimento/ matrícula do responsável	(Cidade/Estado), ____ / ____ / 20 ____
--	--

ENCARTE F

TERMO DE RECUSA DO OBJETO

Nos termos do contrato resultante do Pregão Eletrônico em epígrafe, declaro a inconformidade dos bens recebidos com as especificações técnicas constantes do Edital e seus anexos, nos seguintes termos:

Item/Itens rejeitado(s):	Inconformidades observadas:

ATENÇÃO: anexar a este Termo as listas de verificação da qualidade devidamente preenchidas e/ou outros documentos/relatórios que comprovem as inconformidades observadas nos itens rejeitados.

Assim, conforme o contrato, fica a Contratada obrigada a sanar as irregularidades observadas até o dia ____ / ____ / 20 ____, devendo substituir o(s) item (itens) rejeitado(s) e apresentar o material para nova verificação. Além disso, está sobrestado o pagamento dos bens discriminados até que o objeto seja recebido definitivamente, e a Contratada está sujeita à aplicação das penalidades previstas. Os custos da substituição do(s) item(itens) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

_____ Servidor responsável pelo recebimento/ matrícula do responsável	(Cidade/Estado), ____ de ____ de 20 ____
--	--



Documento assinado eletronicamente por TAYANA FERREIRA MACHADO, Coordenador(a) de Apoio ao Caminho da Escola, em 25/09/2023, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por NEUZA HELENA PORTUGAL DOS SANTOS, Coordenador(a)-Geral da Política do Transporte Escolar, Substituto(a), em 25/09/2023, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por KARINE SILVA DOS SANTOS, Diretor(a) de Ações Educacionais, Substituto(a), em 25/09/2023, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3751813 e o código CRC 39CC6F1F.

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
 ENTRE SI E

A , com sede no(a) , na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20...., publicada no DOU de de de , portador da Matrícula Funcional nº , doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
 1.3.3. A Proposta do contratado;
 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 320 dias contados do(a) da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.1. Os preços deverão considerar as isenções do PIS/COFINS, nos termos da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2010, e do ICMS nos termos do Convênio ICMS nº 53/2007 e renovações, exceto para o ORE ZERO (4X4), e observando-se atentamente as especificações e demais condições de realização do objeto CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI).

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Assinatura e Carimbo
 14.06.25

39

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Edital e seus anexos. Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem e regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

Decreto de Autenticação
Nº 14.887/20

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.18. Assinar a Ata de Registro de Preços, bem como o instrumento contratual dela decorrente;

9.1.19. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Edital e seus anexos, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos registrados, atendendo às solicitações de compras dos órgãos participantes de compra nacional e demais órgãos participantes;

9.1.20. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

9.1.21. Informar ao Órgão Gerenciador ou à CONTRATANTE, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento;

9.1.22. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação objetos do presente Termo, no que couber;

9.1.23. Assinar e cumprir, na forma disposta na Ata de Registro de Preços, conforme minuta anexa ao Edital, o Termo de Ciência e Responsabilidade quanto à obrigação de utilizar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço – SIGARPWEB para a execução das ações que lhe competem, no âmbito das contratações decorrentes da utilização e/ou da adesão às atas de registro de preços, bem como quanto ao cumprimento das regras estabelecidas para o processo de controle de qualidade dos itens produzidos e entregues em atendimento aos contratos firmados;

9.1.24. Encaminhar laudos e prestar as informações requisitadas pelo Órgão Gerenciador no prazo estabelecido, inclusive quanto ao planejamento da produção e ao atendimento aos contratos decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

10.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.

10.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.17.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.17.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- a) multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução do objeto.

b) multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), no caso de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual a que se refere a Cláusula Nona deste Contrato, se for o caso.

c) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor dos Ônibus que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.

d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total da parcela não adimplida do Contrato.

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de rescisão por inexecução parcial do objeto.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão por inexecução total do objeto.

v. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com o ente federado do órgão/entidade CONTRATANTE e descredenciamento do respectivo sistema local de cadastramento de fornecedores a que se refere o § 4º do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos;

vi. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinza) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.867/2023

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantêm vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada, no que couber:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Maio 2023
14.889-5

93

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat. 14.901-5

ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de 202..., publicada no de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º 23034.028908/2022-18, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.2. Os dados do fornecedor mais bem classificado no resultado da licitação (fornecedor registrado nesta Ata) são os que seguem:

1ª Classificada – Empresa fornecedora			
CNPJ n.º:		Razão Social:	
Endereço:			
Cidade:	UF:	CEP:	
Telefone:		Fax:	

Endereço Eletrônico:	
Representante:	
RC n.º/Órgão Expedidor/UF:	CPF n.º
Representante:	
RG n.º/Órgão Expedidor/UF:	CPF n.º

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DAS DEFINIÇÕES

3.1. Para efeito desta Ata, têm-se as seguintes definições:

3.1.1. Órgão Gerenciador: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços, incluindo a regulamentação e a execução do pregão eletrônico, bem como pelo gerenciamento da(s) ata(s) de registro de preços dele decorrente(s).

3.1.2. Fornecedor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional ou estrangeira, que desenvolva atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços e que sejam beneficiários de atas de registro de preços ou contratos junto à Administração Pública, decorrentes do certame objeto deste ata de registro de preços.

3.1.3. Órgão Participante de Compra Nacional - OPCN: Órgão ou entidade da administração pública dos estados, Distrito Federal e municípios que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no Registro de Preços, independente de manifestação formal;

3.1.3.1. Para efeitos desta Ata de Registro de Preços, são órgãos participantes de compra nacional os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

3.1.4. Órgão Não Participante - ONP: Órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos estabelecidos por meio do Decreto n.º 11.462/2023 e as normas e critérios dos programas e/ou projetos específicos para atendimento às redes de ensino, se for o caso, faz adesão à Ata de Registro de Preços, precedida da manifestação de anuência do órgão gerenciador e da aceitação de fornecimento por parte do fornecedor beneficiário da Ata.

3.1.5. A possibilidade de órgãos não participantes aderirem à ata de registro de preços justifica-se objetivando atender a demandas de entes não abarcados na categorização expressa no item n.º 3.1.3., mas que tenham a necessidade de utilização, para fins educacionais, dos produtos licitados.

3.1.6. Compra Nacional: Compra ou contratação de bens e serviços, em que o Órgão Gerenciador conduz os procedimentos para Registro de Preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados;

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

4.2. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.2.1. Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP;

Diário Oficial da União
14.06.2023
Ata de Registro de Preços

35

4.2.2. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

4.2.3. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos, bem como praticar atos de gestão do SIGARPWEB;

4.2.4. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

4.2.5. Aplicar as sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

4.2.6. Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantagem dos preços registrados;

4.2.7. Registrar no Portal de Compras os preços registrados com indicação dos fornecedores;

4.2.8. Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata nas contratações dela decorrentes.

4.3. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E AOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

4.3.1. Utilizar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço - SIGARPWEB, para realizar solicitação de utilização ou de adesão às atas de registro de preços, bem como para acompanhar o status das solicitações efetuadas;

4.3.2. Contratar os ônibus escolares, obedecendo ao quantitativo solicitado, por meio de instrumento contratual hábil, após o deferimento da solicitação no SIGARPWEB, respeitada a validade da ata de registro de preços e o prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de deferimento do pedido de adesão, para os órgãos não participantes.

4.4. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE:

4.4.1. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;

4.4.2. Disponibilizar à CONTRATADA a lista de endereços de entrega dos ônibus escolares;

4.4.3. Responsabilizar-se pela guarda dos ônibus escolares entregues pela CONTRATADA, bem como pelo seu envio às escolas da sua rede educacional;

4.4.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

4.4.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos ônibus escolares, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano;

4.4.6. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.4.7. Notificar previamente a CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas;

4.4.8. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor antes dos atos relativos à assinatura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional e qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.462, de 2023.

5.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato da Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Ministério de Gestão e Inovação.

5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no art. 32, I, do Decreto 11.462/2023.

5.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme disposto no art. 32, II, do Decreto 11.462/2023.

5.5. Ao Órgão Participante de Compra Nacional (OPCN) e ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5.6. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6.1. Caberá ao órgão gerenciador aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.7. Os atos de controle, administração e gerenciamento da utilização desta Ata de Registro de Preços, de competência do FNDE, na condição de Órgão Gerenciador, bem como os procedimentos operacionais prévios à formalização da contratação entre o órgão/entidade contratante e o FORNECEDOR, serão realizados por meio do Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços - SIGARPWEB (www.fnnde.gov.br/sigarpweb), o qual representa objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade, Encarte B deste documento, assinado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata.

5.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.3, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Mat. 14.133-5

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.14. Os fornecedores registrados no cadastro reservam deverão cumprir com os mesmos requisitos da primeira etapa do controle de qualidade previstos no Caderno de Informações Técnicas - CIT, inclusive no tocante ao prazo de entrega de documentos e amostras, que passará a contar após a publicação da ata de registro de preços e a partir da comunicação formal do FNDE.

6.15. Os fornecedores registrados no cadastro reservam que não cumprirem com os procedimentos acima descritos terão o seu registro no cadastro de reserva tomados sem efeitos para todos os fins.

6.16. Poderão ser dispensados desses procedimentos o fornecedor que já tiver obtido a aprovação do mesmo produto, mas de região distinta, na primeira etapa do controle do preço eletrônico.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Handwritten signature and stamp:
Mat. 14.133-5
14.133-5

Handwritten mark:
fh

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja pravia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese de compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

Mat: 14891-5
Assinatura do Autor de Contas

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

11.1. A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o FORNECEDOR obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo Órgão Gerenciador, e pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional, durante sua vigência, dentro dos quantitativos fixados, conforme tabela(s) constante(s) da Cláusula Segunda.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

11.2. O compromisso de entrega e execução estará caracterizado mediante a assinatura de CONTRATO entre o FORNECEDOR e a CONTRATANTE, observadas as disposições desta Ata de Registro de Preços e do Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/202X, em conformidade à minuta anexada ao Edital.

11.2.1. Os contratos decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade a que se refere o item 6.1 desta Ata, conforme disposto no art. 34, parágrafo único, do Decreto n.º 11.462/2023.

11.2.2. A entrega do(s) item(ns) deverá ser efetuada no prazo estabelecido no Cronograma de Entrega constante do Edital, o qual será contado após a assinatura do contrato e com termo inicial a partir da disponibilização dos endereços de entrega pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.2.3. Demais obrigações do FORNECEDOR, na condição de CONTRATADO, e dos Órgãos/entidades que se utilizarem desta Ata de Registro de Preços, na condição de CONTRATANTE, constarão do respectivo CONTRATO, em conformidade à minuta anexa ao Edital.

11.3. O fornecedor fica proibido de firmar contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços sem o conhecimento e prévia autorização, quando for o caso, do Órgão Gerenciador.

12. DO CONTROLE DE QUALIDADE

12.1. Os produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços estão sujeitos ao Controle de Qualidade realizado pelo FNDE, pelos CONTRATANTES ou por instituição indicada por eles, na forma disposta nos Cadernos de Informações Técnicas – CIT e nos demais Anexos do Edital.

12.1.1. O Controle de Qualidade poderá ocorrer durante as etapas de produção e a qualquer tempo, durante a vigência desta Ata e/ou dos contratos firmados com o FNDE e/ou com os CONTRATANTES.

12.2. O cumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade dos produtos registrados nesta Ata constitui objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade firmado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata (Encarte B deste documento)

12.3. O descumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade implica descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando o FORNECEDOR ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o devido processo legal.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços e do Controle de Qualidade ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no adital.

13.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

13.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela derivados, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Encarte A
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Encarte B
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____/____

ATA Nº ____/____/____

EMPRESA:

CNPJ:

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

A empresa em epígrafe está ciente das obrigações assumidas em decorrência da assinatura da Ata de Registro de Preços acima informada e, portanto, compromete-se a utilizar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço – SIGARP para as seguintes ações:

1. Solicitar o acesso ao Sistema;
2. Dar prosseguimento a toda demanda enviada para análise e/ou providência no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio pelo FNDE ou até a data final de vigência da Ata de Registro de Preços (o que ocorrer primeiro);
3. Inserir cópia de todos os contratos firmados com os órgãos/entidades contratantes, tão logo a empresa esteja com sua via assinada por ambas as partes;
4. Inserir informações sobre entregas e emissões de notas fiscais;
5. Prestar quaisquer informações solicitadas pelo gestor da Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido;
6. Preservar inalterado o conteúdo de documentos gerados pelo sistema.

Esta empresa está ciente e se compromete, ainda, a cumprir as regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade dos produtos registrados na Ata supramencionada, na forma disposta no Edital e seus anexos.

Por fim, registra-se que esta empresa está ciente de que o descumprimento do disposto neste Termo de Ciência e Responsabilidade implica descumprimento das obrigações assumidas perante o FNDE e, como consequência, acarreta a possibilidade de aplicação das sanções previstas no Edital e seus anexos.

(assinado eletronicamente)

Representante legal

Fornecedor registrado

Diário Oficial da União
14.06.2023
14.06.23

SUMÁRIO

1. DAS DEFINIÇÕES 02

2. DOS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES 02

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 05

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS 06

ENCARTES

Encarte B.A - Termo de Referência

Encarte B.B - Cronograma de entrega para grandes lotes

Encarte B.C - Planilha de Qualificação Admitida na Empresa

Encarte B.D - Cor, Inscrito e Marcas Identificacionais

Encarte B.E - Disposições Relativas de Segurança

Encarte B.F - Detalhadores Técnicos (Passa-Bolas)

Encarte B.G - Identificação de Limite de Velocidade e de Diâmetro Densidade

Encarte B.H - Identificação de Assentos Preferenciais

Encarte B.I - Esquema do Teto das Poltronas

Encarte B.J - Procedimentos para Emissão de Documento de Sistema de Ar-Condicionado em Ônibus Escolar

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Ônibus Rural Escolar (ORE): Para fins de entendimento deste Caderno de

Informações Técnicas, considera-se veículo ORE:

1.1.1. Categoria M2: Tipo Ônibus projetado e construído para o transporte de passageiros

que tenham mais que oito assentos, além do assento do motorista, com Piso Bruto Total superior

a 5,0 (cinco) toneladas.

1.1.2. Tipo:

1.1.2.1. Ônibus Rural Escolar - ORE: Ônibus adequado ao transporte de cidadãos do

então habido na zona rural, indicado para uso em vias pavimentadas e não pavimentadas que não

em condições precárias de pavimentação, equipado com dispositivo para transporte de

fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de maneira com

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

4.1.6. Conformidade com as normas ABNT NBR 15646, 14022 e 15570, e suas atualizações.

4.1.7. Condições com o Regulamento Comum nº 913/2022 e suas alterações, referente à disposição sobre a obrigatoriedade do uso do sistema anfitrião de dados - ABS.

4.1.8. Confrontabilidade com a Resolução Conselho n° 924/2022 e suas atualizações, referente ao estabelecimento de requisitos para o desenvolvimento e liberação de espécies reativas ou dispositivos do tipo câmera-monitorador para veículo, instalados nos veículos destinados à condução coletiva de escolares.

4.1.9. As figuras apresentadas nestas páginas/capítulos ideais são exemplos, cujo intuito é realçar os conceitos abordados. As aplicações técnicas não precisam se limitar às imagens ilustrativas.

4.1.10. A critério do PRONEX, durante a validação de msa, fica a prerrogativa de atribuir a cidade responsável pelo controle de qualidade.

42. GARANTIA E MANUTENÇÃO

42.1. O CONTRATADO deverá oferecer garantia de, no máximo, 24 meses a partir da data de entrega dos veículos, conforme Especificação Técnica B.A deste CTT.

42.1.1. Abitaculo encapotado deverá ser disponível, nos municípios das capitais de todos os estados brasileiros, pelo menos uma oficina ou concessionária.

4.2.1. O CONTRATO deve conter todos os (quais) instrumentos necessários para obtenção de informações, constantes do Manual de Operações, para o fabricante/operador, cuja periodicidade será determinada pela qualificação e/ou o tempo de uso do veículo.

4.3. DO CONTROLE DA QUALIDADE

4.3.1. O controle de qualidade, incluindo as inspeções de produção, de processo e de não

entregas dos veículos deverão obedecer às determinações em norma específica estabelecida pelo FNDE.

10

deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.	
--	--

Endereço:
Telefone:
CNPJ:
Inscrição Estadual:
Inscrição Municipal:

Local/data da assinatura/nome legível/CPF do responsável

Faculdade B.A. - Termo de Garantia

DECLARAMOS para as devidas fins, que o prazo de garantia para os veículos por minhas empresas
ofertados no Pregão para Registro de Preços nº / do Fundo Nacional de Desenvolvimento da
Educação é o descrito no quadro abaixo, segundo as seguintes condições:

1. Todos os veículos fornecidos são novos e originais, portanto, não sendo, portanto, responsáveis, no âmbito do qualquer processo administrativo;
2. Nos casos de veículos fornecidos por qualquer outra pessoa, não sendo, portanto, responsáveis, no âmbito do qualquer processo administrativo;

3. O prazo de garantia dos veículos ofertados tem início da data de entrega dos mesmos.

de 7.500 mm, capacidade de carga útil líquida de no máximo 2.040 kg, com capacidade máxima de 29 (vinte e nove) equivalentes lotados, mais o condutor, e deve ser equipada com dispositivo de frenagem de estacionamento de estado sólido (EPM), para embarques e desembarques de estudantes em direção, ou movimento, do lado de passeio, do exterior do veículo, ou nível do plano inferior, com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais

Melissa Nery Frazee - ORF 2, doutora em comunicação social, mestre em jornalismo, do curso de Jornalismo, da UFPA.

24 meses

24	e deve ser equipado com dispositivo de frenagem, do tipo potencial (DPN), para combater e desmanchar o deslocamento de detritação, ou com nobilidade rotativa, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. Chassis Rural Escalator - ORF 3: ônibus com comprimento total máximo
----	---

22

Região	Até 100 um.	101 a 200 um.	201 a 400 um.	+ de 400 um.
Norte	180	200	230	260
Nordeste	150	170	200	230
Centro-Oeste	130	150	180	210
Sudeste	130	150	180	210
Sul	130	150	180	210

DA ENTREGA E CÂMBIOS DE ACERTALÇÃO DO CÂMBIO

O prazo de entrega dos bens é de no máximo 250 (duzentos e sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato e da ordem de serviço, obedecido o cronograma abaixo, no endereço do CONTRATANTE previsto no instrumento contratual.

Enlace de B-B - Crecimiento de colinas para grandes lotes.

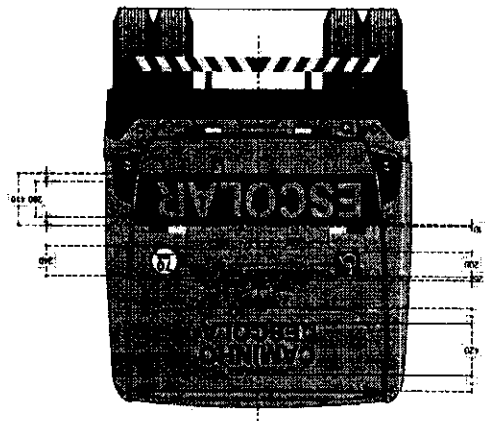
DA ENTREGA E CANTOS DE ACEITAÇÃO DO OBRITO

A empresa dos dados de entrega prevista no cronograma do item anterior, se apresenta o contrato de prestação de serviços para análise de mais 100 (cem) mil registros em um prazo máximo de dez dias úteis.

PLANILHA DE QUILOMETRAGEM ADMITIDA NA ENTREGA

Região	Destino / Estado	Quirometragem "
CO	Distrito Federal	1.640
CO	Goiás	1.683
CO	Mato Grosso do Sul	1.451
CC	Mato Grosso	2.606
N	Acre	3.306
N	Amazonas	5.929
N	Amapá	4.558
N	Piauí	5.117
N	Roraima	4.714
N	Roraima	6.746
N	Tocantins	3.125
NE	Bahia	3.810
NE	Ceará	5.060
NE	Maranhão	4.869
NE	Paraná	4.674
NE	Paraná	4.713
NE	Paraná	4.514
NE	Rio Grande do Norte	4.872
NE	Sergipe	3.354
NE	Alagoas	3.508
S	Paraná	868
S	Rio Grande do Sul	1.750
S	Santa Catarina	1.125
SE	São Paulo	1.416
SE	Minas Gerais	1.676
SE	Espírito Santo	1.745
SE	Rio de Janeiro	1.175

A quilometragem poderá ter uma variação para até mais 20% desde que o objeto de entrega utilizado da origem até o destino assim o justifique, e desde que seja ajustada previamente com o Contratante.



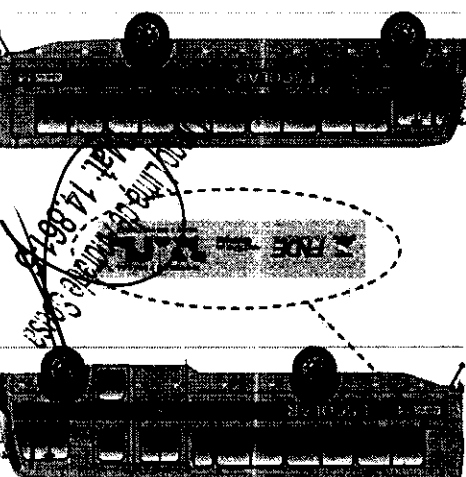
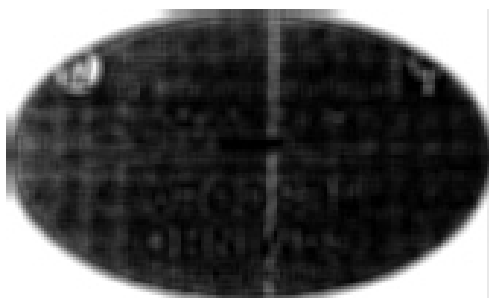
Notas:
Dimensões (mm)

"Imagens ilustrativas."



- Tipos: aditivo em imagem digital com aplicação de vetor de proteção sobrepondo as bordas.
 - Local de aplicação: faixas de identificação.
 - Posicionamento:
 - Lateral direita: parte traseira do veículo.
 - Lateral esquerda: diametralmente oposto.
 - Traseira.
 - Diametro.
- 2) Adesivagem
- a) Tipo: aditivo em imagem digital com aplicação de vetor de proteção sobrepondo as bordas.
- b) Sistema polimérico bi-componente.
- c) Espessura da camada seca mínima de 60µm.

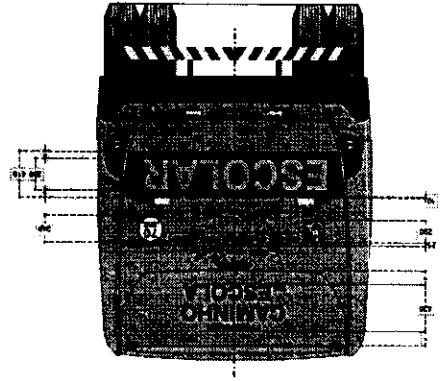
"Imagens ilustrativas."



- c) A expressão e o adesivo devem estar protegidos com verniz.
 b) Adesivo de identificação de limite de velocidade: cores e dimensões - conforme legislação de trânsito (letras - pretas, circunferência externa - vermelha e fundo - branco).
 a) A expressão "Disque Denúncia: 0800-616161", somente deve ser aplicada quando a aquisição do veículo se der com recursos oriundos de instrumentos firmados entre o FUNDI e a Prefeitura/Município.

Notas:

"Imagem Ilustrativa"



Resorte B.C - Identificação de Limite de Velocidade e de Disque Denúncia

- b) Na parte traseira dos ORE devem ser aplicadas, além dos dispositivos refletivos de segurança do para-choque, mais 02 (dois) dispositivos refletivos de segurança ativos do disco "ESCOLAR".
 a) Para os ORE 2 e ORE 3, com balanço dianteiro curto, admite-se apenas 1 (um) dispositivo refletivo de segurança.

Notas:

"Imagens Ilustrativas"



ORE 3



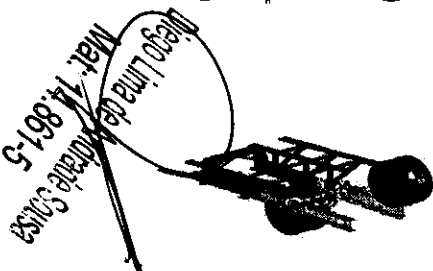
ORE 2



ORE 1

Resorte B.E - Dispositivos Refletivos de Segurança

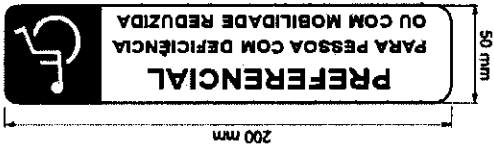
"Imagem Ilustrativa"



Resorte B.F - Dispositivos Refletivos de Segurança

- Adesivo deve estar em conformidade com a ABNT NBR 16558
- cor do SIV: fundo branco e pictograma transparente (aplicação no vidro);
 - cor do fundo: transparente (aplicação no vidro);
 - cor das letras: branco (aplicação no vidro);
 - fonte: tipografia helvética ou similar;
 - frases;
 - dimensão das letras (altura): 20 mm (palavra "Preferencial") e 10 mm (demais);
 - dimensões: 200 mm (comprimento) x 50 mm (largura);
- Características:

"Imagem Ilustrativa"



Resorte B.H - Identificação de Acesso Preferencial

1. OBJETIVO
Estabelecer critérios para verificação da conformidade dos sistemas de ar condicionado que equipam os ônibus do caminho da escola em relação ao especificado no CIT.
2. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS
2.1 Sensores para medição de temperatura do tipo termopar (precisão mínima de $\pm 0,5^{\circ}\text{C}$) com sistema eletrônico para coleta de dados, armazenamento e processamento.
2.2 Termômetro-ventômetro para medição da velocidade/vento do ar.
Nota: Todos os equipamentos deverão estar devidamente identificados por etiquetas com o número de identificação e RBC.
2.3 Área de ensaio com temperatura ambiente de no mínimo 20°C e máxima 30°C , mantendo todo o ensaio, podendo ser adotado condições naturais ou não para garantir a representatividade.

3 - REALIZAÇÃO DO ENSAIO

3.1. Distribuição dos sensores:
3.1.1. Instalar 4 (quatro) sensores nos locais externos do veículo, sendo:

- 1 - Na parte frontal a meia altura
- 1 - Na lateral esquerda do veículo a meia altura
- 1 - Na lateral direita do veículo a meia altura
- 1 - Na parte traseira do veículo a meia altura

Os sensores deverão estar fixados com no máximo 100mm da face da carroceria do veículo, mas devem estar protegido dos raios solares.

3.1.2. Instalar no mínimo 7 (sete) sensores no interior do veículo distribuídos da seguinte forma:

- 1 - Na poltrona do motorista
- 1 - Na poltrona do lado esquerdo atrás do ponto do motorista
- 1 - Na poltrona lateral direita anterior a porta de serviço
- 1 - Na poltrona central da fileira de poltronas do lado esquerdo
- 1 - Na poltrona central da fileira de poltronas do lado direito
- 1 - Na poltrona da fileira traseira, do lado esquerdo
- 1 - Na poltrona da fileira traseira, do lado direito.



"Imagem Ilustrativa"



Os sensores deverão ser posicionados na parte frontal do encosto, no centro da poltrona a uma altura de 600mm do assento, protegidos do fluxo direto das saídas de ar.



Nota: Caso o veículo possua área reservada para acomodação da cadeira de rodas atrás do ponto do motorista, posicionar o sensor na parte superior do guarda-corpo de proteção da cadeira, a uma altura de 1200 mm do piso.

3.2. Teste Estático:

3.2.1. Ensaio de desempenho do sistema

3.2.1.1. Para início do teste a temperatura interna média deve estar igual ou superior a 30°C e temperatura externa, não podendo ser inferior a 30°C e nem superior a 36°C .

3.2.1.2. O veículo deverá estar parado, com todas as portas, janelas e escotilhas fechadas, e permitida a presença de no máximo duas pessoas no interior do veículo.

Formar nos das hélices de todos os sensores, externos e internos.

3.2.1.3. Ligar o ar-condicionado em capacidade máxima (com velocidade máxima dos ventiladores), configurar o espômetro para a menor temperatura possível

3.2.1.4. Elevar e manter a rotação do motor do veículo entre 1500 e 1700 rpm durante 30 minutos.

3.2.1.5. Após 30 minutos de funcionamento tornar nota das leituras de todos os sensores, externos e internos.

3.2.1.7. Critério de aprovação:

Calcular a temperatura média dos sensores externos no início do ensaio;

A diferença entre as médias das temperaturas internas e externas ao final do ensaio, deve ser de no mínimo 10°C para que o equipamento obtenha aprovação de eficiência para uso nos ORE;

Qualquer diferença maior que 3°C entre as hélices dos sensores internos, o ensaio deverá ser repetido para ser válido, garantindo assim maior homogeneidade na temperatura do interior do veículo.

- DPM - Diagnóstico de Polígonos Múltiplos;
- PÉV - Programas Elementares Vectorial (ONURLEA Páso Alho);
- Salidas de emergencia;
- Sistema de Ar-Condicionado;

f) Decorat conta: 1 (uma) unidade impressa e colada do Manual do Usuário do produto junto ao IMBETRO, comprovando do registro do produto junto ao IMBETRO;

(e) Certificado ou documento similar do dispositivo de portadora móvel – DPM ou de instrumento para medição da velocidade/varição de v_g.

- d) Certificação de calibração emitida por laboratório de calibração pertencente à RBC ou por laboratório de calibração detestados de padrões rastreáveis à RBC, dos seguintes equipamentos: terra, paquímetro, cronometro, eólimo de carga, afastador de canal de tinta, transferidor ou goníometro, sensores de temperatura do tipo termopar (precisão mínima de $\pm 0,5^{\circ}\text{C}$) e seu sistema eletrônico para coleta, armazenamento e processamento dos dados (as especificações do sistema de armazenamento) e termopar
- e) Fichas técnicas exemplares do cliente;

b) Aumento de Responsabilidade Técnica - ART do projeto técnico (canal e carroçaria);

[illegible]

entregar ao FNDE, num prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados de solicitação do

Brazilian, 06 de outubro de 2023.

CONTROLE DE QUALIDADE

IPAD: ONE 1; ONE ZERO 10; ONE 100; ONE 1000; ONE 10000

3.2) Os relatórios de emissões produzidos no exterior deverão ser traduzidos e juramentados.

1.1 } Os resultados de estudos devem ser escritos, em verbaux, com estadiu, de forma clara, objetiva, sem ambigüidade e de acordo com as especificidades de cada método de estudo.

b) Relatório de ensaio de "Fase I", conforme exigência da Tabela na alínea b.8. equipamentos e acessórios complementares, todos coloridos e em português.

[illegible]

specific

- Abre e estaciona do regeneração do sistema de conversão catalítica (EUCO VI);
- Caixa de fusíveis, fusíveis e chave geral;
- Tócas do painel, luzes-capota e de advertência;
- Faróis;
- Escape, mancal, chave de rodas e ferenmentas;
- Comandos de ardo;
- Externos;
- Operação e partida do veículo com as portas fechadas;
- Fixação das cadeiras de rodas no box;
- Fixação das cadeiras de rodas fechadas no veículo;
- Sistema de suspensão (ONUREA PISO BAIXO);
- Capacidade dos reservatórios do veículo (óleo, cambusivel, ARLA 32, sistema de marefocimento, sistema do limpador do para-brisa;
- Qualquer outro equipamento/material/sistema exigido por força de legislação;

1.3. Encerrada a etapa de lances e após a aceitação de proposta, o licitante deverá do pregoeiro eletrônico, para apresentação de documentação.

1.2. Em caso de reprovação do primeiro colocado na Fase I - Análise Documental, o FNDE convocará o próximo licitante, seguindo a ordem de classificação na fase de lances.

1.1. A documentação será avaliada pelo Comitê Técnico designado para este fim, contando com a participação de representantes do FINEP e/ou integrantes de instituições especializadas, que verificarão o padrão de qualidade e a sua conformidade com as especificações técnicas, com as normas técnicas aplicáveis e os fatores oportunos de especificações técnicas, com as normas técnicas aplicáveis e os fatores oportunos de

RECEIVED BY THE DIRECTOR, FBI, 11/11/64

A 1ª Etapa do Controle da Qualidade da licitação tem caráter eliminatório e será dividida em duas fases: Fase 1 - Análise Documental e Fase 2 - Inspeção do Protótipo.

deliberate.

ocorrem entre a assinatura de ata de registro de preços e durante a execução dos contratos.

ocorrendo após a realização de pesquisas pelo professor e alunos de forma conjunta.

}- eleição dos procedimentos previstos no edital e em seus anexos, que

A fase de execução divide-se em duas etapas realizadas em momentos

realizado registro fotográfico e por vídeo.

pelos órgãos e entidades participantes e não participantes, que auxiliaram a

realizado pelo FNDE e por instituições paróquias e poderes ser o devido reconhecimento.

RPN é regido pela PORTARIA Nº 341, DE 19 DE JUNHO DE 2023 e pela legislação

DO CONTROLE DE QUALIDADE

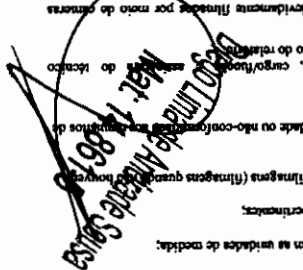
[Circular stamp: "Deslinde de litigio" / "Márk. 12-067-5"]

36	Relatório de estado de saúde e sua evolução para veículos de categoria B3.	Relatório de estado de saúde e sua evolução para veículos de categoria B3.	Relatório de estado de saúde e sua evolução para veículos de categoria B3.
35	Relatório de estado de saúde do "Zão da Ono"	Relatório de estado de saúde do "Zão da Ono"	Relatório de estado de saúde do "Zão da Ono"
34	Relatório de temperatura no ponto de consumo.	Relatório de temperatura no ponto de consumo.	Relatório de temperatura no ponto de consumo.
33	Relatório de validade (Data de validade) do sistema	Relatório de validade (Data de validade) do sistema	Relatório de validade (Data de validade) do sistema
32	Relatório de nível de validade do sistema	Relatório de nível de validade do sistema	Relatório de nível de validade do sistema
31	Relatório de grupo utilizado nas atividades para sistema de 50 jrs.	Relatório de grupo utilizado nas atividades para sistema de 50 jrs.	Relatório de grupo utilizado nas atividades para sistema de 50 jrs.
30	Incompleto, com registros de controle social	Incompleto, com registros de controle social	Incompleto, com registros de controle social
29	Transmissão de informações de valores econômicos	Transmissão de informações de valores econômicos	Transmissão de informações de valores econômicos
28	Relatório de estado de saúde das instituições	Relatório de estado de saúde das instituições	Relatório de estado de saúde das instituições
27	Relatório de estado de saúde de ar condicionado	Relatório de estado de saúde de ar condicionado	Relatório de estado de saúde de ar condicionado
26	Relatório de estado de recuperação de ar condicionado	Relatório de estado de recuperação de ar condicionado	Relatório de estado de recuperação de ar condicionado
25	Relatório de Estado de Campo de Vício dos	Relatório de Estado de Campo de Vício dos	Relatório de Estado de Campo de Vício dos
24	Relatório de Estado de Campo de Vício dos	Relatório de Estado de Campo de Vício dos	Relatório de Estado de Campo de Vício dos
23	Relatório de estado de saúde de água e	Relatório de estado de saúde de água e	Relatório de estado de saúde de água e
22	Relatório de estado de saúde de água e	Relatório de estado de saúde de água e	Relatório de estado de saúde de água e

[illegible]

(2) Tabellen des relativen de enales a einem Approximados:

- confidencial.
- O coordenador deve indicar no relatório se o mesmo possui conteúdo
 - Os laboratórios de ensaios devem possuir sistema de gestão que assegure o controle e a rastreabilidade das amostras, das reações e dos resultados de ensaio.
 - Quando o relatório de ensaio conter resultados de ensaios realizados por subcontratados, cada resultado deve estar claramente identificado.
 - Todos os ensaios devem ter desenvolvimentos filmados por meio de câmeras com resolução suficiente, de modo a permitir a verificação clara do evento em análise.
 - ✓ nome completo, CPF, cargo/função, assinatura e rubrica do técnico responsável pelo emissão do relatório;
 - ✓ declaração de conformidade ou não-conformidade com as exigências de ensaio; e
 - ✓ registros fotográficos e filmagens (filmagens quando não houver registros fotográficos, para os casos pertinentes;
 - ✓ resultados de ensaio, com as unidades de medida.



© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 395–402

• A comfort

10. **Final Review:** Review the completed form and ensure all information is accurate and complete. Sign and date the form.

A conformidade de

A conformidade do projeto técnico com o projeto rural, em vista com

A conformidade do projeto técnico com todas as exigências do Capítulo XIII do CTB e

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

செய்தியை உறுதிப்படுத்தும் செய்தி

Que a inteligência de

Que as informações instaladas na região de embarque e desembarque do veículo devam ser

Que as instituições trabalhassem na região de embar

[illegible]

Que o índice mínimo de luminosidade interna deve ser de 100 lux medido a 500 mm

Que no posto de comando e na primeira fila de poltronas atrás dele, admiti-se uma

colaboração de pesquisadores brasileiros, e que as pesquisas devam ser realizadas com métodos científicos, com o maior do cuidado científico e com o maior do rigor científico, com o maior do cuidado científico e com o maior do rigor científico.

10174

Que a vida do mar-fofo deve ser de vários do seu mundo, e não de um só.

Que todos os vídeos das janelas que estão infectados não sejam enviados para o servidor de backup.

• **Interno: Relazioni**

Testes para o laboratório me trazem a certeza que posso trabalhar no

uto, ou seja, o Relatório de Ensaio é realizado por laboratório especializado.

10) **Ensayo:** Los temas sobre "Oscar Wilde" y "El retrato de Dorian Gray" se encuentran en el material de estudio de esta asignatura.

Enlace real|lado con base en normativa anterior a vigente, poder ser usado.

(1) Declarationes, continentes o non declarationes in libro indicibus:

legal e pelo responsável técnico do Fornecedor do projeto.

—continued on inside back cover

CALCULOS DE CANTAS VECTORES, DIRECCIONES CON SIGLAS RESPECTIVAS | CONTINUAR EN LA PAGINA SIGUIENTE

13) Potência e Torque:

- Que o sistema deve ligar o movimento do volante com o funcionamento automático da porta

- Que o veículo está equipado com dispositivos que inibe o pedal do acelerador atuando

...and the results are shown in Table 1. The results show that the model is able to predict the results of the experiment with a high degree of accuracy. The model is able to predict the results of the experiment with a high degree of accuracy.

no cit.

Que a captação de água e o tratamento do esgoto não sejam realizados com o CII;

- As especificações técnicas dos pneus e das rodas do veículo, bem como de suas

-Que todos os componentes estruturais abaixo do piso, incluindo o parto interno da sala de

- Que o sistema eletrônico deve atender ao especificado na seção 5.3 da norma ABNT NBR

devern cair de acordo com a Resolução Conar n° 758/2018 e suas atualizações;

)) As declarações referentes à CAPTACETIS deverão conter as seguintes

fibrificação do vidro (Vidro colorido na massa), e suas características devem atender às especificações de tabela constante no CTT.

3.2) Ruído:

- Que para efeito de segurança na utilização de marcha-a-ré, deve ser incorporado um sinal

com pressão sonora de 90 dB(A), admitida a subtração de + 3 dB(A), entre 500 e 3.000 Hz, medido a 1.000 mm da fonte em qualquer direção;

- Que o veículo possui dispositivo sismador noturno com redução de até 15 dB (A), mediante conjugação com as luzes de posição do veículo;

- Que o veículo deve apresentar nível de ruído interno inferior a 85 dB(A) em qualquer regime de ruído. A medição deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 15570 e suas atualizações, com o veículo parado, no condições de ruído máximo do motor;

- 75% de ruído máximo e em condições de marcha lenta;

- A conformidade do projeto técnico, quanto ao nível de ruído externo.

3.4) Cor:

- A conformidade da cor "Amarillo Escuro", pátula em sistema polivalente

bicromático, com espessura de camada seca mínima de 60µm;

3.5) Sinalização:

- Que as setas de emergência devem permitir uma rápida e segura desocupação à

totalidade de estudantes e ao condutor, em situações de emergência, abastecimento ou

capotamento do veículo;

- Que a abertura da saída de emergência deve permitir sua abertura, ainda que a estrutura

do veículo tenha sofrido deformações;

- Que quando forem utilizadas aberturas para abertura das janelas de emergência, deve ser

instalada uma alavanca em cada abertura de emergência, que necessite de

esforço máximo de 300N para sua acionamento;

3.6) Projeto Técnico:

- A conformidade do projeto técnico quando à previsão da instalação de sistema de

monitoramento interno;

3.7) Segurança:

- A conformidade do projeto técnico das distâncias das linhas aplicadas (extremas) no veículo, com a norma

ABNT NBR 11003;

3.8) Segurança:

- Que o veículo deve ter um sistema de segurança autônomo e integrado que impeça o

movimento do veículo enquanto as portas estiverem abertas, garantindo que o veículo

estaja totalmente parado (0 km/h) para o embarque e desembarque de passageiros (para os

veículos de Categoria M3);

- Que o sistema deve liberar o movimento do veículo com o fechamento completo de porta

de serviço, por meio de tecnologia que interprete a condição de "porta fechada" (para os

veículos de Categoria M3);

- Que o veículo está equipado com dispositivo que inative o pedal do acelerador ajustado

para velocidade de 70 km/h;

- Que o veículo deve possuir dispositivo reflexivo de segurança, cujas características

reflexivas do material estão definidas na Resolução Conam nº 959/2022 e suas

atualizações, posicionados nas suas traseiras e nas laterais;

14

motor, sistema de transmissão, pino e eixo;

superfícies, nos pontos mais críticos regidos: motor, sistema de eixo e eixo;

15

16

Comprometimento com as Ações Corretivas e com as Regras de Comercialização do Produto, assinada pelo responsável técnico e pelo representante legal da empresa.

2.6.16 O produtor aprovado deverá ficar reservado até o 6º (sexto) mês de vigência de Ata de Registro de Preço para futuras inspeções comparativas quanto à linha de produção, devendo o fornecedor informar ao FNDE o nome e o endereço completo do construtor que adquirir tal veículo.

3.1 Análise Documental da Produção

Tem por objetivo principal a comprovação de que os veículos fabricados e/ou fornecidos pela(s) empresa(s) estão regulares em relação às leis e demais regulamentações normativas que regulam e vinculam caso algum, o efetivo do preço, conforme as análises, por parte do FNDE, de documentos relacionados à fabricação e/ou fornecimento, tais como cronogramas, relatórios, informativos e planos de correção solicitados.

3.1.1 A Análise Documental da Produção, por parte do FNDE, se dará por intermédio dos seguintes documentos, cujos modelos integram os respectivos CRT, a serem apresentados na frequência e nos prazos dispostos na Tabela abaixo:

Documentos	Elaborar	Frequência	Prazo para envio ao FNDE
Cronograma de Produção e Entrega	Fornecedor registrado	Sempre que FNDE solicitar pelo 5 (cinco) dias úteis	15 dias úteis do FNDE
Termo de Garantia	Fornecedor registrado	Única	5 (cinco) dias úteis do FNDE
Informativo de Comercialização do Produto	Fornecedor registrado	Única	5 (cinco) dias úteis do veículo no Contratar

Plano de Correção	Fornecedor registrado	Sempre que houver não conformidade a ser corrigida	20 (vinte) dias úteis do FNDE
Caso			

3.1.2 O modelo de Cronograma de Produção e Entrega poderá ser utilizado adaptando-se às particularidades de cada fornecedor registrado, desde que sejam mantidas, no mínimo, as informações solicitadas pelo FNDE.

3.1.3 O Termo de Garantia deverá ser apresentado uma única vez, junto com o primeiro Cronograma de Produção e Entrega.

3.1.4 Anexo ao Informativo de Comercialização do Produto, o fornecedor que comercializar esse veículo deverá encaminhar ao FNDE cópia da correspondente nota fiscal de venda.

3.2 Inspeção da Produção

Procedimento amostral, realizado na 2ª Etapa do Controle de Qualidade, por meio dos Organismos de Inspeção Acreditados - OIA pelo IMETRO, na área de regulamentação de veículos, em conjunto com o FNDE, se for o caso, que poderá utilizar-se do auxílio de tecnologia remota, para verificar se o processo produtivo da(s) montadora(s) atende aos requisitos e às condições estabelecidas nos Cadernos de Informações Técnicas - CIT, no os veículos fabricados e/ou entregues estão compatíveis com as especificações técnicas e com os requisitos de qualidade exigidos, cujo êxito deverá estar vinculado ao ente federado, sendo que a reprovação ocasionará a paralisação da fabricação das unidades sorteadas ao que se corrigem as não conformidades verificadas, culminando na emissão do Certificado de Qualidade.

3.2.1 A Inspeção de Produção poderá, a exclusivo critério do FNDE, ser realizada por equipe técnica de Atenção ou por instituições especializadas, previamente autorizadas ou em auxílio remoto - mediante processo de autoinspeção, por parte do fornecedor - em diferentes momentos ao longo da vigência de cada Ata de Registro de Preço e/ou dos

controles das decorrentes.

3.2.2 eventual cronograma de visitas técnicas será definido pelo FNDE segundo critérios próprios, podendo levar em consideração as informações fornecidas pela(s) empresa(s) por meio do Cronograma de Produção e Entrega, assim como as informações obtidas/compartilhadas junto aos órgãos/entidades construtoras, se necessário.

3.2.3 O FNDE se reserva no direito de, sempre que julgar necessário, realizar visitas técnicas sem prévio agendamento junto a(s) fornecedor(es) registrado(s).

3.2.4 As despesas relativas às atividades de Inspeção da Produção que esboçarem o OIA em segurança veicular serão integralmente custeadas pelo fornecedor.

3.2.5 A critério do FNDE, poderá compor a equipe técnica coordenador eventual com analise da conformidade e/ou em processos produtivos industriais, observadas as prioridades e os acordos de cooperação celebrados por esta Atribuição.

3.2.6 Nas visitas técnicas serão analisados veículos já inspecionados e liberados pelo controle de qualidade da fábrica, prontos e acabados para a comercialização.

3.2.7 A análise da equipe técnica envolverá todas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas pelo FNDE, assim como os aspectos de segurança, resistência e durabilidade dos veículos, podendo, inclusive, aderir nos aspectos dimensionais e demais elementos constitutivos do produto.

3.2.8 A critério da equipe técnica, poderá ser analisadas partes/componentes dos produtos em linha de produção, para fins de verificação do cumprimento das especificações técnicas estabelecidas.

3.2.9 As visitas técnicas serão documentadas, inclusive por meio de registros fotográficos e de vídeo, conforme o caso, e será elaborado Relatório de Inspeção da Produção - RIP, o qual será encaminhado ao respectivo fornecedor para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

3.2.10 O Relatório de Inspeção da Produção - RIP demonstrará os itens que foram objeto de análise, os parâmetros de avaliação, os resultados observados e, se for o caso, as não conformidades identificadas, juntamente com os itens/atribuições que foram descumpridos, conforme o caso.

3.2.11 Na impossibilidade de ocorrer a Inspeção da Produção por meio da realização de visitas técnicas, a(s) empresa(s) deverá(ão) enviar ao FNDE solicitação formal para autorização da entrega dos veículos aos Construtores, ficando a critério da

3.3.18 A empresa somente estará autorizada a realizar a entrega dos óbitos após a manifestação formal por parte do FNDE e mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Planilha com a relação de locais ou veículos faturados no período solicitado;

b) Plano de Correção (para cada veículo), acerca das não conformidades observadas por ocasião das análises dos referidos veículos;

c) Fotos de cada veículo nos ângulos e especificações prévias;

d) Ficha de Inspeção e Atestado para cada veículo, assinada por profissional qualificado para medir o consumo de qualidade (de) e (de) (s) fornecedores) e (de) (s) montadores) e (de) (s) fornecedores) e (de) (s) montadores).

3.3.19 Os documentos mencionados no subitem 3.2.18 deverão ser encaminhados ao FNDE, a cada máximo de 50 (cinquenta) veículos faturados ou a cada 30 (trinta) dias, o fato que ocorrer primeiro.

3.3.20 Os veículos deverão estar em total compatibilidade com os protocolos aprovados na 1ª Etapa do Controle de Qualidade e nos termos do Relatório de Avaliação de Produto - R.A.P., sob pena de incorrer em penalidades passíveis de aplicação de sanções administrativas, por parte do FNDE.

3.3.21 A Inspeção de Pós-Entrega poderá ser realizada pelo FNDE, por instituições

3.3.12 Os (s) fornecedores (s) deverão disponibilizar as fotos solicitadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação do FNDE.

3.3.13 Respostas que os veículos, seus componentes e peças deverão ser fotografadas individualmente. Cada óbito deverá ter as suas fotos legítimas, sendo expressamente vedado o aproveitamento e o envio de fotos repetidas para veículos diferentes.

Nota 1: As operações das funções do cronômetro/gráfico, de abertura/fechamento da porta de serviço, do DPM, da KAV e da PEV, devem ser verificadas.

Nota 2: A responsabilidade deve ser verificada de forma amostral.

Nota 3: Caso sejam evidenciadas Não Conformidades - NC, a aprovação de inspeção se dará, somente, após a realização das Ações Corretivas - AC pertinentes.

Nota 4: Caso as NC evidenciadas sejam sistêmicas e referentes à fabricação do veículo, o fornecedor deve ser prontamente notificado pelo FNDE e os seus processos de fabricação devem ser interrompidos e revisados.

3.4 Temas de Inspeção

As inspeções devem ser realizadas conforme as especificações técnicas estabelecidas pelo FNDE, acerca do respectivo veículo:

1) Externas:

1.1) Limpeza da Partícula;

1.2) Espelho do Limpeador;

1.3) Faróis Alto e Baixo.

1.4) Sinérgicos Externos;

1.4.1) Diâmetros;

1.4.2) Transmissão;

1.4.3) Lâmpada Direcional (placa-placa);

1.4.4) Luz Direcional;

1.4.5) Luz Direcional (abertura);

1.5) Torção de Ar (abertura);

1.6) Porta;

1.7) Janelas;

1.8) Pontas;

1.8.1) Bateria;

1.8.2) Tanque de Combustível;

1.8.3) Tanque Frontal;

1.9) Espelhos;

1.10) Interiores;

1.1.1) Teto / Válvula de Abertura da Porta;

1.1.2) Teto do Painel;

1.1.3) Iluminação Interna;

1.1.4) Iluminação do Painel;

1.1.5) Espelho Interno;

1.1.6) Desembalador;

1.1.7) Abertura do Capô do Motor;

1.1.8) Poltrona do Motorista;

1.1.9) Poltrona dos Passageiros;

1.1.10) Mecânica;

1.1.11) Nível da Água;

1.1.12) Nível do Óleo do Motor;

1.1.13) Nível do Óleo do Direção Hidráulica;

1.1.14) Pneus;

1.1.15) Bateria;

1.1.16) Freio de Estacionamento;

1.1.17) Macaco;

1.1.18) Tênis.

72

4.1 A aprovação das inspeções não elimina o Fornecedor das suas responsabilidades quanto aos seguintes requisitos: "SEGURANÇA", "CONFORTO" e "QUALIDADE".

4.2 A aprovação das inspeções se dará somente após a local eliminação das Não Conformidades - NC evidenciadas, quando da aprovação das ações corretivas pertinentes.

4. CONTINUIDADE DE APROVAÇÃO

Os OIAs em inspeção veicular devem enviar ao FNDE todos os registros gerados quando das inspeções, de forma digitalizada, no prazo a ser determinado pela Autarquia.

3.9 Envio dos Registros das Inspeções

A emissão e o processamento do Certificado de Inspeção Veicular Escolar - CIVE, por parte do OIA em inspeção veicular, devem ser realizados conforme for estabelecido pelo FNDE.

3.11.3 CIVE

Informações: classificação/tipo, nº do Pregão.

a) Certificado de Verificação Metrológica (cronograma) e

3.11.2 Devem evidenciar os seguintes registros:

considerando as suas massas em ordem de marcha.

d) taxa, a partir da pesagem dos veículos, com a presença dos OIAs em inspeção veicular.

c) relatório físico (fit diagrama) de funcionamento do cronograma; e

b) documentos do número do chassi;

identificador;

a) fotografias coloridas e digitalizadas do protótipo (visualização uniaxial/direta e visualização diâmetro/lateral esquerda, evidenciando, nitidamente, o seu número

3.11.1 Devem conter as seguintes informações:

Notas: Todas as especificações/modificações parciais de

particulares.

a) fuso ou similar;

b) iluminação;

c) coberturas;

d) pavimentos;

e) ventilação;

f) cabine do teste de água (caso de estagnidade).

3.6 Lacrante de Inspeção

totalmente desmontado.

Nota: Para a inspeção de produção não é necessário que o tanque de combustível esteja

d) com a pressão dos pneumáticos de acordo com as especificações dos seus fabricantes.

c) higienizados; e

b) lavados e limpos (internamente e externamente);

a) com suas massas em ordem de marcha;

Para a realização das inspeções, os veículos devem estar:

3.5 Condições para Inspeção

A partir de 300	17
200	16
100	15
90	15
80	15
70	14
60	14
50	13
40	12
30	11

Mat. 14.861.5

b) Lista de Inspeção contendo todos itens e subitens das especificações dos respectivos CTT, com colunas indicando as conformidades e não conformidades, e observações

a) Relatório de Avaliação do Protótipo - RAV e;

da realização da inspeção dos protótipos, os seguintes registros:

3.8 Registro

laboratório de calibração pertencentes à RBC ou detentores de padrões rastreáveis à RBC.

Nota 2: Todos os equipamentos de medição para os quais se emitirem certificados de

disponibilizados pelo Fornecedor;

Nota 1: Os equipamentos utilizados para a realização das inspeções devem ser

q) etiqueta e lâpis (especificações para decalques);

p) termo higrometro; e

o) placa padrão;

n) gabaritos de ângulos;

m) balança;

l) máquina fotográfica digital;

k) nível;

j) prumo;

i) cronômetro;

h) termo anemômetro para medição da velocidade/vento do ar;

condicionando;

g) armazenamento e processamento dos dados (de eficiência do sistema do ar-

eletônico para coleta;

f) sensores de temperatura (precisão mínima de $\pm 0,5^{\circ}\text{C}$) e no sistema

e) transferidor ou goníometro;

d) alfiler de caneta de tinta;

c) célula de carga;

b) paquímetro (mínimo 150 mm);

a) lunetas (mínimo 2.000 x 5.000 e 20.000 mm);

Para a realização das inspeções, devem ser utilizados os seguintes equipamentos:

3.7 Equipamentos

Nº de Veículos	20
Produtos	10
sem Inspeções	7
	10

etiqueta abaixo:

3.4.2 A seleção das amostras dos veículos deve ser realizada em conformidade com a

Caderno de Informações Técnicas - CTT.

Todos os itens e subitens serão avaliados na inspeção de produção, conforme o respectivo

3.4.1 Itens específicos para a realização das inspeções de produção

V.2) Plataforma Elevatória Veicular (PEV) - ONUREA Piao Alto;

V.3) Rampa de Acesso Veicular (RAV) - ONUREA Piao Baixo.

V.1) Dispositivo de Força Motriz (DFM) - ORE 1, 2, 3, Zero (4x4), 1 (4x4);

V) Acessibilidade:

IV.4.4) Lateral L.E;

IV.4.3) Lateral L.D;

IV.4.2) Traseira;

IV.4.1) Dianteira;

IV.4) Frente;

IV.3) Lateral;

IV.2) Traseira;

IV.1) Dianteira;

IV) Revisão Geral;

III.12) Ar condicionado;

III.11) Carregador USB;

III.10) Avanço de Emergência;

III.9) Cintos de Segurança;

III.8) Extintor;

III.7) Rododorfos;

III.6) Conjunto Sobresselente (Estepe);

III.5) Cronograma;

III.4) Manual do Proprietário (Cartão);

III.3) Chave de Rodas;

bem como só quando da comprovação da implementação das ações corretivas nos processos/procedimentos para a fabricação das unidades seriadas.

4.3 Quando da constatação de especificações técnicas diferentes daquelas estabelecidas no CIT de cada veículo, nos termos estabelecidos pelo FNDE, o OIA em inspeção veicular deverá notificar a Autarquia, antes de qualquer aprovação/reprovação.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS ACERCA DA ANÁLISE DOCUMENTAL DA PRODUÇÃO, INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO E INSPEÇÃO DE PÓS-ENTREGA

5.1 A observância do devido processo legal, da Análise Documental da Produção, da Inspeção da Produção e da Inspeção de Pós-Entrega constituem fundamento para que o FNDE, na condição de Órgão Gerenciador, aplique sanções administrativas e/ou cancele o registro do(s) fornecedor(s) registrado(s), caso sejam verificadas não conformidades que configurem descumprimento da(s) Ata(s) de Registro de Preços e/ou dos contratos dela decorrentes, inclusive no que tange às regras de Controle de Qualidade estabelecidas pela Autarquia, sem prejuízo da adoção das seguintes providências administrativas, até que o fornecedor tenha regularizado sua situação:

5.1.1 Suspensão da utilização da(s) Ata(s) de Registro de Preços para novas solicitações por parte dos órgãos participantes da compra nacional;

5.1.2 Suspensão da autorização para contratação para os órgãos participantes de compra nacional e não anulação a solicitações de adesão por parte de órgãos não participantes, se for o caso;

5.1.3 Ampla divulgação aos órgãos/entidades contratantes para que tomem as devidas providências no âmbito da execução dos contratos firmados;

5.1.4 Os resultados da Análise Documental da Produção, da Inspeção da Produção e da Inspeção de Pós-Entrega poderão ser divulgados, inclusive em meio eletrônico, com o intuito de contribuir para a melhoria do processo de especificações técnicas, uso e fabricação dos produtos, bem como dos controles implementados, tanto pelos fornecedores quanto pelo FNDE.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR ESCOLAR - CIVE

33

34

1. Emissão

O CIVE deve ser emitido em 2 (duas) vias, de forma digitada e sem rasuras.

Nota 1: A 1ª via é do contratante e a 2ª via do OIA.

Nota 2: Quando a informação para preenchimento de determinados campos não for disponível ou aplicável, os mesmos devem ser preenchidos com "ND" (Não Disponível) ou "NA" (Não Aplicável) ou com traços (-----).

1.1 Cancelamento

Quando do cancelamento do CIVE, as suas 2 (duas) vias devem ser carimbadas com "Cancelado", e arquivadas.

Nota: Na impossibilidade de arquivar a via do Contratante, deve ser formalizada uma justificativa.

1.2 Emissão de segunda via

A emissão de segunda via do CIVE deve ser conforme procedimento do OIA, mediante formalização por escrito, devidamente justificada, datada e assinada pelo Contratante.

1.3 Chancela

As 2 (duas) vias do CIVE devem ser chanceladas, no seu Campo 27, utilizando o modelo de chancela abaixo:



Nota 1: Diâmetro externo = 30 mm e diâmetro interno = 15 mm.

Nota 2: Figura ilustrativa.

1.4 Validade

O prazo de validade do CIVE é indeterminado.

2. Instrução de preenchimento

Campo 01 - ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO EM SEGURANÇA VEICULAR (OIA-SV)

Deve ser preenchido através de carimbo ou impresso, constando: a razão social, o CNPJ e o endereço (completo).

Campo 02 - CONTRATANTE

Deve ser preenchido com a razão social.

Campo 03 - CNPJ

Deve ser preenchido com o seu CNPJ.

Campo 04 - ENDEREÇO

Deve ser preenchido com o seu endereço (completo).

Campo 05 - MUNICÍPIO

Deve ser preenchido com o nome do seu município de localização.

Campo 06 - UF

Deve ser preenchido com a UF de sua localização.

Campo 07 - CEP

Deve ser preenchido com o seu CEP de localização.

Campo 08 - TELEFONE/E-MAIL

Deve ser preenchido com o(s) seu(s) número(s) do telefone e com o(s) seu(s) e-mail(s) do contato.

Campo 09 - CLASSIFICAÇÃO/TIPO

Deve ser preenchido com a classificação e o tipo do veículo.

Campo 10 - MARCA/MODELO/VERSÃO

Deve ser preenchido com a marca, modelo e versão do veículo.

Campo 11 - POTÊNCIA/CILINDRADA

Deve ser preenchido com o valor da potência e da cilindrada do veículo.

Campo 12 - COR

Deve ser preenchido com "Amarelo Escolar".

Campo 13 - COMBUSTÍVEL

Deve ser preenchido com o nome do combustível utilizado no veículo.

Campo 14 - PLACA DE LICENÇA

Deve ser preenchido com o número da placa de licença do veículo.

Campo 15 - LOTAÇÃO

Deve ser preenchido com o valor da lotação do veículo.

Campo 16 - TARA

Deve ser preenchido com o valor da tara do veículo.

Campo 17 - PBT

Deve ser preenchido com o valor do PBT do veículo.

Campo 18 - CMT

Deve ser preenchido com o valor da CMT do veículo.

Campo 19 - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO

Deve ser preenchido com o ano/modelo de fabricação do veículo.

Campo 20 - Nº DO CHASSI

Deve ser preenchido com o número do chassi do veículo.

35

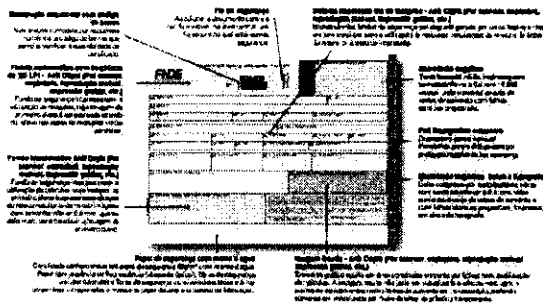
36

73

24

APÊNDICE E - ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA DE SEGURANÇA DO CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR ESCOLAR (CIVE)

Apresentação do Sistema de Segurança



41

- b) extração e exportação dos dados disponíveis desde a última coleta; e
- c) exibição dos relatórios dos dados gerados, por meio do software e/ou sistema fornecido pelo seu fabricante.

- 1) Os veículos devem estar equipados com cronotacógrafo eletrônico de indicação digital, aprovado metrologicamente pelo INMETRO, destinado a registrar, de forma simultânea, inalterável e instantânea, a velocidade e a distância percorrida, no tempo do tempo decorrido, assim como os parâmetros relacionados ao seu controle;
- 2) O cronotacógrafo deve permitir, no mínimo, o registro instantâneo, para posterior extração dos seguintes dados, em formato eletrônico:
 - a) data;
 - b) hora, minuto;
 - c) velocidade;
 - d) odômetro;
 - e) identificação do condutor, tempo de trabalho, tempo de parada e tempo de direção; e
 - f) identificação do veículo.
- 3) O cronotacógrafo deve possuir criptografia para proteção e confidencialidade dos dados, e ter capacidade de incorporar novos registros e armazenamento de, no mínimo, 30 (trinta) dias ininterruptos (24 h) na memória interna do instrumento.
- 4) O armazenamento dos dados deve ser efetuado em memória interna não volátil.
- 5) Os dados armazenados devem ser exportados via coleta manual, por meio de um dispositivo de armazenamento de dados, tipo cartão de memória ou pen drive.
- 6) Os dados devem ser disponibilizados em formato de arquivo eletrônico.
 - 6.1) Coleta de dados
 - a) os dados armazenados pelo cronotacógrafo devem ser exportados, quando solicitados, em formato proprietário, contendo os dados disponíveis de, no mínimo, os últimos 30 (trinta) dias;
 - b) o fabricante do cronotacógrafo deve entregar ao Fornecedor 1 (um) sistema para visualização dos dados exportados pelo instrumento;
 - c) os arquivos extraídos do cronotacógrafo são de propriedade do contratante, podendo ser acondicionados em dispositivos de armazenamento de dados como pen drive, cartão de memória e HD, de forma que estejam disponíveis a qualquer tempo, sempre que for necessário; e
 - d) o fabricante do cronotacógrafo deve fornecer ao contratante um software ou sistema capaz de analisar e gerar relatórios gráficos da condução do veículo, bem como relatórios gerenciais baseados nos arquivos do instrumento, sem a obrigatoriedade de contratação de serviços adicionais.
 - 6.2) De forma a evidenciar o seu funcionamento, o cronotacógrafo deve permitir:
 - a) emissão de relatório físico (fita diagrama), contendo os registros armazenados nas últimas 24 h;

42

Nome do representante legal do Fornecedor:
CNPJ da empresa:

O Organismo de Inspeção Acreditado em Segurança Veicular (OIA-SV) e/ou Laboratório, por mim contratado, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº /20 e seus anexos, fica autorizado a fornecer, diretamente ao FNDE, caso seja solicitado, todas as informações acerca dos relatórios de ensaio, laudos e certificados, incluindo o envio integral de tais documentos e dos correlatos complementares, conforme o Anexo do Controle de Qualidade e/ou do Caderno de Informações Técnicas - CIT.

Local e data.

Representante Legal do Fornecedor

Nome completo

CPF

Assinatura e Carimbo

75

96

Assinatura e Carimbo
Representante Legal da Empresa

Assinatura e Carimbo
Representante Legal da Empresa

Adicionalmente, encaminhamos, em anexo, a respectiva nota fiscal de venda.

Opportunamente, registramos que o envio desta documentação observo o prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a emissão do PND, na forma estabelecida no Anexo do Controle de Qualidade e/ou CIT.

Endereço:	Solange SIGAR P.
CNPJ:	
MatrículaUF:	
Entidade Contratante:	

Quantidade de produção de cada produto				Total
Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	

Tabela 2: Programação da produção de cada produto para o período:

Ministério da Educação - MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FND
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIAD
COORDENADORIA-GERAL DE MEMÓRIAS E COMPARAS - CCOM
ANEXO 1 - PLANILHA DE CONTROLE DE QUALIDADE E/OU CIT

Ministério da Educação - MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FND
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIAD
COORDENADORIA-GERAL DE MEMÓRIAS E COMPARAS - CCOM
ANEXO 1 - PLANILHA DE CONTROLE DE QUALIDADE E/OU CIT

APÊNDICE 1 - INFORMATIVO DE
COMERCIALIZAÇÃO DO PROTÓTIPO

Quantidade de cada item em				Total
Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	

Tabela 1: Redução dos itens em produção no período em função das
condições contrárias:

JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Mês/ano:

2023	2024
------	------

Ao:

A empresa
CNPJ nº
beneficiária de Ato de Registro de Freixo nº
em cumprimento das regras estabelecidas no
Anexo do Controle de Qualidade e/ou CIT, encaminha
ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FND
a documentação necessária para o processo de
registro e emissão de Ato de Registro de Freixo - ON/UREA
para o período abaixo indicado:

Declaramos que a empresa
CNPJ nº
beneficiária de Ato de Registro de Freixo nº
em cumprimento das regras estabelecidas no
Anexo do Controle de Qualidade e/ou CIT, encaminha
ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FND
a documentação necessária para o processo de
registro e emissão de Ato de Registro de Freixo - ON/UREA
para o período abaixo indicado:

Ministério da Educação - MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FND
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIAD
COORDENADORIA-GERAL DE MEMÓRIAS E COMPARAS - CCOM
ANEXO 1 - PLANILHA DE CONTROLE DE QUALIDADE E/OU CIT

Ministério da Educação - MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FND
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIAD
COORDENADORIA-GERAL DE MEMÓRIAS E COMPARAS - CCOM
ANEXO 1 - PLANILHA DE CONTROLE DE QUALIDADE E/OU CIT

APÊNDICE 1 - MODELO DE CRONOGRAMA DE
PRODUÇÃO E ENTREGA

lt

Nome: _____
RG: _____
Telefone: _____
Local: _____
Data: _____
Hora: _____

Assinatura do Responsável pelo Controle de Qualidade do Produto: _____
Assinatura do Responsável pelo Controle de Qualidade do Produto: _____

Nome: _____
RG: _____
Telefone: _____
Local: _____
Data: _____
Hora: _____

Assinatura do Representante da Empresa (ex.: município): _____

OBS.: Caso não haja nenhuma pendência, deverá ser marcada a opção abaixo. O fornecedor não poderá criar nenhum outro tipo de documento alternativo em substituição a este.

Item: _____
Item: _____

Irregularidades constatadas (caso tenha - informar nº do item e descrever o problema): _____
Declaro que o veículo foi entregue/recebido com as irregularidades/pendências constatadas e registradas abaixo, sendo que a substituição/reparo das mesmas irregularidades será feita pelo Consumidor (fornecedor) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após esta data.

DECLARAÇÃO DE PENDÊNCIAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS - CGCOM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIAD
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FND
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Pendências	
Item	Descrição
1.	Limpador de Para-brisa
2.	Espelho do Lateral
3.	Forro Alto/Baixo
4.	Estrelas externas
4.1	Dianteira
4.2	Traseira
4.3	Luz Direcional (luzes-girais)
4.4	Luzes do Pê
4.5	Fretos
5.	Tomada de Ar (abertura)

Observações: O preenchimento da ficha tem como a finalidade o controle de qualidade do representante da unidade fornecedora (ex.: município, prefeitura) deverá apenas ser o responsável pelo aceite final da análise realizada pelo fornecedor vencedor do processo.

- OK para item em conformidade;
- X para item não conforme;
- N/A para item que não se aplica.

Contratante (Interessado):	
Fornecedor:	
Nº Contrato:	Nº Chassi:
Nota Fiscal:	

FICHA DE INSPEÇÃO E APROVAÇÃO DO VEÍCULO
(Modelo)
APÊNDICE K - FICHA DE INSPEÇÃO E APROVAÇÃO ORE/ONUREA
COORDENAÇÃO-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS - CGCOM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIAD
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FND
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Pendências	
Item	Descrição
6.	Porta
7.	Isolante
8.	Portabacula
8.1	Bacula
8.2	Tanque de Combustível
9.	Espelhos
9.1	Espeelho
9.2	Espeelho
10.	Nível do Óleo do Motor
11.	Nível do Óleo do Freio
12.	Nível do Óleo do Freio
13.	Nível do Óleo do Freio
14.	Nível do Óleo do Freio
15.	Nível do Óleo do Freio
16.	Nível do Óleo do Freio
17.	Nível do Óleo do Freio
18.	Nível do Óleo do Freio
19.	Nível do Óleo do Freio
20.	Nível do Óleo do Freio
21.	Nível do Óleo do Freio
22.	Nível do Óleo do Freio
23.	Nível do Óleo do Freio
24.	Nível do Óleo do Freio
25.	Nível do Óleo do Freio
26.	Nível do Óleo do Freio
27.	Nível do Óleo do Freio
28.	Nível do Óleo do Freio
29.	Nível do Óleo do Freio
30.	Nível do Óleo do Freio
31.	Nível do Óleo do Freio
32.	Nível do Óleo do Freio
33.	Nível do Óleo do Freio
34.	Nível do Óleo do Freio
35.	Nível do Óleo do Freio
36.	Nível do Óleo do Freio
37.	Nível do Óleo do Freio
38.	Nível do Óleo do Freio
39.	Nível do Óleo do Freio
40.	Nível do Óleo do Freio
41.	Nível do Óleo do Freio
42.	Nível do Óleo do Freio
43.	Nível do Óleo do Freio
44.	Nível do Óleo do Freio
45.	Nível do Óleo do Freio
46.	Nível do Óleo do Freio
47.	Nível do Óleo do Freio
48.	Nível do Óleo do Freio
49.	Nível do Óleo do Freio
50.	Nível do Óleo do Freio

DECLARAÇÃO DE PENDÊNCIAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS - CGCOM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIAD
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FND
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
ADITIVO DE TERMO DE COMPROMISSO PAC Nº 957902-4

Diego Lima de Moraes
Mat. 14.861-5

Proposta de Seleção PAC Nº 26298006657/2023

EXTRATO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR(NOVO PAC CAMINHO DA ESCOLA)						
IDENTIFICAÇÃO DO ENTE FEDERADO						
01 - PROGRAMA(S) PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS					02 - EXERCÍCIO 2024	
03 - Nº PROCESSO 23400.001139/2024-49						
04 - NOME DA PREFEITURA PM VITORIA CONQUISTA					05 - N.º DO CNPJ 14.239.578/0001-00	
06 - ENDEREÇO PRACA JOAQUIM CORREIA 0 - SEDE			07 - MUNICÍPIO VITÓRIA DA CONQUISTA		08 - UF BA	
IDENTIFICAÇÃO DO(A) PREFEITO(A)						
09 - NOME ANA SHEILA LEMOS ANDRADE					10 - CPF 603.607.715-72	
IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS AÇÕES FINANCIADAS						
ITENS						
ITEM	ETAPA	UNIDADE	ANO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 3 - MECÂNICO	TODOS	UNIDADE(S)	2023	1	R\$ 497.152,49	R\$ 497.152,49
TOTAL GERAL				1	R\$ 497.152,49	R\$ 497.152,49
RAF (MEC/FNDE): R\$ 0,00			TOTAL DE CONTRAPARTIDA: R\$ 32.348,48			
CONTRAPARTIDA OBRIGATÓRIA: R\$ 4.971,52			CONTRAPARTIDA COMPLEMENTAR: R\$ 27.376,96			
EMPENHOS						
INICIATIVA		NÚMERO		VALOR		
022 - ADQUIRIR ÔNIBUS ESCOLAR		2024NE651804		R\$ 464.804,01		
TOTAL EMPENHO				R\$ 464.804,01		
11 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO						
DATA INICIAL: 02/07/2024			DATA FINAL: 02/07/2026			
12 - ETAPAS OU FASES (SE HOVER)						

(*) ITEM A SER ADQUIRIDO POR ADESAO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO FNDE

Termo com vigência até 02/07/2026.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Brasília/DF, 23 de JUNHO de 2025.

28

ANA SHEILA LEMOS ANDRADE - (603.607.715-72)

PM VITORIA CONQUISTA - (14.239.578/0001-00)

VALIDAÇÃO ELETRÔNICA DO DOCUMENTO

Validado por ANA SHEILA LEMOS ANDRADE - CPF: 603.607.715-72 em 26/06/2025 10:23:52

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat. 14.061-5



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929
Telefone: 0800-616161 e Fax: @fax_unidade@ - https://www.fnde.gov.br

Diário Oficial de Brasília
Mat. 14.891-5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2023

Processo nº 23034.038983/2023-60

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com sede no Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Bloco "F", na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.378.257/0001-81, neste ato representado(a) pela **Diretora de Administração**, a Sra. **LEILANE MENDES BARRADAS**, nomeada pela Portaria nº 1.975 de 09 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2023, portadora da matrícula funcional nº 1477920, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2023, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2023, processo administrativo nº 23034.028908/2022-18, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, do tipo ORE 2 e ORE 3, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 06/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	ORE 2	Mecânica	IVECO/ON-HIGHWAY	Unidade	3.600	R\$ 398.500,00	R\$ 1.434.600.000,00
3	ORE 3	Mecânica	IVECO/ON-HIGHWAY	Unidade	3.500	R\$ 469.499,00	R\$ 1.643.246.500,00
VALOR TOTAL							R\$ 3.077.846.500,00

2.2. Os dados do fornecedor mais bem classificado no resultado da licitação (fornecedor registrado nesta Ata) são os que seguem:

1ª Classificada – Empresa fornecedora		
CNPJ n.º: 36.519.422/0001-15		Razão Social: On-Highway Brasil LTDA.
Endereço: Rodovia MG-238, S/N, Km 73.5, Sala On-Highway, Bloco II - Distrito Industrial Norte		
Cidade: Sete Lagoas	UF: MG	CEP: 35.703-138
Telefone: (31) 99283-1710		
Endereço Eletrônico: caminhodaescola@ivecogroup.com		
Representante: Débora Rocha Costa		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF: MG-10 415.471 - SSP/MG		CPF n.º 049.458.766-06

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao item 3 consta como anexo a esta Ata (Encarte A). Não houve formação do cadastro de reserva para o item 2.

3. DAS DEFINIÇÕES

3.1. Para efeito desta Ata, têm-se as seguintes definições:

3.1.1. **Órgão Gerenciador:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços, incluindo a regulamentação e a execução do pregão eletrônico, bem como pelo gerenciamento da(s) ata(s) de registro de preços dele decorrente(s).

3.1.2. **Fornecedor:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional ou estrangeira, que desenvolva atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços e que sejam beneficiários de atas de registro de preços ou contratos junto à Administração Pública, decorrentes do certame objeto desta ata de registro de preços.

3.1.3. **Órgão Participante de Compra Nacional - OPCN:** Órgão ou entidade da administração pública dos estados, Distrito Federal e municípios que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no Registro de Preços, independente de manifestação formal;

3.1.3.1. Para efeitos desta Ata de Registro de Preços, são órgãos participantes de compra nacional os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

3.1.4. **Órgão Não Participante - ONP:** Órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos estabelecidos por meio do Decreto n.º 11.462/2023 e as normas e critérios dos programas e/ou projetos específicos para atendimento às redes de ensino, se for o caso, faz adesão à Ata de Registro de Preços, precedida da manifestação de anuência do órgão gerenciador e da aceitação de fornecimento por parte do fornecedor beneficiário da Ata.

3.1.5. A possibilidade de órgãos não participantes aderirem à ata de registro de preços justifica-se objetivando atender a demandas de entes não abarcados na categorização expressa no item n.º 3.1.3., mas que tenham a necessidade de utilização, para fins educacionais, dos produtos licitados.

3.1.6. **Compra Nacional:** Compra ou contratação de bens e serviços, em que o Órgão Gerenciador conduz os procedimentos para Registro de Preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

4.2. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.2.1. Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP;

4.2.2. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

4.2.3. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos, bem como praticar atos de gestão do SIGARPWEB;

4.2.4. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

4.2.5. Aplicar as sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes de descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

4.2.6. Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

4.2.7. Registrar no Portal de Compras os preços registrados com indicação dos fornecedores;

4.2.8. Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata nas contratações dela decorrentes.

4.3. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E AOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

4.3.1. Utilizar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço - SIGARPWEB, para realizar solicitação de utilização ou de adesão às atas de registro de preços, bem como para acompanhar o status das solicitações efetuadas;

4.3.2. Contratar os ônibus escolares, obedecendo ao quantitativo solicitado, por meio de instrumento contratual hábil, após o deferimento da solicitação no SIGARPWEB, respeitada a validade da ata de registro de

preços e o prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de deferimento do pedido de adesão, para os órgãos não participantes.

4.4. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE:

- 4.4.1. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;
- 4.4.2. Disponibilizar à CONTRATADA a lista de endereços de entrega dos ônibus escolares;
- 4.4.3. Responsabilizar-se pela guarda dos ônibus escolares entregues pela CONTRATADA, bem como pelo seu envio às escolas da sua rede educacional;
- 4.4.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- 4.4.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos ônibus escolares, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano;
- 4.4.6. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 4.4.7. Notificar previamente a CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas;
- 4.4.8. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor antes dos atos relativos à assinatura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional e qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.462, de 2023.

5.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato da Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Ministério de Gestão e Inovação.

5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no art. 32, I, do Decreto 11.462/2023.

5.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme disposto no art. 32, II, do Decreto 11.462/2023.

5.5. Ao Órgão Participante de Compra Nacional (OPCN) e ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5.6. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6.1. Caberá ao órgão gerenciador aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.7. Os atos de controle, administração e gerenciamento da utilização desta Ata de Registro de Preços, de competência do FNDE, na condição de Órgão Gerenciador, bem como os procedimentos operacionais prévios à formalização da contratação entre o órgão/entidade contratante e o FORNECEDOR, serão realizados por meio do Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços – SIGARPWEB (www.fn.de.gov.br/sigarpweb), o qual representa objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade (SEI 3884625), Encarte B deste documento, assinado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata.

5.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.3, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.14. Os fornecedores registrados no cadastro de reserva deverão cumprir com os mesmos requisitos da primeira etapa do controle de qualidade previstos no Caderno de Informações Técnicas - CIT, inclusive no tocante ao prazo de entrega de documentos e amostras, que passará a contar após a publicação da ata de registro de preços e a partir da comunicação formal do FNDE.

6.15. Os fornecedores registrados no cadastro de reserva que não cumprirem com os procedimentos acima descritos terão o seu registro no cadastro de reserva tornados sem efeitos para todos os fins.

6.16. Poderão ser dispensados desses procedimentos o fornecedor que já tiver obtido a aprovação do mesmo produto, mas de região distinta, na primeira etapa do controle do pregão eletrônico.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

84

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

11.1. A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o FORNECEDOR obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo Órgão Gerenciador, e pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional, durante sua vigência, dentro dos quantitativos fixados, conforme tabela(s) constante(s) da Cláusula Segunda.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

11.2. O compromisso de entrega e execução estará caracterizado mediante a assinatura de CONTRATO entre o FORNECEDOR e a CONTRATANTE, observadas as disposições desta Ata de Registro de Preços e do Edital do Pregão Eletrônico nº. 06/2023, em conformidade à minuta anexada ao Edital.

11.2.1. Os contratos decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade a que se refere o item 6.1 desta Ata, conforme disposto no art. 34, parágrafo único, do Decreto nº 11.462/2023.

11.2.2. A entrega do(s) item(ns) deverá ser efetuada no prazo estabelecido no Cronograma de Entrega constante do Edital, o qual será contado após a assinatura do contrato e com termo inicial a partir da disponibilização dos endereços de entrega pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.2.3. Demais obrigações do FORNECEDOR, na condição de CONTRATADO, e dos Órgãos/entidades que se utilizarem desta Ata de Registro de Preços, na condição de CONTRATANTE, constarão do respectivo CONTRATO, em conformidade à minuta anexa ao Edital.

11.3. O fornecedor fica proibido de firmar contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços sem o conhecimento e prévia autorização, quando for o caso, do Órgão Gerenciador.

12. DO CONTROLE DE QUALIDADE

12.1. Os produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços estão sujeitos ao Controle de Qualidade realizado pelo FNDE, pelos CONTRATANTES ou por instituição indicada por eles, na forma disposta nos Cadernos de Informações Técnicas – CIT e nos demais Anexos do Edital.

12.1.1. O Controle de Qualidade poderá ocorrer durante as etapas de produção e a qualquer tempo, durante a vigência desta Ata e/ou dos contratos firmados com o FNDE e/ou com os CONTRATANTES.

12.2. O cumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade dos produtos registrados nesta Ata constitui objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade (SEI 3884625) firmado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata (Encarte B deste documento).

12.3. O descumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade implica descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando o FORNECEDOR ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o devido processo legal.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços e do Controle de Qualidade ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

13.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

13.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela derivados, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lida e achada em ordem, a presente Ata vai assinada eletronicamente pelas partes.

Assinado eletronicamente por:

LEILANE MENDES BARRADAS
Diretora de Administração do FNDE
Órgão Gerenciador

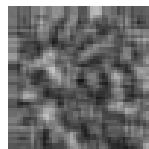
DÉBORA ROCHA COSTA
On-Highway Brasil LTDA.
Fornecedor



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA ROCHA COSTA**, Usuário Externo, em 27/12/2023, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por LEILANE MENDES BARRADAS, Diretor(a) de Administração, em 27/12/2023, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3910923 e o código CRC 61DF4870.

Discordo
Mat. 0001-5

ENCARTE A

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original referente ao item 3:

Fornecedor: VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ/MF: 06.020.318/0001-10

Endereço: Rua Volkswagen, 291 - 8º Andar - Jabaquara, São Paulo/SP - CEP: 04.344-901

Telefone: (11) 5582-5600 (Whatsapp); (11) 96904-3789 (Celular e Whatsapp)

Representantes: Adriana Cecconello e Bruno da Silva Perelra

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	ORE 3	Mecânica	Unidade	3.500	R\$ 497.490,00	R\$ 1.741.215.000,00

Fornecedor: MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.

CNPJ/MF: 59.104.273/0001-29

Endereço: Avenida Alfred Jurzykowski, 562, São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09.680-900

Telefone: (11) 99156-3242 / (11) 4173-6093

Representantes: Gustavo Rossi Nogueira e Cleber Braga

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	ORE 3	Mecânica	Unidade	3.500	R\$ 558.997,00	R\$ 1.956.489.500,00

Referência: Processo nº 23034.038983/2023-60

SEI nº 3910923

88



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE. - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-913
Telefone: 0800-616161 e - <https://www.fnde.gov.br>

Decreto de Arquivamento
Mat. 14.861/5

TERMO ADITIVO

Processo nº 23034.038983/2023-60

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro
de Preços nº 8/2023

PARTES:

GERENCIADOR: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, CNPJ nº 00.378.257/0001-81, com sede em Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco “F”, Edifício FNDE, na cidade de Brasília-DF, neste ato representado pelo(a) Diretor(a) de Administração, Sra. Leilane Mendes Barradas, nomeada pela Portaria nº 1.975 de 09 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2023, portadora da matrícula funcional nº 1477920 no uso de suas atribuições legais.

FORNECEDOR: IVG BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 36.519.422/0001-15, com sede em Rodovia MG-238, S/N, Km 73.5, Sala On-Highway, Bloco II - Distrito Industrial Norte, Sete Lagoas/MG, CEP 35.703-138, neste ato representada por sua representante legal, Débora Rocha Costa, CPF nº ***458.766-**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 8/2023 (SEI 3910923) pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, conforme previsão do item 6.1 da Ata de Registro de Preços.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES

2.1. Ficam mantidas todas as demais condições, obrigações e cláusulas da Ata de Registro de Preços original, que não tenham sido expressamente alteradas por este termo aditivo.

2.2. A prorrogação obedece ao limite temporal de vigência estabelecido no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e os quantitativos mínimos e máximos de cada item permanecem os constantes da Ata de Registro de Preços original, salvo atualização ou ajustes realizados em conformidade com o presente Termo Aditivo e com as previsões constantes dos arts. 25 a 27 do Decreto nº 11.462/2023.

3.1.1. A prorrogação abrangida neste Termo Aditivo inclui os itens com quantitativo disponível na data de sua assinatura.

3.2. O índice de reajuste dos preços será o Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observando a dinâmica prevista para reajustes de

89

contratos administrativos.

3.3. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, com publicação oficial, e será calculado com base na variação acumulada do IPP nos últimos 12 (doze) meses, apurado no mês anterior à aplicação do reajuste.

3.4. O reajuste da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer após o interregno de 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento estimado pela Administração Pública. Nos casos em que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços for celebrado antes do reajuste da Ata, os valores contratados devem observar os preços originais registrados até a efetivação do reajuste.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA VANTAJOSIDADE**

4.1. A prorrogação foi precedida de análise técnica e ou pesquisa de mercado que demonstraram a vantagem dos preços registrados.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

5.1. Ratificam-se todas as disposições da Ata de Registro de Preços nº 8/2023, exceto aquelas alteradas expressamente por este termo aditivo.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA ASSINATURA E PUBLICIDADE**

6.1. Este termo aditivo será assinado eletronicamente pelas partes e publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

Assinado eletronicamente por:

LEILANE MENDES BARRADAS

Diretora de Administração do FNDE

Órgão Gerenciador

DÉBORA ROCHA COSTA

IVG Brasil Ltda.

Fornecedor



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA ROCHA COSTA**, Usuário Externo, em 17/12/2024, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE MENDES BARRADAS**, Diretor(a) de Administração, em 18/12/2024, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



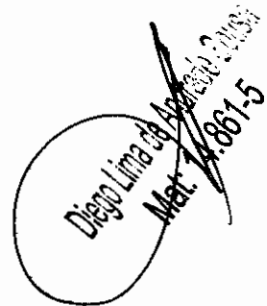
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4537319** e o código CRC **289EDB16**.

90

Diogo Lima de Almeida
Mat: 14.8615



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE. - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929
Telefone: 0800-616161 e - <https://www.fnde.gov.br>



TERMO ADITIVO

Processo nº 23034.038983/2023-60

2º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 08/2023,
decorrente do pregão eletrônico nº 06/2023.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.378.257/0001-81, com endereço no Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Bloco "F", na cidade de Brasília/DF, neste ato representado(a) pela **Diretora de Administração, a Sra. LEILANE MENDES BARRADAS**, nomeada pela Portaria nº 1.975 de 09 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2023, portadora da matrícula funcional nº 1477920, e a empresa **IVG BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 36.519.422/0001-15, com sede em Rodovia MG-238, S/N, Km 73.5, Sala On-Highway, Bloco II - Distrito Industrial Norte, Sete Lagoas/MG, CEP 35.703-138, neste ato representada por sua representante legal, **Débora Rocha Costa**, CPF nº ***458.766-**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 08/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2023, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Aditivo tem por objeto a inclusão da empresa Filial da IVG BRASIL LTDA, localizada no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, localizada na Avenida Jerome Case, nº. 1801, Edifício IVG, Sala IVG, Portaria 3, bairro Éden, CEP: 18.087-220, inscrita no CNPJ sob o nº 36.519.422/0006-20 à Ata de Registro de Preços (ARP) nº 08/2023, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 06/2023.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1. A tabela constante do item 2.2 da Ata, acerca dos dados do fornecedor, passa a vigorar com as seguintes informações:

1ª Classificada – Empresa fornecedora		
CNPJ n.º: 36.519.422/0001-15		Razão Social: IVG BRASIL LTDA.
Endereço: Rodovia MG-238, S/N, Km 73.5, Sala On-Highway, Bloco II - Distrito Industrial Norte		
Cidade: Sete Lagoas	UF: MG	CEP: 35.703-138
CNPJ n.º: 36.519.422/0006-20		Razão Social: IVG BRASIL LTDA.
Endereço: Avenida Jerome Case, nº. 1801, Edifício IVG, Sala IVG, Portaria 3, bairro Éden		
Cidade: Sorocaba	UF: SP	CEP: 18.087-220
Telefone: (31) 99283-1710		
Endereço Eletrônico: caminhodaescola@ivecogroup.com		
Representante: Débora Rocha Costa		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF: MG-10 415.471 - SSP/MG		CPF n.º 049.458.766-06

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ANÁLISE

3.1. O presente Termo Aditivo foi analisado pela Procuradoria Federal junto ao FNDE, conforme determina a legislação vigente.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Este termo aditivo será assinado eletronicamente pelas partes e publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições da Ata de Registro de Preços original que não tenham sido modificados pelo presente Termo Aditivo.

92

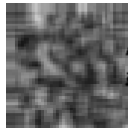
5.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA ROCHA COSTA**, Usuário Externo, em 18/03/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE MENDES BARRADAS**, Diretor(a) de Administração, em 18/03/2025, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4687415** e o código CRC **CFBDDF14**.

93



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE. - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-900
Telefone: 0800-616161 - <https://www.fnde.gov.br>

Diego Lima de Andrada e Sousa
Mat: 14.861-5

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23034.038983/2023-60

Segundo Termo de Apostilamento à Ata de
Registro de Preços nº 8/2023

PARTES:

GERENCIADOR: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, CNPJ n.º 00.378.257/0001-81, com sede em Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco “F”, Edifício FNDE, na cidade de Brasília-DF, neste ato representado pelo(a) Diretor(a) de Administração, Sra. Leilane Mendes Barradas, nomeada pela Portaria nº 1.975 de 09 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2023, portadora da matrícula funcional nº 1477920 no uso de suas atribuições legais.

FORNECEDOR: IVG BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 36.519.422/0001-15, com sede em Rodovia MG-238, S/N, Km 73.5, Sala On-Highway, Bloco II - Distrito Industrial Norte, Sete Lagoas/MG, CEP 35.703-138, neste ato representada por sua representante legal, Débora Rocha Costa, CPF nº ***458.766-**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de apostilamento tem por objeto a formalização do reajuste de preços referente à Ata de Registro de Preços nº 8/2023 (SEI 3910923), com base no Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês de outubro, cujo índice registrado foi de 5,89%, referente ao período de outubro de 2023 a outubro de 2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DO REAJUSTE

2.1. Nos termos do item 7.1.3.1 da Ata de Registro de Preços e do art. 25, § 7º, da Lei n. 14.133/2021, o reajuste produzirá efeitos financeiros a partir de 29/12/2024.

2.2. Os novos valores reajustados serão os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	MARCA	PREÇO ORIGINAL (R\$)	PREÇO REAJUSTADO (R\$)
2	ORE 2	Mecânica	IVECO/ON-HIGHWAY	R\$ 398.500,00	R\$ 421.971,65
3	ORE 3	Mecânica	IVECO/ON-HIGHWAY	R\$ 469.499,00	R\$ 497.152,49

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA

3.1. Este Termo de Apostilamento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, e terá vigência a partir de sua assinatura.

3.2. E, por estarem de acordo, o presente Termo de Apostilamento é assinado eletronicamente pelas partes.

94

Assinado eletronicamente por:

LEILANE MENDES BARRADAS

Diretora de Administração do FNDE

Órgão Gerenciador

Diogo Lima de Andrade
Mat: 14.861.5

DÉBORA ROCHA COSTA

IVG Brasil Ltda.

Fornecedor



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA ROCHA COSTA**, Usuário Externo, em 17/12/2024, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE MENDES BARRADAS**, Diretor(a) de Administração, em 18/12/2024, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015, respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4537323** e o código CRC **C0C1F4BB**.

Referência: Processo nº 23034.038983/2023-60

SEI nº 4537323

95



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
UASG 153173 - PNDE-MEC-FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/DI
PREGÃO 6/2023

Às 17:52 horas do dia 19 de Dezembro de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LILIANE MENDES BARRADAS, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 23036023/00002218, Pregão nº 6/2023.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021 Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo de disputa: Aberto/Pechado

Objeto da compra: Registro de preço nacional para futura e eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONURUA Piso Alto e ONURUA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Entrega de propostas: De 27/09/2023 às 08:00 em 09/10/2023 às 09:00

Abertura da sessão pública: Dia 09/10/2023 às 09:00 (horário de Brasília)

Mensagens do chat de compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/10/2023 às 09:00:04	A sessão pública está aberta. Até 2 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Havendo erro técnico de abertura dos itens de 1 minutos. Manteremos a sessão aberta.
Sistema	09/10/2023 às 09:01:07	Bom dia, Sr. Licitante!
Sistema	09/10/2023 às 09:01:18	Declaro aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 06/2023 do PNDE - Aquisição de Ônibus Escolar no âmbito do Programa Caminho da Escola
Sistema	09/10/2023 às 09:01:44	Analisei bem os lances que serão ofertados, de forma que os mesmos possam dar condições à empresa de prestar bom fornecimento, tudo conforme exigido no edital e no termo de referência, caso seja declarada vencedora do Pregão.
Sistema	09/10/2023 às 09:01:51	Assim, devem se atentar para a equivalência das propostas e lances ofertados, pois a Administração não poderá realizar a aceitação de propostas inaceitáveis.
Sistema	09/10/2023 às 09:01:58	Portanto, apenas apresentem lances pelos quais possam assumir a responsabilidade, pois, caso regis, não será aceita desistência de proposta ao fim da fase de lances, ocasião em que será aberto processo para apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
Sistema	09/10/2023 às 09:02:07	Relembramos que o critério de julgamento desta licitação é o menor preço por item.
Sistema	09/10/2023 às 09:02:15	Os itens serão abertos para envio de lances de forma simultânea, limitada a abertura a 2 itens por vez. O item 4 e os itens de 8 a 18 serão abertos prioritariamente. Assim, os itens serão abertos para disputa nesta ordem: 4, 8, 9 e 10, 11 e 12, 13 e 14, 15 e 16, 17 e 18, 1 e 2, 3 e 5, 6 e 7.
Sistema	09/10/2023 às 09:02:21	E os lances deverão ser dados pelo valor unitário do item.
Sistema	09/10/2023 às 09:02:28	Diante da ocorrência de qualquer problema de ordem técnica ou operacional, solicito que o fato seja formalizado imediatamente para o e-mail COMPON@de.gov.br, sob pena de prejuízo da oportunidade de adequação da medida.
Sistema	09/10/2023 às 09:02:45	Relembramos, porém, que durante a fase de lances não serão aceitos contatos com a equipe do prego, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação

19/12/2023 17:52

1 de 19

UASG 153173

PREGÃO 6/2023

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/10/2023 às 09:02:43	das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitação durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.
Sistema	09/10/2023 às 09:02:42	Envie os lances mais expressivos!
Sistema	09/10/2023 às 09:11:03	Se, os valores apresentados para o item 8 estão acima do orçamento estimado para a contratação.
Sistema	09/10/2023 às 09:11:06	Conforme art. 59, III, da Lei 14.133/2021, serão desclassificados os lances que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
Sistema	09/10/2023 às 09:11:15	Envie os lances mais expressivos!
Sistema	09/10/2023 às 09:14:08	Os itens entrarão no encerramento aleatório após 10 minutos.
Sistema	09/10/2023 às 09:14:18	Nessa etapa, o sistema poderá fechar em um prazo entre 1 segundo e 10 minutos, portanto aguardem para enviar seus lances enquanto os itens continuarem na etapa aberta.
Sistema	09/10/2023 às 09:14:39	Analisei sua melhor proposta e garantimos sua participação na etapa fechada de disputa.
Sistema	09/10/2023 às 09:35:58	Envie os lances mais expressivos!
Sistema	09/10/2023 às 09:36:03	Os valores apresentados ainda estão acima do orçamento estimado para a contratação.
Sistema	09/10/2023 às 09:37:46	Lembrei a todos que o art. 59, III, da Lei 14.133/2021 impõe o dever de desclassificar as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
Sistema	09/10/2023 às 09:38:05	Portanto, melhorem seus lances. Vamos lá!
Sistema	09/10/2023 às 10:01:51	Continuem enviando seus lances!
Sistema	09/10/2023 às 10:16:53	O valor proposto para o item 12 está acima do estimado. Assim, a proposta não poderá ser aceita.
Sistema	09/10/2023 às 10:16:53	Melhorem suas propostas. Vamos lá!
Sistema	09/10/2023 às 10:31:29	Se licitantes, as propostas ofertadas até o momento para os itens em disputa até bem acima das respectivas estimativas.
Sistema	09/10/2023 às 10:35:43	Ofereçam lances mais expressivos a fim de evitar o fracasso dos itens.
Sistema	09/10/2023 às 10:55:43	Se, estamos novamente com itens cuja proposta supera o valor estimado.
Sistema	09/10/2023 às 10:56:17	Analisei, por favor, a possibilidade de oferecerem lances com uma redução expressiva.
Sistema	09/10/2023 às 11:16:00	Se licitantes, peço a ATENÇÃO de todos para os avisos a seguir:
Sistema	09/10/2023 às 11:16:10	Há propostas registradas com valores extremamente superiores ao valor unitário estimado para os itens. Algumas propostas apresentam com vários zeros a mais.
Sistema	09/10/2023 às 11:16:23	Peço, portanto, que verifiquem a seriedade de adequação da proposta e corrijam os valores enviando lances com o valor correto.
Sistema	09/10/2023 às 11:16:36	Relembro que, como consta do Edital e conforme já informado inicialmente, os lances devem ser ofertados pelo valor unitário do item.
Sistema	09/10/2023 às 11:24:41	Se licitantes, corrija o valor registrado na proposta para os itens 17 e 18, conforme mensagens anteriores.
Sistema	09/10/2023 às 11:38:36	Lembrei a todos importância da disputa pela 2ª, 3ª e demais posições na classificação da licitação e não apenas pela primeira colocação.
Sistema	09/10/2023 às 11:38:40	Nas cases em que a menor proposta não seja aceita, os demais licitantes serão convocados na ordem de classificação da fase de lances.
Sistema	09/10/2023 às 11:38:46	Portanto, mesmo que não possam cobrir a menor proposta, apresentem lances intermediários, a fim de garantir uma boa classificação.
Sistema	09/10/2023 às 11:41:39	Os itens entrarão no encerramento aleatório em instantes.
Sistema	09/10/2023 às 11:41:47	Nessa etapa, o sistema poderá fechar em um prazo entre 1 segundo e 10 minutos, portanto aguardem para enviar seus lances enquanto os itens continuarem na etapa aberta.
Sistema	09/10/2023 às 11:41:56	Lembrei: após o encerramento aleatório, somente poderão participar da etapa fechada o autor

19/12/2023 17:52

2 de 19

UASG 153173

PREGÃO 6/2023

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/10/2023 às 12:41:56	A melhor oferta e aquelas com lances superiores em até 10%.
Sistema	09/10/2023 às 11:42:16	Somente se não houver pelo menos 3 lances nessa condição, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão participar.
Sistema	09/10/2023 às 11:42:30	Portanto, avalie sua melhor proposta e garanta sua participação na etapa fechada de disputa.
Sistema	09/10/2023 às 11:43:53	Srs. Fornecedores, com base no art. 21, §4º da IN 73/2022, procedemos à exclusão dos lances no valor de R\$ 700,00 do item 01, por ter sido considerado inaceitável.
Sistema	09/10/2023 às 11:56:24	Srs. em 12:00 será suspensa a abertura de itens. Retornaremos com a abertura dos itens restantes às 13:30.
Sistema	09/10/2023 às 12:00:56	A abertura de itens está suspensa até 13:30. Os itens abertos antes de 12:00 continuarão a disputa. Fiquem atentos.
Sistema	09/10/2023 às 12:08:42	Se, os valores apresentados para o item 3 (ORE 3 - mecânico) ainda estão acima do orçamento estimado para a contratação.
Sistema	09/10/2023 às 12:09:04	Envie os lances mais expressivos!
Sistema	09/10/2023 às 12:10:00	Lembrei de a importância da disputa pela 2ª, 3ª e demais posições.
Sistema	09/10/2023 às 12:10:21	Mesmo que não possam cobrir a menor proposta, ofereçam lances intermediários, a fim de garantir uma boa classificação.
Sistema	09/10/2023 às 12:10:41	Analisei também sua melhor proposta e garantimos sua participação na etapa fechada de disputa.
Sistema	09/10/2023 às 12:27:51	Se, retornaremos com a abertura dos itens às 13:00. Bom almoço a todos!
Sistema	09/10/2023 às 12:28:02	COORDENAÇÃO: retornaremos às 13:30
Sistema	09/10/2023 às 13:30:42	Bom tarde, os licitantes! Vamos retomar o prego com a abertura dos itens retornantes.
Sistema	09/10/2023 às 13:35:30	Os valores registrados ainda permanecem acima do estimado para os itens em disputa.
Sistema	09/10/2023 às 13:35:41	Melhorem seus lances, vamos lá!
Sistema	09/10/2023 às 13:37:01	Envie os lances mais expressivos!
Sistema	09/10/2023 às 13:38:14	Vale reforçar a importância da disputa pela 2ª, 3ª e demais posições na classificação de licitação e não apenas pela primeira colocação.
Sistema	09/10/2023 às 13:40:15	E lembrei a todos também que as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para os itens não poderão ser aceitas.
Sistema	09/10/2023 às 13:41:09	Como as melhores propostas para os itens em disputa ainda estão acima do estimado, reforço o pedido para que melhorem seus lances.
Sistema	09/10/2023 às 13:44:56	Aguardem para enviar seus lances enquanto o item continua na etapa aberta.
Sistema	09/10/2023 às 13:45:11	No aleatório, o sistema poderá fechar em um prazo entre 1 segundo e 10 minutos.
Sistema	09/10/2023 às 13:55:36	A etapa fechada vai se encerrar em instantes. É a oportunidade de oferecerem um lance final melhor. Vamos lá!
Sistema	09/10/2023 às 14:01:35	Se, o último foi aberto. Apresentem seus lances!
Sistema	09/10/2023 às 14:02:01	Ajá o momento o melhor valor permanece acima do estimado. Melhorem seus lances!
Sistema	09/10/2023 às 14:06:30	Continuem enviando seus lances!
Sistema	09/10/2023 às 14:17:35	Srs. licitantes, iniciamos, agora, a etapa fechada de disputa.
Sistema	09/10/2023 às 14:17:44	É a oportunidade de oferecerem um lance final melhor. Vamos lá!
Sistema	09/10/2023 às 14:22:27	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhar a sessão a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	09/10/2023 às 14:23:49	Senhores licitantes, aguardem um instante, por favor, enquanto verificamos o resultado.
Sistema	09/10/2023 às 14:39:06	Vamos recomeçar a sessão.

19/12/2023 17:52

3 de 19

UASG 153173

PREGÃO 6/2023

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/10/2023 às 14:39:21	As empresas que apresentaram o melhor lance e estão classificadas em primeiro lugar, por item, foram as seguintes:
Sistema	09/10/2023 às 14:39:38	Para os itens 1 e 6 - VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Sistema	09/10/2023 às 14:39:57	Para os itens 2, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 17 e 18 - START SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
Sistema	09/10/2023 às 14:40:11	Para o item 3 - ON-HIGHWAY BRASIL LTDA.
Sistema	09/10/2023 às 14:40:23	Para os itens - 5, 7, 8, 11, 12 e 13 - MARCOPOLO S.A.
Sistema	09/10/2023 às 14:40:25	Se licitantes, diante das boas reduções até então ofertadas, com diversos itens cuja melhor proposta está acima do estimado, impõe-se o dever de verificar junto às empresas a possibilidade de redução nos valores propostos.
Sistema	09/10/2023 às 14:41:34	Lembrei a todos, mais uma vez, que por força do fixado no art. 59, III, da Lei 14.133/2021, os lances que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação serão desclassificados.
Sistema	09/10/2023 às 15:18:04	Enquanto aguardamos a manifestação da empresa START SERVICOS E TRANSPORTES LTDA, aguardamos com a primeira rodada de negociação com os demais licitantes.
Sistema	09/10/2023 às 15:47:04	As licitantes classificadas em primeiro lugar serão convocadas para envio da proposta de acordo com o melhor lance ofertado ou negociado.
Sistema	09/10/2023 às 15:48:33	Independente de se já ter sido ofertado algum desconto, peço encarecidamente que utilizem esse prazo para analisar, mais uma vez, a possibilidade de uma redução adicional, em especial para que, enquanto itens cuja proposta esteja acima do estimado, possam ser avaliados o avanço para a etapa de controle de qualidade.
Sistema	09/10/2023 às 15:48:54	Sr. licitante o prazo de 2 (duas) horas para envio das propostas devidamente adequadas ao último lance ofertado ou ao valor negociado, conforme item 6.20.5 do Edital.
Sistema	09/10/2023 às 15:49:04	Eventual pedido de prorrogação deverá ser apresentado antes de fim do prazo e acompanhado da devida fundamentação para que possamos avaliar a pertinência, conforme item 6.20.6.
Sistema	09/10/2023 às 15:49:10	Vale registrar também que, conforme item 12.1.2.1 do Edital, como infração administrativa a licitante que não enviar a proposta no prazo estabelecido.
Sistema	09/10/2023 às 16:53:35	Srs. licitantes, diante do prazo concedido para envio da proposta, vamos suspender a presente sessão.
Sistema	09/10/2023 às 16:53:41	Por enquanto não há data prevista para retorno da sessão.
Sistema	09/10/2023 às 16:53:47	Oportunamente aguardaremos, com a devida antecedência, a reabertura de sessão para seguirmos com o prego.
Sistema	09/10/2023 às 16:53:53	Está suspensa a presente sessão.
Sistema	10/10/2023 às 14:30:30	Bom tarde! Está reaberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 06/2023!
Sistema	10/10/2023 às 14:31:34	Sr. dando sequência às reuniões realizadas no último dia 11, quarta-feira, nas quais foram apresentados esforços no sentido de obter, junto às licitantes preliminarmente classificadas, reduções adicionais nos valores até então registrados, procedemos com uma rodada de consultas para que possam informar os preços com as reduções propostas.
Sistema	10/10/2023 às 14:32:18	Anexos, porém, cumpri registrar que existem itens cuja proposta preliminarmente classificada permanece superior ao valor estimado, razão pela qual, com fundamento no Art. 59, III, da Lei 14.133/2021 - Plano, os valores unitários estimados serão reavaliados.
Sistema	10/10/2023 às 14:33:06	Além do referido acordo, essa decisão também se fundamenta no disposto no último período do art. 12, §1º da IN 73/2022, segundo o qual a manutenção do sigilo deve levar em conta o processo de negociação (art. 30, §1º).
Sistema	10/10/2023 às 14:33:45	Por fim, vale o registro de que o início II do art. 24 da Lei 14.133/2021, com teor similar ao do referido dispositivo da IN 73/2020, foi objeto de veto, tendo sido apresentada as seguintes razões:
Sistema	10/10/2023 às 14:34:04	"Entretanto, e embora a boa intenção do legislador, a medida contraria o interesse público, tendo em vista que estabelecer de maneira rígida que o encerramento deve ser imediato público após o julgamento das propostas - RESULTA NA IMPOSSIBILIDADE, POR EXEMPLO, QUE SEJA SEJA UTILIZADO NA FASE DE NEGOCIAÇÃO, Euc sua posterior a de julgamento e contratação para

19/12/2023 17:52

10 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	18/10/2023 às 14:34:08	A definição da contratação."
Sistema	18/10/2023 às 14:34:36	Assim, também em respeito ao princípio do tratamento isonômico, serão informados os valores unitários estimados de todos os itens para os quais há licitantes classificados.
Sistema	18/10/2023 às 14:36:05	Os valores unitários estimados são os seguintes:
Sistema	18/10/2023 às 14:36:15	ITEM 1 (ORE 1 MECÂNICO) - R\$ 446.723,50
Sistema	18/10/2023 às 14:36:25	ITEM 2 (ORE 2 MECÂNICO) - R\$ 540.000,00
Sistema	18/10/2023 às 14:36:29	ITEM 3 (ORE 3 MECÂNICO) - R\$ 581.878,07
Sistema	18/10/2023 às 14:36:40	ITEM 4 (ORE 4 4X4 MECÂNICO) - R\$ 689.923,00
Sistema	18/10/2023 às 14:36:51	ITEM 5 (ORE 1 4X4 MECÂNICO) - R\$ 581.878,07
Sistema	18/10/2023 às 14:36:59	ITEM 6 (ONUREA PA MECÂNICO) - R\$ 434.459,86
Sistema	18/10/2023 às 14:37:06	ITEM 7 (ONUREA PB MECÂNICO) - R\$ 648.480,99
Sistema	18/10/2023 às 14:37:13	ITEM 8 (ORE 1 AUTOMÁTICO) - R\$ 493.553,50
Sistema	18/10/2023 às 14:37:30	ITEM 11 (ORE 1 4X4 AUTOMÁTICO) - R\$ 713.100,00
Sistema	18/10/2023 às 14:37:36	ITEM 12 (ONUREA PA AUTOMÁTICO) - R\$ 446.064,84
Sistema	18/10/2023 às 14:37:35	ITEM 13 (ONUREA PB AUTOMÁTICO) - R\$ 680.085,99
Sistema	18/10/2023 às 14:37:49	Passo, agora, a consultar as licitações sobre os detalhes das propostas.
Sistema	18/10/2023 às 15:30:42	Sr, um instante, por favor.
Sistema	18/10/2023 às 15:39:09	Vamos prosseguir com o envio.
Sistema	18/10/2023 às 16:01:41	Senhores licitantes, vamos prosseguir com o envio.
Sistema	18/10/2023 às 16:01:48	Durante início, agora, à etapa de CONTROLE DE QUALIDADE da licitação com os itens cuja proposta tenha sido preliminarmente aceita.
Sistema	18/10/2023 às 16:02:09	Conforme consta do Anexo Controle de Qualidade, esse 1º Etapa tem caráter eliminatório e será dividida em duas fases: Fase 1 - Análise Documental e Fase 2 - Inspeção do Protótipo.
Sistema	18/10/2023 às 16:02:23	Assim, para darmos início à fase 1 e seguindo o disposto no item 3.3 do referido anexo, todas as empresas preliminarmente classificadas ficam convocadas para entrega de documentação exigida.
Sistema	18/10/2023 às 16:02:51	O prazo para entrega dos documentos é de 20 (vinte dias) corridos, que começará a contar amanhã, dia 19/10/2023, quinta-feira.
Sistema	18/10/2023 às 16:03:08	Conforme item 1.4, toda documentação deverá ser enviada, via e-mail, para comp@fnnde.gov.br no prazo citado e, posteriormente, em via física ao protocolo do FNDE.
Sistema	18/10/2023 às 16:03:25	Para mais detalhes e verificação das condições, favor consultar o anexo bem como os respectivos Cadernos de Informação Técnica - CIT.
Sistema	18/10/2023 às 16:03:47	O descumprimento do prazo de entrega ensejará a desclassificação das empresas e a respectiva apuração da responsabilidade, nos termos do edital de licitação.
Sistema	18/10/2023 às 16:09:13	O resultado da análise documental realizada pela Comissão Técnica será divulgado em sessão pelo pregoeiro, que, em caso de aprovação, convocará o licitante para a fase 2 (inspeção do protótipo).
Sistema	18/10/2023 às 16:09:40	Solicitamos que as empresas convocadas para a etapa de Controle de Qualidade se apresentem às informações técnicas contidas mencionado Anexo e nos respectivos CITs. Em caso de dúvidas, favor encaminhar a solicitação de esclarecimento para o e-mail comp@fnnde.gov.br .
Sistema	18/10/2023 às 16:09:50	Também pedimos às licitantes convocadas que, logo após, na medida do possível, acessem o correio da documentação, não deixando para o final do prazo de entrega, a fim de evitar que eventuais problemas e situações supervenientes interfiram a entrega intempestiva.
Sistema	18/10/2023 às 16:09:43	Dadas estas informações, suspenderei a sessão do prego.
Sistema	18/10/2023 às 16:06:37	A sessão será reaberta sexta-feira, dia 20 próximo, às 13h, para tratar exclusivamente do item 12.

19/12/2023 17:52

5 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	18/10/2023 às 16:08:07	Por enquanto não há data prevista para reabertura da sessão com vistas à divulgação do resultado desta primeira fase do controle de qualidade.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:16	Oportunamente agendaremos, com a devida antecedência, a reabertura da sessão para novas informações.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:27	Todos serão informados da reabertura pelo sistema e e-mail cadastrado.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:32	Agradeço a atenção de todos.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:36	Está suspensa a sessão.
Sistema	20/10/2023 às 15:00:17	Bom tarde! Está reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023!
Sistema	20/10/2023 às 15:01:02	Sr, conforme comunicado na última sessão, dia 18/10/2023, os licitantes MARCOPOLO participaram exclusivamente da negociação sobre o valor ofertado pelo item MARCOPOLO para o item 12, não sendo ainda permanência acima do valor estimado.
Sistema	20/10/2023 às 15:10:37	Senhores licitantes, considerando que o pregoeiro foi a empresa MARCOPOLO AS permanência superior ao estimado foi o item mais licitante classificado, declaro o item 12 fracionado.
Sistema	20/10/2023 às 15:10:47	Com relação aos demais itens já convocados para a primeira fase do controle de qualidade, ratifico as informações já apresentadas na última sessão, dia 18.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:11	A presente sessão será suspensa agora e sua reabertura será agendada logo tenhamos o resultado da análise documental.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:19	Todos serão informados da reabertura pelo sistema e no e-mail cadastrado.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:29	Agradeço a atenção de todos.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:37	Está suspensa a sessão.
Sistema	31/10/2023 às 15:11:12	Bom tarde! Está reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023!
Sistema	31/10/2023 às 15:11:35	Informo que as empresas VOLKSWAGEN (itens 1 e 6) e AGRALE (item 4), regularmente convocadas para a fase 1 do controle de qualidade, tiveram sua documentação técnica analisada e foram aprovadas.
Sistema	31/10/2023 às 15:12:03	Após análise, a Comissão Técnica afirmou a apuração técnica das licitantes, o que autoriza a convocação para a "Fase 2 - Inspeção do Protótipo", conforme consta no item 2 do Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	31/10/2023 às 15:12:31	As respectivas listas de verificação contendo o resultado da fase 1 para as empresas VOLKSWAGEN e AGRALE estão disponíveis no Portal de Compras do FNDE e podem ser acessadas através do seguinte link:
Sistema	31/10/2023 às 15:12:44	https://www.gov.br/fnde/pb/acoes-e-informacoes/acoes-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/prego-eletronico-nacional/2023/prego-eletronico-nacional-2023-registro-de-prestacao-nacional-para-convocacao-no-ambiente-do-programa-caminhaes-da-escola
Sistema	31/10/2023 às 15:13:04	Passamos, agora, à convocação para a fase de Inspeção do Protótipo (Fase 2) das empresas aprovadas na fase 1.
Sistema	31/10/2023 às 15:13:24	As empresas VOLKSWAGEN e AGRALE ficam CONVOCADAS para, num PRAZO 100 (cem) dias, contados a partir de amanhã, dia 01/11/2023, disponibilizar 01 (um) protótipo do veículo relativo aos itens nos quais encontraram-se classificadas para realização de inspeção.
Sistema	31/10/2023 às 15:13:30	Na oportunidade, resalto que, junto com o protótipo, também deverá ocorrer a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Detran nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVIM, compatível com o CAT.
Sistema	31/10/2023 às 15:14:29	Vale destacar também que, por força do disposto no item 4.3.4 do Termo de Referência, a apresentação do CAT e do LCVIM, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.
Sistema	31/10/2023 às 15:14:31	Por meio de aviso a ser publicado no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a inspeção dos protótipos, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

19/12/2023 17:52

6 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	31/10/2023 às 15:15:11	Todas as demais condições e exigências constam dos respectivos CITs e dos demais anexos do edital, em especial o Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	31/10/2023 às 15:14:22	Com relação aos demais itens, conforme forem sendo concluídas as análises pela Comissão Técnica, providenciaremos a reabertura da sessão para comunicar o resultado e prosseguir conforme o caso (aprovação ou rejeição).
Sistema	31/10/2023 às 15:16:29	Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail comp@fnnde.gov.br .
Sistema	31/10/2023 às 15:16:57	Agora, peço a ATENÇÃO de todos para o comunicado a seguir, encaminhado pela Comissão Técnica responsável pelo controle de qualidade, com relação à oferta de múltiplas marcas de componentes:
Sistema	31/10/2023 às 15:17:44	"Registramos, para os devidos fins, para os licitantes que ofereceram, na Fase 1 - Análise da Documentação, a opção de mais de uma marca de componentes, a exemplo de DPM/PEV, Au Condicionado e todos os demais componentes, que serão considerados, única e exclusivamente, a(s) marca(s) do(s) componente(s) efetivamente instalado(s) e analisado(s) pela Comissão no Protótipo, a ser inspecionada na Fase 2 - Inspeção do Protótipo..."
Sistema	31/10/2023 às 15:17:36	"Ficando assim a esse vinculado, conforme determinam os itens 1.1, 2.1 e 2.2 do Anexo do Controle de Qualidade do PE nº 06/2023, (...)"
Sistema	31/10/2023 às 15:18:12	"[...] Assim, caso tenha sido oferecida a documentação de mais de uma marca de componentes para análise documental (Fase 1 da 1ª etapa do Controle de Qualidade), ficam os licitantes cientes de que:
Sistema	31/10/2023 às 15:18:40	a) Somente será avaliada a marca do componente efetivamente instalado; b) Caso o licitante queira apresentar, no decorrer da documentação, mais de uma marca de componentes, deverá apresentar protótipo com uma(s) marca(s) instalada(s);
Sistema	31/10/2023 às 15:18:50	c) Caso não apresente conforme item 8, a marca adicional demandará uma futura nova inspeção por parte da Comissão do FNDE, oportunidade na qual deverá ser demonstrada a instalação e em efetivo funcionamento no próprio veículo apresentado junto ao Protótipo;
Sistema	31/10/2023 às 15:18:56	d) Somente as marcas avaliadas e aprovadas na Fase 2 - Inspeção do Protótipo - poderão autorizadas a compor os itens adquiridos e entregues após a assinatura da ATA e celebração dos contratos."
Sistema	31/10/2023 às 15:40:02	A Integra desta informativo será publicado em forma de aviso no portal de compras do Governo Federal.
Sistema	31/10/2023 às 15:40:29	Diante disso, suspenderei a sessão agora e, oportunamente e com a devida antecedência, agendarei a reabertura para prosseguimento do prego.
Sistema	31/10/2023 às 15:40:36	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	31/10/2023 às 15:40:42	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	06/11/2023 às 16:00:39	Bom tarde! Está reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023!
Sistema	06/11/2023 às 16:01:07	Sr, dando sequência à fase 2 do Controle de Qualidade (Inspeção do Protótipo), irei confirmar junto às empresas já convocadas a data, o local e o horário de realização da inspeção, nos termos do item 4.3.5.1 do Termo de Referência.
Sistema	06/11/2023 às 16:20:49	Sr, assim que recebermos as informações, divulgaremos um Aviso confirmando o local e as datas de inspeção.
Sistema	06/11/2023 às 16:21:56	Dando sequência à sessão, informo também que a empresa MARCOPOLO SA, regularmente convocada para a fase 2 do controle de qualidade, teve sua documentação técnica analisada e foi aprovada para os seguintes itens:
Sistema	06/11/2023 às 16:22:04	- ITEM 07 (ONUREA PB MECÂNICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:09	- ITEM 08 (ORE 1 AUTOMÁTICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:14	- ITEM 11 (ORE 1 4X4 AUTOMÁTICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:19	- ITEM 13 (ONUREA PB AUTOMÁTICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:29	A análise da documentação apresentada para o item 05 (ORE 1 4X4 MECÂNICA) ainda não foi concluída.

19/12/2023 17:52

7 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	06/11/2023 às 16:22:34	Com relação aos itens aprovados, a Comissão Técnica afirmou a apuração técnica das licitantes, o que autoriza a convocação para a "Fase 2 - Inspeção do Protótipo", conforme consta no item 2 do Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	06/11/2023 às 16:23:25	As respectivas listas de verificação contendo o resultado da fase 1 para os itens mencionados estão disponíveis no Portal de Compras do FNDE e podem ser acessadas através do seguinte link:
Sistema	06/11/2023 às 16:23:31	https://www.gov.br/fnde/pb/acoes-e-informacoes/acoes-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/prego-eletronico-nacional/2023/prego-eletronico-nacional-2023-registro-de-prestacao-nacional-para-convocacao-no-ambiente-do-programa-caminhaes-da-escola
Sistema	06/11/2023 às 16:25:45	Assim, a Empresa MARCOPOLO SA fica CONVOCADA para, num PRAZO 100 (cem) dias, contados a partir de amanhã, dia 07/11/2023, disponibilizar 01 (um) protótipo do veículo relativo aos itens nos quais encontraram-se classificadas para realização da inspeção.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:01	Cabe destacar que, junto com o protótipo, também deverá ocorrer a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Detran nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVIM, compatível com o CAT.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:13	Vale ressaltar que, por força do disposto no item 4.3.4 do Termo de Referência, a apresentação do CAT e do LCVIM, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:32	Por meio de aviso a ser publicado no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a inspeção dos protótipos, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:42	Todas as demais condições e exigências constam dos respectivos CITs e dos demais anexos do edital, em especial o Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:51	Com relação aos demais itens, conforme forem sendo concluídas as análises pela Comissão Técnica, providenciaremos a reabertura da sessão para comunicar o resultado.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:57	Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail comp@fnnde.gov.br .
Sistema	06/11/2023 às 16:27:09	Diante disso, irei suspender, agora, a sessão e, oportunamente e com a devida antecedência, agendarei a reabertura para prosseguimento do prego.
Sistema	06/11/2023 às 16:27:14	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	06/11/2023 às 16:27:19	Está suspensa a sessão.
Sistema	06/11/2023 às 16:28:13	Bom tarde! Está reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023!
Sistema	06/11/2023 às 16:28:29	Sr, dando sequência à fase 2 do Controle de Qualidade (Inspeção do Protótipo), informo que a empresa MARCOPOLO, regularmente convocada para a fase 2 do controle de qualidade, teve sua documentação técnica analisada e foi aprovada para o ITEM 5 (ORE 1 4X4 MECÂNICA).
Sistema	06/11/2023 às 16:28:43	Com relação aos itens aprovados, a Comissão Técnica afirmou a apuração técnica das licitantes, o que autoriza a convocação para a "Fase 2 - Inspeção do Protótipo", conforme consta no item 2 do Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	06/11/2023 às 16:28:52	A respectiva lista de verificação contendo o resultado da fase 1 para o item 5 está disponível no Portal de Compras do FNDE e podem ser acessadas através do seguinte link:
Sistema	06/11/2023 às 16:29:04	https://www.gov.br/fnde/pb/acoes-e-informacoes/acoes-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/prego-eletronico-nacional/2023/prego-eletronico-nacional-2023-registro-de-prestacao-nacional-para-convocacao-no-ambiente-do-programa-caminhaes-da-escola
Sistema	06/11/2023 às 16:29:26	Assim, fica a Empresa MARCOPOLO CONVOCADA para, num PRAZO 100 (cem) dias, contados a partir de amanhã, dia 11/11/2023, disponibilizar 01 (um) protótipo do veículo relativo aos itens nos quais encontraram-se classificadas para realização da inspeção.
Sistema	06/11/2023 às 16:29:46	Vale ressaltar que, junto com o protótipo, também deverá ocorrer a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Detran nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVIM, compatível com o CAT.
Sistema	06/11/2023 às 16:29:51	Assim, por força do disposto no item 4.3.4 do Termo de Referência, a apresentação do CAT e do LCVIM, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.

19/12/2023 17:52

8 de 19



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
UASC 131173 - FUNDEME/CRONO NACDE DESENV DA EDUCACAO/DF
PREGÃO 6/2013

At 17:52 horas do dia 19 de Dezembro do ano de 2023, após constatação a regularidade dos atos processuais, a autoridade competente, LEILANE MENDES BARBOSA, HOMOLOGA e adjudica, no processo nº 230402000002014, Pregão nº 6/2023.

Fundamentale legi: Lei 14.133/2021

Características: SNP - Registro de Proceso

Critério de julgamento:	Menor Preço / Menor Desconto	Mínimo
Camada construtiva:		

Objeto da compra:

Objeto da compra:
Registro do processo nacional para fins de consulta, aquisição e/ou compra de livros, jornais, revistas, periódicos, CD's, DVD's, ORE's e/ou ORE 2, ORE 3 e/ou ORE 4, ORE 5, ORE 6, ORE 7 e/ou ORE 8, ORE 9, ORE 10, ORE 11, ORE 12, ORE 13, ORE 14, ORE 15, ORE 16, ORE 17, ORE 18, ORE 19, ORE 20, ORE 21, ORE 22, ORE 23, ORE 24, ORE 25, ORE 26, ORE 27, ORE 28, ORE 29, ORE 30, ORE 31, ORE 32, ORE 33, ORE 34, ORE 35, ORE 36, ORE 37, ORE 38, ORE 39, ORE 40, ORE 41, ORE 42, ORE 43, ORE 44, ORE 45, ORE 46, ORE 47, ORE 48, ORE 49, ORE 50, ORE 51, ORE 52, ORE 53, ORE 54, ORE 55, ORE 56, ORE 57, ORE 58, ORE 59, ORE 60, ORE 61, ORE 62, ORE 63, ORE 64, ORE 65, ORE 66, ORE 67, ORE 68, ORE 69, ORE 70, ORE 71, ORE 72, ORE 73, ORE 74, ORE 75, ORE 76, ORE 77, ORE 78, ORE 79, ORE 80, ORE 81, ORE 82, ORE 83, ORE 84, ORE 85, ORE 86, ORE 87, ORE 88, ORE 89, ORE 90, ORE 91, ORE 92, ORE 93, ORE 94, ORE 95, ORE 96, ORE 97, ORE 98, ORE 99, ORE 100, ORE 101, ORE 102, ORE 103, ORE 104, ORE 105, ORE 106, ORE 107, ORE 108, ORE 109, ORE 110, ORE 111, ORE 112, ORE 113, ORE 114, ORE 115, ORE 116, ORE 117, ORE 118, ORE 119, ORE 120, ORE 121, ORE 122, ORE 123, ORE 124, ORE 125, ORE 126, ORE 127, ORE 128, ORE 129, ORE 130, ORE 131, ORE 132, ORE 133, ORE 134, ORE 135, ORE 136, ORE 137, ORE 138, ORE 139, ORE 140, ORE 141, ORE 142, ORE 143, ORE 144, ORE 145, ORE 146, ORE 147, ORE 148, ORE 149, ORE 150, ORE 151, ORE 152, ORE 153, ORE 154, ORE 155, ORE 156, ORE 157, ORE 158, ORE 159, ORE 160, ORE 161, ORE 162, ORE 163, ORE 164, ORE 165, ORE 166, ORE 167, ORE 168, ORE 169, ORE 170, ORE 171, ORE 172, ORE 173, ORE 174, ORE 175, ORE 176, ORE 177, ORE 178, ORE 179, ORE 180, ORE 181, ORE 182, ORE 183, ORE 184, ORE 185, ORE 186, ORE 187, ORE 188, ORE 189, ORE 190, ORE 191, ORE 192, ORE 193, ORE 194, ORE 195, ORE 196, ORE 197, ORE 198, ORE 199, ORE 200, ORE 201, ORE 202, ORE 203, ORE 204, ORE 205, ORE 206, ORE 207, ORE 208, ORE 209, ORE 210, ORE 211, ORE 212, ORE 213, ORE 214, ORE 215, ORE 216, ORE 217, ORE 218, ORE 219, ORE 220, ORE 221, ORE 222, ORE 223, ORE 224, ORE 225, ORE 226, ORE 227, ORE 228, ORE 229, ORE 230, ORE 231, ORE 232, ORE 233, ORE 234, ORE 235, ORE 236, ORE 237, ORE 238, ORE 239, ORE 240, ORE 241, ORE 242, ORE 243, ORE 244, ORE 245, ORE 246, ORE 247, ORE 248, ORE 249, ORE 250, ORE 251, ORE 252, ORE 253, ORE 254, ORE 255, ORE 256, ORE 257, ORE 258, ORE 259, ORE 260, ORE 261, ORE 262, ORE 263, ORE 264, ORE 265, ORE 266, ORE 267, ORE 268, ORE 269, ORE 270, ORE 271, ORE 272, ORE 273, ORE 274, ORE 275, ORE 276, ORE 277, ORE 278, ORE 279, ORE 280, ORE 281, ORE 282, ORE 283, ORE 284, ORE 285, ORE 286, ORE 287, ORE 288, ORE 289, ORE 290, ORE 291, ORE 292, ORE 293, ORE 294, ORE 295, ORE 296, ORE 297, ORE 298, ORE 299, ORE 300, ORE 301, ORE 302, ORE 303, ORE 304, ORE 305, ORE 306, ORE 307, ORE 308, ORE 309, ORE 310, ORE 311, ORE 312, ORE 313, ORE 314, ORE 315, ORE 316, ORE 317, ORE 318, ORE 319, ORE 320, ORE 321, ORE 322, ORE 323, ORE 324, ORE 325, ORE 326, ORE 327, ORE 328, ORE 329, ORE 330, ORE 331, ORE 332, ORE 333, ORE 334, ORE 335, ORE 336, ORE 337, ORE 338, ORE 339, ORE 340, ORE 341, ORE 342, ORE 343, ORE 344, ORE 345, ORE 346, ORE 347, ORE 348, ORE 349, ORE 350, ORE 351, ORE 352, ORE 353, ORE 354, ORE 355, ORE 356, ORE 357, ORE 358, ORE 359, ORE 360, ORE 361, ORE 362, ORE 363, ORE 364, ORE 365, ORE 366, ORE 367, ORE 368, ORE 369, ORE 370, ORE 371, ORE 372, ORE 373, ORE 374, ORE 375, ORE 376, ORE 377, ORE 378, ORE 379, ORE 380, ORE 381, ORE 382, ORE 383, ORE 384, ORE 385, ORE 386, ORE 387, ORE 388, ORE 389, ORE 390, ORE 391, ORE 392, ORE 393, ORE 394, ORE 395, ORE 396, ORE 397, ORE 398, ORE 399, ORE 400, ORE 401, ORE 402, ORE 403, ORE 404, ORE 405, ORE 406, ORE 407, ORE 408, ORE 409, ORE 410, ORE 411, ORE 412, ORE 413, ORE 414, ORE 415, ORE 416, ORE 417, ORE 418, ORE 419, ORE 420, ORE 421, ORE 422, ORE 423, ORE 424, ORE 425, ORE 426, ORE 427, ORE 428, ORE 429, ORE 430, ORE 431, ORE 432, ORE 433, ORE 434, ORE 435, ORE 436, ORE 437, ORE 438, ORE 439, ORE 440, ORE 441, ORE 442, ORE 443, ORE 444, ORE 445, ORE 446, ORE 447, ORE 448, ORE 449, ORE 450, ORE 451, ORE 452, ORE 453, ORE 454, ORE 455, ORE 456, ORE 457, ORE 458, ORE 459, ORE 460, ORE 461, ORE 462, ORE 463, ORE 464, ORE 465, ORE 466, ORE 467, ORE 468, ORE 469, ORE 470, ORE 471, ORE 472, ORE 473, ORE 474, ORE 475, ORE 476, ORE 477, ORE 478, ORE 479, ORE 480, ORE 481, ORE 482, ORE 483, ORE 484, ORE 485, ORE 486, ORE 487, ORE 488, ORE 489, ORE 490, ORE 491, ORE 492, ORE 493, ORE 494, ORE 495, ORE 496, ORE 497, ORE 498, ORE 499, ORE 500, ORE 501, ORE 502, ORE 503, ORE 504, ORE 505, ORE 506, ORE 507, ORE 508, ORE 509, ORE 510, ORE 511, ORE 512, ORE 513, ORE 514, ORE 515, ORE 516, ORE 517, ORE 518, ORE 519, ORE 520, ORE 521, ORE 522, ORE 523, ORE 524, ORE 525, ORE 526, ORE 527, ORE 528, ORE 529, ORE 530, ORE 531, ORE 532, ORE 533, ORE 534, ORE 535, ORE 536, ORE 537, ORE 538, ORE 539, ORE 540, ORE 541, ORE 542, ORE 543, ORE 544, ORE 545, ORE 546, ORE 547, ORE 548, ORE 549, ORE 550, ORE 551, ORE 552, ORE 553, ORE 554, ORE 555, ORE 556, ORE 557, ORE 558, ORE 559, ORE 560, ORE 561, ORE 562, ORE 563, ORE 564, ORE 565, ORE 566, ORE 567, ORE 568, ORE 569, ORE 570, ORE 571, ORE 572, ORE 573, ORE 574, ORE 575, ORE 576, ORE 577, ORE 578, ORE 579, ORE 580, ORE 581, ORE 582, ORE 583, ORE 584, ORE 585, ORE 586, ORE 587, ORE 588, ORE 589, ORE 590, ORE 591, ORE 592, ORE 593, ORE 5

Energie de propulsion:

Abertura da sessão pública: Dia 09/10/2023 às 09:00 (banheiro de Braille)

Meningeas do chao do corpo

[illegible]

19/12/2023 17:52

1 de 19

Menüplan

Sistema	09/10/2023 às 09:42:43	As possibilidades estão ligadas ao uso de um conteúdo e identificação da tecnologia utilizada.
Sistema	09/10/2023 às 09:43:42	Enviou laudo mais expedito!
Sistema	09/10/2023 às 09:15:03	São os valores apresentados para o item 8 sobre o modo de organização para a contratação.
Sistema	09/10/2023 às 09:13:06	Conferir o art. 3º, III, da Lei 14.133/2021 sobre detalhamento para a contratação.
Sistema	09/10/2023 às 09:11:15	Enviou laudo mais expedito!
Sistema	09/10/2023 às 09:14:08	Se não entrar no encerramento durante um mês não entra no prazo de 10 dias.
Sistema	09/10/2023 às 09:14:18	Mais acima, o sistema poderia indicar em um prazo entre 1 e dezembro de 10 dias.
Sistema	09/10/2023 às 09:14:29	Enviou laudo mais expedito! e também a possibilidade de a empresa apresentar o laudo.
Sistema	09/10/2023 às 09:15:35	Enviou laudo mais expedito!
Sistema	09/10/2023 às 09:36:03	Os valores apresentados estão sobre o prazo de 10 dias.
Sistema	09/10/2023 às 09:37:34	Laudo a sobre o art. 3º, III, da Lei 14.133/2021 impõe o envio de detalhamento da proposta para apresentarem as atas do pagamento através da plataforma.
Sistema	09/10/2023 às 09:36:03	Prazo, melhoram seus laudos, Vimos!!
Sistema	09/10/2023 às 10:01:31	Contratação enviada para laudo!!
Sistema	09/10/2023 às 10:01:31	Indicamos sua proposta, Vimos!!
Sistema	09/10/2023 às 10:16:15	O valor proposto para o item 12 está acima da estimada. Melhor a proposta não poder ser aceita.
Sistema	09/10/2023 às 10:15:29	Os valores são propostos oferecidos até o momento para os itens em disputa está bem acima da expectativa estimadora.
Sistema	09/10/2023 às 10:35:43	Oferece laudo mais expedito e não há critério o licitante deve tomar.
Sistema	09/10/2023 às 10:35:43	São, estamos negociando com licitante cuja proposta apresenta o valor estimado.
Sistema	09/10/2023 às 10:36:17	Indicamos por preço e possibilidade de oferecer laudo com uma melhor proposta.
Sistema	09/10/2023 às 11:16:00	As propostas registradas com valores extremamente inferiores ao valor unitário estimado para os itens.
Sistema	09/10/2023 às 11:16:10	As propostas apresentadas apresentam um valor alto e baixo.
Sistema	09/10/2023 às 11:16:23	Hoje podemos, que verificamos a irregularidade de adequação da proposta e corrigimos os valores enviados, laudo com o valor correto.
Sistema	09/10/2023 às 11:16:36	Relatório que, como consta do Edital e condições e informações incorretamente, os laudos dentro do estimado estão sendo enviados de novo.
Sistema	09/10/2023 às 11:24:41	Se licitante, critério o valor registrado na proposta para o item 1º e 14, conforme anexo em anexo.
Sistema	09/10/2023 às 11:28:36	Laudo a sobre a irregularidade da proposta para 1º e 2º e demais condições na classificação da licitação e também para apresentar o documento.
Sistema	09/10/2023 às 11:28:40	Nos casos em que o menor proposto não está acima, os itens já licitamos sobre o conteúdo da licitação e da Lei de licitação.
Sistema	09/10/2023 às 11:28:46	Porém, quando não está presente cabível a menor proposta, apresentamos laudo intermediário, a licitante, mesmo que não tenha classificação.
Sistema	09/10/2023 às 11:41:39	O item está dentro do encerramento durante um mês.
Sistema	09/10/2023 às 11:41:47	Nossa culpa o sistema poderia indicar em um prazo entre 1 e agosto a 10 dias, portanto apresentamos para entrar nos laudos enviados ou não concluímos na etapa abaixo.
Sistema	09/10/2023 às 11:41:56	Indicamos o item o encerramento durante, mesmo podendo participar da etapa final e o valor

19/12/2023 17:53

2 de 19

UASC 153173

PREGGIO 6/2023

Assessoria	09/10/2023	às 11h-13h	Reunião com o maior chefe e segundo com líderes importantes no 10th.
Assessoria	09/10/2023	às 14h-15h	Reunião com o maior chefe, segundo e líderes locais, para discutir o projeto de melhoria da infraestrutura, no âmbito de classificação, e de melhoria de RH, podendo participar.
Assessoria	09/10/2023	às 15h-16h20	Reunião, reunião com o maior chefe e segundo, sua participação na etapa final da etapa.
Assessoria	09/10/2023	às 16h-17h	Sr. Francisco, com base no seu 21, e de IN 73/2022, procedimentos e estudos de base no âmbito de RH, 70/2020 de item 01, para ser visto considerando integralmente.
Assessoria	09/10/2023	às 17h-18h20	Sr. Jo, 1350 está aguardando a abertura de itens, encaminhados com a abertura dos itens enviados à 1350.
Assessoria	09/10/2023	às 18h20-19h	A abertura de itens está suspensa até 1350. Os itens devem antes de 1250 concluído a etapa. Fim da reunião.
Assessoria	09/10/2023	às 19h-20h	Sr. Jo, os valores apresentados para o item 1 (COE 1 - avaliação) ainda estão em andamento e estão sendo trabalhados.
Assessoria	09/10/2023	às 20h-21h	Reunião com o maior chefe.
Assessoria	09/10/2023	às 21h-22h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 22h-23h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 23h-24h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 24h-25h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 25h-26h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 26h-27h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 27h-28h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 28h-29h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 29h-30h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 30h-31h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 31h-32h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 32h-33h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 33h-34h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 34h-35h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 35h-36h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 36h-37h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 37h-38h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 38h-39h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 39h-40h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 40h-41h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 41h-42h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 42h-43h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 43h-44h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 44h-45h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 45h-46h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 46h-47h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 47h-48h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 48h-49h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 49h-50h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 50h-51h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 51h-52h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 52h-53h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 53h-54h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 54h-55h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 55h-56h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 56h-57h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 57h-58h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 58h-59h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 59h-60h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 60h-61h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 61h-62h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 62h-63h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 63h-64h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 64h-65h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 65h-66h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 66h-67h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 67h-68h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 68h-69h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 69h-70h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 70h-71h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 71h-72h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 72h-73h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 73h-74h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 74h-75h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 75h-76h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 76h-77h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 77h-78h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 78h-79h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 79h-80h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 80h-81h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 81h-82h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 82h-83h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 83h-84h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 84h-85h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 85h-86h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 86h-87h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 87h-88h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 88h-89h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 89h-90h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 90h-91h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 91h-92h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 92h-93h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 93h-94h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 94h-95h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 95h-96h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 96h-97h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 97h-98h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 98h-99h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.
Assessoria	09/10/2023	às 99h-100h	Reunião com o maior chefe e segundo, para discutir o projeto.

UASC 153173

PREÇO 4/2023

[illegible]

18/12/2023 17:52

3 de 19

19/12/2023 17:52

dc 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	18/10/2023 às 14:34:01	A definição da contratação."
Sistema	18/10/2023 às 14:34:36	Assim, também em respeito ao princípio do tratamento isonômico, serão informados os valores unitários estimados de todos os itens para os quais há licitação classificada.
Sistema	18/10/2023 às 14:34:05	Os valores unitários estimados são os seguintes:
Sistema	18/10/2023 às 14:36:15	ITEM 1 (ORE 1 MECÂNICO) - R\$ 464.723,50
Sistema	18/10/2023 às 14:36:25	ITEM 2 (ORE 2 MECÂNICO) - R\$ 540.000,00
Sistema	18/10/2023 às 14:36:33	ITEM 3 (ORE 3 MECÂNICO) - R\$ 581.879,07
Sistema	18/10/2023 às 14:36:40	ITEM 4 (ORE 4 MECÂNICO) - R\$ 449.925,00
Sistema	18/10/2023 às 14:36:51	ITEM 5 (ORE 1 4X4 MECÂNICO) - R\$ 581.879,07
Sistema	18/10/2023 às 14:36:59	ITEM 6 (ONUREA PB MECÂNICO) - R\$ 434.459,84
Sistema	18/10/2023 às 14:37:06	ITEM 7 (ONUREA PB MECÂNICO) - R\$ 448.480,99
Sistema	18/10/2023 às 14:37:13	ITEM 8 (ORE 1 AUTOMÁTICO) - R\$ 493.553,50
Sistema	18/10/2023 às 14:37:20	ITEM 11 (ORE 1 4X4 AUTOMÁTICO) - R\$ 713.000,00
Sistema	18/10/2023 às 14:37:26	ITEM 12 (ONUREA PB AUTOMÁTICO) - R\$ 464.084,84
Sistema	18/10/2023 às 14:37:33	ITEM 13 (ONUREA PB AUTOMÁTICO) - R\$ 680.085,99
Sistema	18/10/2023 às 14:37:49	Passo, agora, a Comissão de Licitação sobre as reduções das propostas.
Sistema	18/10/2023 às 15:30:42	Sr, um instante, por favor.
Sistema	18/10/2023 às 15:39:09	Vamos prosseguir com o sorteio.
Sistema	18/10/2023 às 16:01:43	Senhores licitantes, vamos prosseguir com o sorteio.
Sistema	18/10/2023 às 16:01:48	Durante início, agora, a etapa de CONTROLE DE QUALIDADE de licitação com os itens cujo proposta tenha sido preliminarmente aceita.
Sistema	18/10/2023 às 16:02:04	Conforme consta do Anexo Controle de Qualidade, essa 1ª Etapa tem caráter eliminatório e será dividida em duas fases: Fase 1 - Análise Documental e Fase 2 - Inspeção do Protótipo.
Sistema	18/10/2023 às 16:02:23	Assim, para dar início à fase 1 e segundo o disposto no item 1.3 do referido anexo, todas as empresas preliminarmente classificadas ficam convocadas para entrega de documentação exigida.
Sistema	18/10/2023 às 16:03:52	O prazo para entrega dos documentos é de 20 (vinte dias) corridos, que começam a contar amanhã, dia 19/10/2023, quinta-feira.
Sistema	18/10/2023 às 16:05:08	Conforme item 1.4, toda documentação deverá ser enviada, via e-mail, para comp@fnnde.gov.br no prazo citado e, posteriormente, em via física no protocolo do FNDE.
Sistema	18/10/2023 às 16:05:35	Para mais detalhes e verificação das condições, favor consultar o anexo bem como os respectivos Cadernos de Informação Técnica - CIT.
Sistema	18/10/2023 às 16:05:47	O descumprimento do prazo de entrega constitui a desclassificação das empresas e a respectiva anulação da responsabilidade, nos termos do edital de licitação.
Sistema	18/10/2023 às 16:06:13	O resultado da análise documental realizada pela Comissão Técnica será divulgado em versão pelo pregoeiro, que, em caso de aprovação, convocará o licitante para a fase 2 (inspeção do protótipo).
Sistema	18/10/2023 às 16:04:40	Solicitamos que as empresas convocadas para a etapa de Controle de Qualidade se atentem às informações técnicas contidas mencionado Anexo e nos respectivos CITs. Em caso de dúvidas, favor encaminhar a solicitação de esclarecimento para o e-mail comp@fnnde.gov.br .
Sistema	18/10/2023 às 16:05:10	Também pedimos às licitantes convocadas que busquem, na medida do possível, adaptar o curso da documentação, não deixando para o limite do prazo de entrega, a fim de evitar que eventuais problemas e situações inesperadas tornem a entrega intempestiva.
Sistema	18/10/2023 às 16:05:43	Dadas estas informações, suspenderei o sorteio da licitação.
Sistema	18/10/2023 às 16:06:37	A sessão será reaberta sexta-feira, dia 20 próximo, às 13h, para tratar exclusivamente do item 12.

19/12/2023 17:52

5 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	18/10/2023 às 16:08:07	Por enquanto não há data prevista para reabertura da sessão com vistas à divulgação do resultado desta primeira fase do controle de qualidade.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:16	Oportunamente, aguardamos, com a devida antecedência, a reabertura da sessão para novas informações.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:27	Todos serão informados da reabertura pelo sistema e no e-mail cadastrado.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:33	Agradeço a atenção de todos.
Sistema	18/10/2023 às 16:08:56	Essa suspensão é sendo.
Sistema	20/10/2023 às 15:00:17	Bom tarde! Esta reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023.
Sistema	20/10/2023 às 15:01:02	Sr, conforme comunicado na última quarta-feira, dia 18, não houve qualquer movimento da negociação sobre o valor ofertado pelo licitante MARCOPOLO para o item 12, cuja proposta permaneceu acima do valor estimado.
Sistema	20/10/2023 às 15:10:37	Senhores licitantes, considerando que o valor proposto pela empresa MARCOPOLO AS permanece superior ao estimado e não houve mais licitante classificado a declarar o item 12, foi cancelado.
Sistema	20/10/2023 às 15:10:47	Com relação aos demais itens já convocados para a segunda fase do controle de qualidade, reitero as informações já apresentadas na última quarta-feira, dia 18.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:11	A presente sessão está suspensa agora e sua reabertura será realizada tão logo tenhamos o resultado da análise documental.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:19	Todos serão informados da reabertura pelo sistema e no e-mail cadastrado.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:29	Agradeço a atenção de todos.
Sistema	20/10/2023 às 15:11:37	Esta suspensão é sendo.
Sistema	31/10/2023 às 15:31:12	Bom tarde! Esta reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023.
Sistema	31/10/2023 às 15:31:35	Informo que as empresas VOLKSWAGEN (item 1 e 6) e AGRALE (item 4), regularmente convocadas para a fase 1 do controle de qualidade, tiveram sua documentação técnica analisada e foram aprovadas.
Sistema	31/10/2023 às 15:32:03	Após análise, a Comissão Técnica afirmou a aptidão técnica dos licitantes, o que autoriza a convocação para a "Fase 2 - Inspeção do Protótipo", conforme consta no item 2 do Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	31/10/2023 às 15:32:31	As respectivas listas de verificação contendo o resultado da fase 1 para as empresas VOLKSWAGEN e AGRALE estão disponíveis no Portal de Compras do FNDE e podem ser acessadas através do seguinte link: https://www.gov.br/fnde/pqba/acesso-a-informacao/acesso-programa-mat/acesso-compra-governamental/licitacao/pregao-pqba-registro-de-prova-nacional/2023/pregao-eletronico-no-06-2023-registro-de-prova-nacional-pqba-no-ambito-do-programa-caminho-da-escola
Sistema	31/10/2023 às 15:32:44	https://www.gov.br/fnde/pqba/acesso-a-informacao/acesso-programa-mat/acesso-compra-governamental/licitacao/pregao-pqba-registro-de-prova-nacional/2023/pregao-eletronico-no-06-2023-registro-de-prova-nacional-pqba-no-ambito-do-programa-caminho-da-escola
Sistema	31/10/2023 às 15:33:04	Passamos, agora, a convocação para a fase de Inspeção do Protótipo (Fase 2) das empresas aprovadas na Fase 1.
Sistema	31/10/2023 às 15:33:24	As empresas VOLKSWAGEN e AGRALE ficam CONVOCADAS para, num PRAZO 100 (cem) dias, contados a partir de amanhã, dia 01/11/2023, disponibilizarem 01 (um) protótipo do veículo relativo aos itens nos quais encontraram classificação para realização da inspeção.
Sistema	31/10/2023 às 15:33:30	Na oportunidade, ressaltamos que, junto com o protótipo, também deverá ocorrer a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Prestaria Documentar nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVN, compatível com o CAT.
Sistema	31/10/2023 às 15:34:39	Vale destacar também que, por força do disposto no item 4.3.4. do Termo de Referência, a apresentação do CAT e do LCVN, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.
Sistema	31/10/2023 às 15:34:51	Por meio de aviso a ser publicado no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a inspeção dos protótipos, cuja proposta não é facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

19/12/2023 17:52

6 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	31/10/2023 às 15:35:11	Todas as demais condições e exigências constam dos respectivos CITs e dos demais anexos do edital, em especial o Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	31/10/2023 às 15:36:22	Com relação aos demais itens, conforme forem sendo concluídas as análises pela Comissão Técnica, providenciaremos a reabertura da sessão para comunicar o resultado e prosseguir conforme o caso (aprovação ou reprovação).
Sistema	31/10/2023 às 15:36:29	Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail comp@fnnde.gov.br .
Sistema	31/10/2023 às 15:36:57	Agora, peço a ATENÇÃO de todos para o comunicado a seguir, encaminhado pela Comissão Técnica responsável pelo controle de qualidade, com relação à oferta de múltiplas marcas de componentes:
Sistema	31/10/2023 às 15:37:44	"Registramos, para os devidos fins, para os licitantes que efetivamente, na Fase 1 - Análise da Documentação, a opção de mais de uma marca de componente, a exemplo de DPM/REV, Ar Condicionado e todos os demais componentes, que se(ões) considerado(s), única e exclusivamente, a(s) marca(s) do(s) componente(s) efetivamente instalado(s) e avaliado(s) pela Comissão no Protótipo, a ser inspecionado na Fase 2 - Inspeção do Protótipo..."
Sistema	31/10/2023 às 15:37:56	...ficando assim a esse vinculado, conforme determinam os subitens 1.1, 2.1 e 2.2 do Anexo do Controle de Qualidade do PE nº 06/2023. (...)
Sistema	31/10/2023 às 15:38:12	(...) Assim, caso tenha sido oferecida a documentação de mais de uma marca de componente para análise documental (fase 1 da 1ª etapa do Controle de Qualidade), ficam os licitantes cientes de que:
Sistema	31/10/2023 às 15:38:40	a) Somente será avaliada a marca do componente efetivamente instalado; b) O licitante queira se analisar todas as marcas cujas documentações foram avaliadas na Fase 1 - Análise da Documentação, deverá apresentar protótipo com esse(s) item(s) instalado(s);
Sistema	31/10/2023 às 15:38:50	c) Caso não apresentado conforme item B, a marca adicional demandará uma futura nova inspeção por parte da Comissão do FNDE, oportunidade na qual deverá ser demonstrada a instalação e em efetivo funcionamento em outro veículo apresentado junto ao Protótipo;
Sistema	31/10/2023 às 15:38:56	d) Somente as marcas avaliadas e aprovadas na Fase 2 - Inspeção do Protótipo - estarão autorizadas a compor os itens adquiridos e entregues após a assinatura da ATA e celebração dos contratos."
Sistema	31/10/2023 às 15:40:02	A lista deste informativo será publicada em forma de aviso no portal de compras do Governo Federal.
Sistema	31/10/2023 às 15:40:29	Diz-se isso, suspenderei a sessão agora e, oportunamente e com a devida antecedência, aguardarei a reabertura para prosseguimento do prego.
Sistema	31/10/2023 às 15:40:36	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	31/10/2023 às 15:40:42	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	06/11/2023 às 16:00:39	Bom tarde! Esta reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023.
Sistema	06/11/2023 às 16:01:07	Sr, dando sequência à fase 2 do Controle de Qualidade (Inspeção do Protótipo), irei confirmar junto às empresas já convocadas a data, o local e o horário de realização da inspeção, nos termos do item 4.3.5.1. do Termo de Referência.
Sistema	06/11/2023 às 16:20:49	Sr, assim que recebermos as informações, divulgaremos um Aviso confirmado o local e as datas de inspeção.
Sistema	06/11/2023 às 16:21:56	Dando sequência à sessão, informo também que a empresa MARCOPOLO SA, regularmente convocada para a fase 1 do controle de qualidade, teve sua documentação técnica analisada e foi aprovada para os seguintes itens:
Sistema	06/11/2023 às 16:22:04	- ITEM 07 (ONUREA PB MECÂNICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:09	- ITEM 08 (ORE 1 AUTOMÁTICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:14	- ITEM 11 (ORE 1 4X4 AUTOMÁTICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:19	- ITEM 12 (ONUREA PB AUTOMÁTICO)
Sistema	06/11/2023 às 16:22:31	A análise da documentação apresentada para o item 05 (ORE 1 4X4 MECÂNICA) ainda não foi concluída.

19/12/2023 17:52

7 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	06/11/2023 às 16:22:34	Com relação aos itens aprovados, a Comissão Técnica afirmou a aptidão técnica dos licitantes, o que autoriza a convocação para a "Fase 2 - Inspeção do Protótipo", conforme consta no item 2 do Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	06/11/2023 às 16:22:35	As respectivas listas de verificação contendo o resultado da fase 1 para os itens mencionados estão disponíveis no Portal de Compras do FNDE e podem ser acessadas através do seguinte link: https://www.gov.br/fnde/pqba/acesso-a-informacao/acesso-programa-mat/acesso-compra-governamental/licitacao/pregao-pqba-registro-de-prova-nacional/2023/pregao-eletronico-no-06-2023-registro-de-prova-nacional-pqba-no-ambito-do-programa-caminho-da-escola
Sistema	06/11/2023 às 16:23:31	https://www.gov.br/fnde/pqba/acesso-a-informacao/acesso-programa-mat/acesso-compra-governamental/licitacao/pregao-pqba-registro-de-prova-nacional/2023/pregao-eletronico-no-06-2023-registro-de-prova-nacional-pqba-no-ambito-do-programa-caminho-da-escola
Sistema	06/11/2023 às 16:25:45	Assim, a Empresa MARCOPOLO SA fica CONVOCADA para, num PRAZO 100 (cem) dias, contados a partir de amanhã, dia 07/11/2023, disponibilizar 01 (um) protótipo do veículo relativo aos itens nos quais encontraram classificação para realização da inspeção.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:01	Cabe destacar que, junto com o protótipo, também deverá ocorrer a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Prestaria Documentar nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVN, compatível com o CAT.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:13	Vale ressaltar que, por força do disposto no item 4.3.4. do Termo de Referência, a apresentação do CAT e do LCVN, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:33	Por meio de aviso a ser publicado no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a inspeção dos protótipos, cuja proposta não é facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:42	Todas as demais condições e exigências constam dos respectivos CITs e dos demais anexos do edital, em especial o Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:51	Com relação aos demais itens, conforme forem sendo concluídas as análises pela Comissão Técnica, providenciaremos a reabertura da sessão para comunicar o resultado.
Sistema	06/11/2023 às 16:26:57	Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail comp@fnnde.gov.br .
Sistema	06/11/2023 às 16:27:08	Diz-se isso, irei suspender, agora, a sessão e, oportunamente e com a devida antecedência, aguardarei a reabertura para prosseguimento do prego.
Sistema	06/11/2023 às 16:27:14	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	06/11/2023 às 16:27:19	Esta suspensão é sendo.
Sistema	10/11/2023 às 16:02:15	Bom tarde! Esta reaberta a sessão pública do prego eletrônico nº 06/2023.
Sistema	10/11/2023 às 16:02:29	Sr, dando sequência à fase 2 do Controle de Qualidade (Inspeção do Protótipo), informo que a empresa MARCOPOLO, regularmente convocada para a fase 1 do controle de qualidade, teve sua documentação técnica analisada e foi aprovada para os seguintes itens: 5 (ORE 1 4X4 MECÂNICA).
Sistema	10/11/2023 às 16:02:43	Com relação ao item aprovado, a Comissão Técnica afirmou a aptidão técnica dos licitantes, o que autoriza a convocação para a "Fase 2 - Inspeção do Protótipo", conforme consta no item 2 do Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	10/11/2023 às 16:03:02	A respectiva lista de verificação contendo o resultado da fase 1 para o item 5 está disponível no Portal de Compras do FNDE e podem ser acessadas através do seguinte link: https://www.gov.br/fnde/pqba/acesso-a-informacao/acesso-programa-mat/acesso-compra-governamental/licitacao/pregao-pqba-registro-de-prova-nacional/2023/pregao-eletronico-no-06-2023-registro-de-prova-nacional-pqba-no-ambito-do-programa-caminho-da-escola
Sistema	10/11/2023 às 16:03:26	Assim, fica a Empresa MARCOPOLO CONVOCADA para, num PRAZO 100 (cem) dias, contados a partir de amanhã, dia 11/11/2023, disponibilizar 01 (um) protótipo do veículo relativo aos itens nos quais encontraram classificação para realização da inspeção.
Sistema	10/11/2023 às 16:03:46	Vale ressaltar que, junto com o protótipo, também deverá ocorrer a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Prestaria Documentar nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVN, compatível com o CAT.
Sistema	10/11/2023 às 16:04:03	Assim, por força do disposto no item 4.3.4. do Termo de Referência, a apresentação do CAT e do LCVN, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.

19/12/2023 17:52

8 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/11/2023 às 14:09:57	Por e-mail, a licitante MARCOPOLO já informou que os protótipos de todos os itens para os quais foi convocada (itens 5, 7, 8, 11 e 13) estarão disponíveis a partir da próxima segunda-feira, dia 13/11/2023, no seguinte endereço:
Sistema	10/11/2023 às 14:06:04	Marcelo S/A Rua Imeldo Galde Schiavo, 110 Bairro São Cristóvão Caxias do Sul / RS
Sistema	10/11/2023 às 14:06:15	A inspeção ocorreu das 10h às 18h.
Sistema	10/11/2023 às 14:06:22	A presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
Sistema	10/11/2023 às 14:06:30	Todas as demais condições e exigências constam dos respectivos CTTs e dos demais anexos do edital, em especial o Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	10/11/2023 às 14:06:38	Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail comp@tnd.gov.br.
Sistema	10/11/2023 às 14:06:49	Diziam: disse, irei suspender, agora, e senão, o oportunamente e com a devida intencionalidade, aguardarei a reabertura para prosseguimento do pregão.
Sistema	10/11/2023 às 14:06:55	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	10/11/2023 às 14:06:59	Está suspensa a sessão.
Sistema	17/11/2023 às 10:02:34	Bom dia! Esta reabertura a sessão pública do pregão eletrônico nº 06/2023!
Sistema	17/11/2023 às 10:01:28	Srs licitantes, informo que os protótipos disponibilizados pelas empresas AGRALE (ITEM 4) e VOLKSWAGEN (ITEMS 1 e 6) foram devidamente inspecionados pelo Comitê Técnico, com apoio de profissionais designados pelo INMETRO, nos dados e locais informados em avisos publicados na plataforma do Compreg.gov.br.
Sistema	17/11/2023 às 10:01:40	Como resultado dos trabalhos, foram concluídas os respectivos Relatórios de Avaliação de Protótipo - RAP, os quais constam para APROVAÇÃO de todos os protótipos inspecionados.
Sistema	17/11/2023 às 10:02:00	Os respectivos Relatórios de Aprovação do Protótipo - RAP encontram-se disponíveis para livre acesso no portal de compra do FNDE, através de link a seguir:
Sistema	17/11/2023 às 10:02:07	https://www.gov.br/fnde/pelo/acesso-a-informacao/acesso-a-programas/acesso-a-compras-governamentais/licitacao/registro-para-registro-de-procedimento/2023/registro-de-procedimento-no-2023-registro-de-procedimento-nacional-para-compras-em-casa-ambiente-do-programa-caminho-da-escala
Sistema	17/11/2023 às 10:02:27	Diziam: disse, providerei ao setor das respectivas propostas no sistema e, na sequência, será aberto para o registro de intenção de recurso, conforme item 11 do Edital. Fiquem atentos às mensagens do sistema.
Sistema	17/11/2023 às 10:07:27	Retornaremos às 10:17.
Sistema	17/11/2023 às 10:17:32	Senhores licitantes, finalizado o período para manifestação de intenção de recurso, dará início agora a fase de HABILITAÇÃO dos itens 1, 4 e 6.
Sistema	17/11/2023 às 10:17:49	Nesta fase, as empresas que tiveram suas propostas aceitas serão convocadas para envio dos documentos de habilitação especificados no Edital e no Termo de Referência.
Sistema	17/11/2023 às 10:30:00	Retornaremos às 11:45 para verificar o envio dos documentos de habilitação solicitados.
Sistema	17/11/2023 às 11:45:42	Vamos retomar a sessão.
Sistema	17/11/2023 às 12:13:34	Srs, vamos suspender a presente sessão e reabriremos novamente ainda hoje, às 15h, para seguirmos com a habilitação dos itens 1 e 6.
Sistema	17/11/2023 às 12:13:47	Estamos todos conectados no horário informado.
Sistema	17/11/2023 às 12:13:56	Está suspensa a sessão.
Sistema	17/11/2023 às 15:01:48	Bom tarde! Esta reabertura a sessão pública do pregão eletrônico nº 06/2023!
Sistema	17/11/2023 às 15:01:59	Vamos dar andamento a sessão.
Sistema	17/11/2023 às 15:02:46	Prezados licitantes, informo que a empresa VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA, classificada em segundo lugar para o ITEM 1 e em primeiro lugar para o ITEM 6, teve sua documentação habilitatória analisada e foi APROVADA.
Sistema	17/11/2023 às 15:03:10	Assim, por ter atendido, na íntegra, aos requisitos de habilitação e de aceitabilidade previstos em

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/11/2023 às 15:03:10	Atual e nos anexos, declaro a empresa VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA habilitada para os itens 1 (ORE I MECANICO) e 6 (CONJUNTO PA MECANICO) do Pregão Eletrônico nº 06/2023.
Sistema	17/11/2023 às 15:05:37	No momento, não estamos conseguindo disponibilizar o checklist habilitatório no portal de compra do FNDE. Assim, para que possam ter acesso agora, disponibilizamos o checklist para acesso através do link a seguir:
Sistema	17/11/2023 às 15:09:34	https://findo-my.sharepoint.com/:f/g/personal/compe_fnde_gov_br?e=8000593&id=Benfifelhq&file=.BVR.NjgQc=&it=Zar
Sistema	17/11/2023 às 15:06:23	Assim que possível, faremos a publicação no portal de compra do FNDE para ser acessado através do link já disponibilizado neste chat.
Sistema	17/11/2023 às 15:06:39	Agora, fizeti a habilitação da Empresa nos itens 1 e 6 e foi enviada mensagem no grupo para manifestação de intenção de recurso, portanto fiquem atentos as mensagens do chat.
Sistema	17/11/2023 às 15:08:38	Retornaremos às 15:19.
Sistema	17/11/2023 às 15:19:36	Srs. licitantes, informamos que não tivemos nenhuma intenção de recurso apresentada.
Sistema	17/11/2023 às 15:20:14	Assim, finalizados os itens 1 e 4, suspendemos o Edital por força de serem sendo concluídas as etapas finais dos demais itens, feroi o agendamento para o próximo dia com a devida antecedência para prosseguimento com o prego.
Sistema	17/11/2023 às 15:20:30	Portanto, fiquem atentos aos artigos publicados no portal.
Sistema	17/11/2023 às 15:20:26	Está suspensa a sessão.
Sistema	21/11/2023 às 10:01:10	Bom dia! Está aberta a sessão pública do pregão eletrônico nº 06/2023!
Sistema	21/11/2023 às 10:01:23	Vamos dar andamento ao prego.
Sistema	21/11/2023 às 10:02:16	Srs. licitantes, após envio tempestivo da documentação de habilitação, informo que a empresa AGRALFE S/A, classificada em segundo lugar para o ITEM 4, teve sua documentação habilitatória analisada e foi APROVADA.
Sistema	21/11/2023 às 10:02:52	Assim, por ser atendido, na íntegra, aos requisitos de habilitação e de aceitabilidade previstos em edital e nos anexos, declaro a empresa AGRALFE S/A habilitada para o ITEM 4 (ORE ZERO 4XA MECANICO) do Pregão Eletrônico nº 06/2023.
Sistema	21/11/2023 às 10:03:08	O checklist habilitatório está disponível para consulta no portal de compra do FNDE cujo acesso pode ser feito através do link a seguir:
Sistema	21/11/2023 às 10:04:33	Um licitante, por favor.
Sistema	21/11/2023 às 10:09:52	https://www.gov.br/findo/pbe/acesso-a-informacao/acesso-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/prego-par-registro-de-preco-nacional/2023/prego-eletronico-no-06-2023-registro-de-preco-nacional-por-comissao-equipe-nao-aberto-do-programa-sinabio-da-seade
Sistema	21/11/2023 às 10:06:18	Assim, dados o comando de habilitação da Empresa no ITEM 4 e, em seguida, será aberto o prazo para manifestação de intenção de recurso, portanto fiquem atentos as mensagens do chat.
Sistema	21/11/2023 às 10:08:28	Retornaremos às 10:18 para seguir com os itens 5, 7, 8, 11 e 13.
Sistema	21/11/2023 às 10:18:39	Srs. licitantes, informamos que não tivemos nenhuma intenção de recurso apresentada.
Sistema	21/11/2023 às 10:19:04	Finalizado o item 4, passo agora a tratar dos itens 5, 7, 8, 11 e 13.
Sistema	21/11/2023 às 10:20:02	Srs. licitantes, informo que os protótipos disponibilizados pela empresa MARCOPOLO S/A, referentes aos itens 5, 7, 8, 11 e 13, foram devidamente inspecionados pela Comissão Técnica, com apoio de profissionais designados pelo INMETRO, nas datas e locais informadas em artigos publicados.
Sistema	21/11/2023 às 10:21:34	Como resultado dos trabalhos, foram emitidos os respectivos Relatórios de Avaliação de Protótipo - RAP, os quais condiziam pela APROVAÇÃO de todos os protótipos inspecionados.
Sistema	21/11/2023 às 10:21:33	Os respectivos Relatórios de Aprovação do Protótipo - RAP encontram-se disponíveis para livre acesso no portal de compra do FNDE, no link informado anteriormente.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	21/11/2023 às 10:21:36	Deante disso, procederei ao aceite das respectivas propostas no sistema e, na sequência, será aberto prazo para registro de intenção de recurso relativa à fase de julgamento da proposta, conforme item 11 do Edital. Fique atento às mensagens do sistema.
Sistema	21/11/2023 às 10:24:54	Retornaremos às 10:35
Sistema	21/11/2023 às 10:36:13	Senhores licitantes, finalizado o período para manifestação de intenção de recursos, daro início agora a fase de HABILITAÇÃO dos itens 5, 7, 8, 11 e 13.
Sistema	21/11/2023 às 10:36:26	Nota: fise, a empresa que teve sua proposta aceita será convocada para envio dos documentos de habilitação especificados no Edital e no Termo de Referência.
Sistema	21/11/2023 às 10:30:13	Retornaremos às 11:50 para verificar o envio dos documentos de habilitação solicitados.
Sistema	21/11/2023 às 11:52:16	Vamos prosseguir com o senão.
Sistema	21/11/2023 às 11:50:39	Srs licitantes, após envio temporário da documentação de habilitação, informo que a empresa MARCOPOLO S/A, classificada para os itens 5 (ORE 1 004 MECÂNICA), 7 (ONUREA PB MECÂNICA), 8 (ORE 1 AUTOMÁTICA), 11 (ORE 1 004 AUTOMÁTICA) e 13 (ONUREA PB AUTOMÁTICA), teve sua documentação habilitatória analisada e foi APROVADA.
Sistema	21/11/2023 às 11:50:55	Assim, por ter atendido, na íntegra, aos requisitos de habilitação e de sociabilidade previstos em edital e nos anexos, declaro a empresa MARCOPOLO S/A habilitada para o ITENS 5, 7, 8, 11 e 13 do Pregão Eletrônico nº 04/2023.
Sistema	21/11/2023 às 11:51:19	O checklist habilitatório já está disponível para consulta no portal da compra do FINEE, no link já informado.
Sistema	21/11/2023 às 11:51:37	https://www.gov.br/finee/pbe/acesso-informacao/acesso-programas/acesso-compras-governamentais/licitacoes/pregao-por-emprego-e-gestao-de-procurement/2023/pregao-eletronico-no-04-2023/registo-de-procurement-por-onlunizacao-no-ambito-do-programa-e-mail-da-escola
Sistema	21/11/2023 às 11:51:52	Assim, darei o comando de habilitação de Empresa nos itens 5, 7, 8, 11 e 13 e, em seguida, será aberto o prazo para manifestação de intenção de recurso, portanto fique atento às mensagens do chat.
Sistema	21/11/2023 às 11:36:16	Retornaremos às 12:04 para informarmos sobre eventual intenção de recurso e, na ausência, suspenderemos o senão.
Sistema	21/11/2023 às 12:06:54	Srs licitantes, informamos que não tivemos nenhuma intenção de recurso apresentada.
Sistema	21/11/2023 às 12:07:35	Finalizados os itens 5, 7, 8, 11 e 13, suspenderei agora o senão e, conforme fure senão concluídas as etapas relativas aos demais itens pendentes, farei o agendamento de realização com a devida antecedência para proseguirmos com o pregão.
Sistema	21/11/2023 às 12:07:40	Por tanto, fique atento aos avisos publicados no portal.
Sistema	21/11/2023 às 12:07:46	Está suspensa o senão.
Sistema	20/11/2023 às 10:02:58	Bom dia! Estã resbarto a sessão pública do pregão eletrônico nº 04/2023!
Sistema	20/11/2023 às 10:04:31	Srs, informo que o fornecedor ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, regularmente convocada para a fase I do controle de qualidade, teve sua documentação técnica analisada e foi APROVADA para o ITENS 2 (ORE 2) e 3 (ORE 3), ambos com maximização mecânica.
Sistema	20/11/2023 às 10:04:48	Com relação aos senos aprovados, a Comissão Técnica afirmou a apêlo técnica da licitante, o que autoriza a convocação para a "Fase 2 - Inspeção do Proetipio", conforme consta no item 2 do Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	20/11/2023 às 10:05:08	As respectivas listas de verificação contendo o resultado da fase I para o item 2 e 3 estão disponíveis em instantes no Portal de Compras do FINEE e poderão ser consultadas através do seguinte link:
Sistema	20/11/2023 às 10:05:25	https://www.gov.br/finee/pbe/acesso-informacao/acesso-programas/acesso-compras-governamentais/licitacoes/pregao-por-emprego-e-gestao-de-procurement/2023/pregao-eletronico-no-04-2023/registo-de-procurement-por-onlunizacao-no-ambito-do-programa-e-mail-da-escola
Sistema	20/11/2023 às 10:06:07	Assim, fise a Empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA CONVOCADA PARA, SEM PRAZO (10) (sem) dias, contados a partir de amanhã, dia 29/11/2023, disponibilizar 01 (um) prototipo de cada um dos itens nos quais encontra-se classificada, para realização de inspeção.

Respondido	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/11/2023 às 10:06:23	Vale ressaltar que, junto com o protótipo, também deverá ocorrer a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Detran/mt nº 186/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassis e carroceria do veículo) e a Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVIM, compatível com o CAT.
Sistema	26/11/2023 às 10:06:40	Ainda, por força do disposto no item 4.3.4 do Termo de Referência, a apresentação do CAT e do LCVIM, na Fase 2, é condição indispensável para o início da inspeção do protótipo.
Sistema	26/11/2023 às 10:07:36	Por meio de Aviso e sem publicado no sistema, será divulgado o local e horário de realização do julgamento para a inspeção dos protótipos, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
Sistema	26/11/2023 às 10:07:51	Todas as demais condições e exigências constam dos respectivos CTTs e dos demais anexos do edital, em especial o Anexo do Controle de Qualidade.
Sistema	26/11/2023 às 10:08:18	Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail comp@ndg.gov.br .
Sistema	26/11/2023 às 10:08:25	Diante disso, eis suspender, agora, a sessão e, oportunamente e com a devida antecedência, agendarei a retomada para prosseguimento do pregão.
Sistema	26/11/2023 às 10:08:31	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	26/11/2023 às 10:08:33	Está suspensa a sessão.
Sistema	11/12/2023 às 14:00:13	Bom tarde Estã reaberto a sessão pública do pregão eletrônico nº 06/2023!
Sistema	11/12/2023 às 14:00:51	Srs. licitantes, informo que o protótipo disponibilizado pela empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA para o item 3 (ORE 3) foi devidamente inspecionado pela Comissão Técnica, com apoio de profissionais designados pelo INMETRO, nas datas e locais informados em avisos publicados.
Sistema	11/12/2023 às 14:01:13	Como resultado dos trabalhos, foi emitido o respectivo Relatório de Avaliação de Protótipo - RAP, o qual concluiu pela APROVAÇÃO do protótipo inspecionado.
Sistema	11/12/2023 às 14:01:27	O mencionado Relatório de Aprovação do Protótipo - RAP estará disponível para livre acesso no portal de compras do FNDE em instantes, através do link a seguir:
Sistema	11/12/2023 às 14:01:41	https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acesso-programas/acom/compras-governamentais/licitacoes/programas-par-registro-de-procurem-ncional/2023/programa-eletronico-no-06-2023-registro-de-procurem-ncional-par-omissao-ncional-no-ambito-do-programa-amissao-ncional
Sistema	11/12/2023 às 14:02:45	Diante disso, procederei ao aceite da respectiva proposta no sistema e, na sequência, será aberto prazo para registro de intenção de recurso, conforme item 11 do Edital. Fiquem atentos às mensagens do sistema.
Sistema	11/12/2023 às 14:42:55	Sinhora licitante, finalizado o período para manifestação de intenção de recurso, darei início agora à fase da HABILITAÇÃO do item 3.
Sistema	11/12/2023 às 14:25:14	Nesta fase, a empresa que teve sua proposta aceita será convocada para envio dos documentos de habilitação especificados no Edital e no Termo de Referência.
Sistema	11/12/2023 às 14:34:05	A sessão pública está temporariamente suspensa. Retornaremos às 16:30h para verificação do envio dos documentos de habilitação solicitados.
Sistema	11/12/2023 às 16:44:10	A empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, solicito dilação de prazo, via telefone e e-mail, para envio da documentação de habilitação, para o item 3 (ORE 3), assim o prazo estender-se-á prorrogado até 17:05h.
Sistema	11/12/2023 às 17:27:44	Srs. licitantes, confirmamos o recebimento do anexo contendo a documentação, enviada pela empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA para o item 3 (ORE 3), assim, informamos que a sessão será suspensa para análise da referida documentação, e que retomaremos a sessão no dia 13/12/2023 (quarta-feira) às 10h.
Sistema	11/12/2023 às 17:27:55	Está suspensa a sessão.
Sistema	11/12/2023 às 17:28:02	Agradeço a atenção e desejo uma boa tarde a todos.
Sistema	13/12/2023 às 10:05:11	Bom dia, sr. licitante Estã reaberto a sessão pública do pregão eletrônico nº 06/2023!
Sistema	13/12/2023 às 10:05:19	Vamos prosseguir com a sessão.
Sistema	13/12/2023 às 10:05:03	Srs, após análise da documentação encaminhada pela empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA,

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/12/2023 às 10:05:03	cumprar registro a seguir:
Sistema	13/12/2023 às 10:05:23	Com relação às declarações apresentadas, além de não terem sido devidamente assinadas, verificamos também que a simples apresentação da DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODA FEDERAÇÃO não é suficiente para a efetiva COMPROVAÇÃO de que a empresa atende à exigência prevista no item 8.29 do Termo de Referência.
Sistema	13/12/2023 às 10:05:37	Além disso, observamos também que os balanços patrimoniais apresentados não estão devidamente registrados em junta comercial ou, em caso de balanços digitais, acompanhados dos respectivos recibos de entrega emitidos pelo SPED, o que é condição indispensável para assegurar a autenticidade, a segurança e a eficácia do ato jurídico, nos termos do art. 1º da Lei 6.015/1973 c/c art. 1.181 do Código Civil.
Sistema	13/12/2023 às 10:06:32	Apenas das inconsistências identificadas, o item 8.14.1 do Edital, reproduzindo o disposto no art. 64, I da Lei 14.133/2021, prevê a possibilidade de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessária para apurar FATOS EXISTENTES À ÉPOCA DA ABERTURA DO CERTAME.
Sistema	13/12/2023 às 10:06:34	Essa previsão, postada no princípio do formalismo moderado, está em linha com a jurisprudência do TCU, consolidada no paradigma do Acórdão 1.211/2021 - Plenário, que assentou ser vedada a imediata inabilitação ante a ausência de informações passíveis de serem supridas ou esclarecidas e que atenuem CONDIÇÃO PRÉ-EXISTENTE À ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME.
Sistema	13/12/2023 às 10:07:37	Diante disso e considerando também o disposto no art. 12, III, da Lei 14.133/2021, será concedido o prazo inicial de 2 horas para que a empresa apresente:
Sistema	13/12/2023 às 10:07:36	I) a devida comprovação de, no mínimo, um ambiente de assistência técnica em cada unidade da federação, nos termos do item 8.29 do TR;
Sistema	13/12/2023 às 10:08:12	II) os balanços devidamente registrados em junta comercial ou com os respectivos recibos de entrega digital, se for o caso; e
Sistema	13/12/2023 às 10:08:29	III) as declarações exigidas devidamente assinadas.
Sistema	13/12/2023 às 10:10:00	Agora, irei suspender a presente sessão e retornaremos ainda hoje, às 14h, para darmos sequência ao pregão.
Sistema	13/12/2023 às 10:15:07	Estojam todos conectados no horário informado.
Sistema	13/12/2023 às 14:00:16	Bom tarde a todos! Estão reaberto a sessão pública do pregão eletrônico nº 04/2023!
Sistema	13/12/2023 às 14:00:24	Vamos prosseguir com a sessão.
Sistema	13/12/2023 às 14:00:36	Srs licitantes, após envio temporário da documentação solicitada em sede de diligência, informo que a empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, classificada para o ITEM 3 (ORE 3), teve sua documentação habilitatória analisada e foi APROVADA.
Sistema	13/12/2023 às 14:01:17	Assim, por ter atendido, na íntegra, aos requisitos de habilitação e de aceitabilidade previstos no edital e seus anexos, declara a empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA habilitada para o ITEM 3 (ORE 3) do Pregão Eletrônico nº 04/2023.
Sistema	13/12/2023 às 14:01:26	O checklist habilitatório está disponível para consulta no portal de compras do FNDE, cujo acesso pode ser feito através do link a seguir:
Sistema	13/12/2023 às 14:01:38	https://www.gov.br/fnde/pde/sistema-informacao/sistema-programa/sistema-compras-governamentais/licitacao/pregao-par-registro-de-preco-nacional/2023/pregao-eletronico-no-04-2023-registro-de-preco-nacional-par-entrega-em-bus-escala-no-ambito-do-pagamento-camilo-da-sociedade
Sistema	13/12/2023 às 14:01:34	Assim, darei o comando de habilitação da Empresa no item 3 e, na sequência, será aberto o prazo para manifestação de intenção de recurso, portanto fiquem atentos às mensagens do chat.
Sistema	13/12/2023 às 14:15:14	Srs. Licitantes, informamos que tivemos 1 intenção de recurso registrada.
Sistema	13/12/2023 às 14:15:26	Os prazos de apresentação das razões de recurso e das contrarrazões (para as empresas que queiram apresentar) serão informados no sistema e contato do Relatário fiscal do item.
Sistema	13/12/2023 às 14:15:37	Informamos que não terão acesso razões e contrarrazões fora do prazo ou apresentadas fora do sistema eletrônico, no campo apropriado do Comprasnet.
Sistema	13/12/2023 às 14:15:55	Agora, diante da conclusão do ITEM 3, suspenderei a presente sessão.

19/12/2023 17:52

13 de 19

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/12/2023 às 14:16:00	A reabertura da sessão será convocada com a devida antecedência para prosseguirmos com o ITEM 2 (ORE 2).
Sistema	13/12/2023 às 14:16:09	Portanto, fiquem atentos aos avisos publicados no portal.
Sistema	13/12/2023 às 14:16:12	Está suspensa a sessão.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
09/10/2023 às 09:00:04	Abertura da sessão pública
09/10/2023 às 14:22:25	Início da etapa de julgamento de propostas

Diego Lima de Andrade
Matr. 153173-15

19/12/2023 17:52

14 de 19

Item 3 - Ônibus

Ônibus Distância Entre Eixos: 5950 MM, Capacidade: 60 Lugares, Cor: Amarela, Potência: 130 CV, Quantidade Portas: Única			
Quantidade:	3500	Valor estimado:	R\$ 581.878,0700
Unidade de fornecimento:	Unidade	Situação:	Adjudicado e Homologado
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 10,0000		
Tratamento Diferenciado ME/EPP:	Sem benefício ME/EPP (Art. 4º, Lei 14.133/2021)		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.164.***-5 - LEILANE MENDES BARRADAS para ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, CNPJ 36.519.422/0001-15, melhor lance: R\$ 469.499,0000

Compras do Item 3

(2) Declaração ME/EPP/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
M.611.835/0018-77 - MARCOPOLO SA Porte ME/EPP/Equiparada: Não	R\$ 673.000,0000	-
Marca/Fabricante: MARCOPOLO		
Modelo/versão: MARCOPOLO		
Valor proposta: R\$ 673.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3500
59.104.273/0001-29 - MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA Porte ME/EPP/Equiparada: Não	R\$ 558.997,0000	
Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz		
Modelo/versão: OF1519R - Ônibus Completo		
Valor proposta: R\$ 1.053.077,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3500
36.519.422/0001-15 - ON-HIGHWAY BRASIL LTDA Porte ME/EPP/Equiparada: Não	R\$ 469.499,0000	Proposta adjudicada
Marca/Fabricante: IVECO/ON-HIGHWAY		
Modelo/versão: IVECO BUS 150 IE		
Valor proposta: R\$ 625.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3500
07.849.890/0001-11 - START SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA Porte ME/EPP/Equiparada: Sim (2)	R\$ 700.000,0000	-
Marca/Fabricante: ORE 3		
Modelo/versão: MERCEDES-BENZ		
Valor proposta: R\$ 700.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3500
06.020.316/0001-10 - VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA Porte ME/EPP/Equiparada: Não	R\$ 497.490,0000	-
Marca/Fabricante: VW / Volkswagen Truck & Bus		
Modelo/versão: VW 15.210 E / ORE 3		
Valor proposta: R\$ 771.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 3500

Lances do Item 3

Data/hora	Participante	Lance
09/10/2023 11:59:17	59.104.273/0001-29	R\$ 673.999,0000
09/10/2023 12:09:22	06.020.316/0001-10	R\$ 472.900,0000

19/12/2023 17:52

15 de 19

Data/hora	Participante	Lance
09/10/2023 12:09:31	36.519.422/0001-15	R\$ 499.999,0000
09/10/2023 12:12:07	06.020.316/0001-10	R\$ 534.999,9300
09/10/2023 12:12:26	59.104.273/0001-29	R\$ 649.999,4888
09/10/2023 12:15:09	59.104.273/0001-29	R\$ 619.000,0000
09/10/2023 12:17:59	59.104.273/0001-29	R\$ 609.000,0000
09/10/2023 12:18:48	59.104.273/0001-29	R\$ 604.999,0000
09/10/2023 12:20:17	59.104.273/0001-29	R\$ 584.498,9999
09/10/2023 12:24:35	06.020.316/0001-10	R\$ 497.490,0000
09/10/2023 12:26:21	36.519.422/0001-15	R\$ 469.499,0000
09/10/2023 12:26:48	59.104.273/0001-29	R\$ 534.997,0000

Mensagens do chat do Item 3

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/10/2023 11:54:36	A abertura do item 3 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	09/10/2023 11:57:37	O item 3 foi aberto. Solucionem o envio de lances.
Sistema	09/10/2023 12:22:02	A etapa fechada foi iniciada para o item 3. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 499.999,0000 e R\$ 700.000,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 12:27:02 do dia 09/10/2023.
Sistema	09/10/2023 12:27:03	A etapa fechada do item 3 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 558.997,0000, R\$ 497.490,0000 e R\$ 469.499,0000.
Sistema	09/10/2023 12:27:03	O item 3 está encerrado.
Sistema para o participante 36.519.422/0001-15	09/10/2023 15:18:54	Prezado licitante, objetivando a obtenção do melhor preço (não apenas o menor) e tendo em vista a promoção do interesse público, solicito avaliar a possibilidade de conceder um desconto adicional ao valor ofertado para o item 3. Seria possível?
pelo participante 36.519.422/0001-15	09/10/2023 15:23:12	Prezado pregoeiro. Bom tarde. Infelizmente já reduzi ao máximo a nossa margem no preço ofertado. Não conseguimos mais fazer reduções no preço.
Sistema para o participante 36.519.422/0001-15	09/10/2023 15:24:13	OK! Agradecemos o empenho! Em instantes faremos a convocação do lance para envio da proposta ajustada ao lance ofertado.
Sistema para o participante 36.519.422/0001-15	09/10/2023 15:51:40	Sr. Fornecedor ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, CNPJ 36.519.422/0001-15, você foi convocado para enviar lances para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 17:52:00 do dia 09/10/2023. Justificativa: Solicitamos o favor de enviar, via sistema, a proposta com o valor ajustado ao lance final ofertado, conforme modelo de proposta apresentado no Encarte A do Termo de Referência.
pelo participante 36.519.422/0001-15	09/10/2023 16:07:43	O item 3 teve a convocação para envio de lances encerrada às 16:07:43 de 09/10/2023. O lance foi enviado pelo fornecedor ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, CNPJ 36.519.422/0001-15.
pelo participante 36.519.422/0001-15	18/10/2023 15:14:04	Prezado Sr. Pregoeiro. Nos últimos dias fizemos um esforço enorme com nossos parceiros, fornecedores e com nossa manufatura e engenharia. Infelizmente não conseguimos ofertar uma proposta de melhor valor para o FNDE. A Treca realizou nos últimos 2 anos, um grande estudo de redução de custos para participarmos desse pregão do FNDE 2023.
pelo participante 36.519.422/0001-15	18/10/2023 15:14:18	Sabemos ainda que os produtos possuem uma nova tecnologia Euro 6, além do equipamento de ar condicionado exigido neste edital e infelizmente de componentes. E com todos os nossos esforços, estamos ofertando reduções em média 10% menores do que no último pregão do FNDE. Todas as possibilidades de redução de custos já estão inseridas no preço ofertado, e infelizmente não conseguimos adicionais mais reduções.
pelo participante 36.519.422/0001-15	28/11/2023 10:11:46	Prezado Sr. Pregoeiro. Bom dia. Informo que estamos disponíveis para realizar a vistoria do protótipo ORE3 no estacionamento Cade, em Boticassuá, nos dias 04, 05 e 06/12. Aguardamos

19/12/2023 17:52

16 de 19

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31211625545
Código da Natureza Jurídica 2062
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: IVG BRASIL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP
MGP2400730005

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERAÇÃO
		051	1	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
		020	1	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
		024	3	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		027	3	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF

SETE LAGOAS
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

7 AGOSTO 2024
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(is) igual(is) ou semelhante(s):
☐ SIM ☐ NÃO

Processo em Ordem À decisão
Data: ____/____/____
Responsável: _____

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) 2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência
☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. ☐ ☐ ☐ ☐
☐ Processo indeferido. Publique-se. ☐ ☐ ☐ ☐
Data: ____/____/____ Responsável: _____

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) 2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência
☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. ☐ ☐ ☐ ☐
☐ Processo indeferido. Publique-se. ☐ ☐ ☐ ☐
Data: ____/____/____ Vogal: _____ Vogal: _____ Vogal: _____
Presidente da Turma: _____

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/458.720-5	MGP2400730005	24/07/2024

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 de Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C88AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucamg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ON-HIGHWAY BRASIL LTDA.
CNPJ nº 36.519.422/0001-15
NIRE nº 31211625545

13ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo assinadas:

(I) IVECO GROUP N.V., sociedade estrangeira organizada e existente de conformidade com as legislações dos Países Baixos, com principal endereço e escritório na Via Puglia, 35, Turim, Itália, inscrita no CNPJ sob o nº 44.739.521/0001-30, representada neste ato por seus bastantes procuradores, a Sra. Adriana de Faria Araújo do Valle, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Minas Gerais, sob o nº 113.277, inscrita no CPF sob o nº 067.569.256-36, com endereço comercial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049 e o Sr. Márcio Alexandre Querichelli, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial/mecânico, portador de cédula de identidade nº 19.187.786-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 158.430.468-50, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjuntos 121 e 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-006; e

(II) IVECO ESPAÑA, S.L., sociedade estrangeira organizada e existente de conformidade com a legislação da Espanha, com sede em Madri, Espanha, na Avenida de Aragón, nº 402, inscrita no CNPJ sob o nº 08.665.263/0001-21, representada neste ato por seus bastantes procuradores, a Sra. Adriana de Faria Araújo do Valle e o Sr. Márcio Alexandre Querichelli, já qualificados acima.

Na qualidade de atuais e únicas quotistas da sociedade empresária limitada denominada ON-HIGHWAY BRASIL LTDA., com sede na Rodovia MG-238, S/N, Km 73,5, Sala ON-HIGHWAY, Bloco II, Distrito Industrial Norte, Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.703-138, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.519.422/0001-15 e na JUCEMG sob o NIRE nº 3121162554-5 ("Sociedade"), resolvem, por mútuo e comum acordo, realizar a Décima Terceira Alteração do Contrato Social da Sociedade, nos termos abaixo expostos, sendo dispensada a realização de reunião de quotistas, por força do disposto no § 3º do Art. 1.072 da Lei nº 10.406, de 10/01/02, conforme alterada ("Código Civil"), e decidem o quanto segue:

1. ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

1.1. As sócias resolvem alterar a denominação social da Sociedade para IVG BRASIL LTDA.

1.2. Em razão da alteração da denominação social realizada acima, as sócias resolvem alterar o nome fantasia das filiais ON-HIGHWAY NOVA LIMA, ON-HIGHWAY SETE LAGOAS, ON-HIGHWAY CDP SOROCABA, ON-HIGHWAY CURITIBA, ON-HIGHWAY SÃO PAULO e ON-HIGHWAY DAT CONTAGEM para IVG NOVA LIMA, IVG SETE LAGOAS, IVG CDP SOROCABA, IVG CURITIBA, IVG SÃO PAULO e IVG DAT CONTAGEM, respectivamente, para substituir o termo

"ON-HIGHWAY" por "IVG".

1.3. Em ato contínuo, as sócias resolvem alterar o complemento do endereço da sede da Sociedade e das filiais IVG CDP SOROCABA e IVG DAT CONTAGEM, para substituir o termo "ON-HIGHWAY" por "IVG".

2. ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL DE FILIAL

2.1. As sócias resolvem, ainda, alterar o objeto social da filial IVG SÃO PAULO localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjuntos 121 e 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0008-91 e com NIRE nº. 359.200.68.91-9, para incluir as atividades administrativas e a atividade de serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

2.2. Dessa forma, diante das deliberações realizadas nas Cláusulas 1 e 2 acima, o Artigo 1º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - A Sociedade tem a denominação de IVG BRASIL LTDA., com sede na Rodovia MG-238, S/N, Km 73,5, Bloco II, Sala IVG, Distrito Industrial Norte, Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.703-138, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0001-15 e na JUCEMG sob o NIRE nº. 3121162554-5, onde são desenvolvidas atividades administrativas, comerciais e de suporte, bem como a produção, importação, exportação, locação e venda, inclusive com organização própria, de veículos a motor, de carga e de passageiros, motores, outros grupos e subgrupos, componentes, peças de reposição e acessórios, representação de empresas nacionais e estrangeiras operando por conta própria, ou de terceiros, participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, prestação de serviços profissionais técnicos e administrativos, direta ou indiretamente relacionados com os objetivos sociais, a terceiros, exercício de quaisquer atividades, direta ou indiretamente relacionadas com os objetivos sociais, licenciamento a terceiros para prestação de serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção, desenvolvimento de sistemas ou programas de computador não customizáveis, atividades baseadas em sistemas de integração telefone computador, fabricação de veículos militares de combate, o agenciamento de negócios, nacionais e internacionais, representação comercial e distribuição de produtos fabricados por terceiros, a representação comercial e agenciamento no comércio de mercadorias e atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, podendo a Sociedade, ainda, manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, através de deliberação da Diretoria.

Parágrafo Único. A Sociedade possui 6 (seis) filiais, nas seguintes localidades:

(a) Filial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº. 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049, cujo objeto é o comércio por atacado de caminhões, ônibus, micro-ônibus, automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; comércio por atacado e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio sob

consignação de veículos automotores, representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores, figurando com o nome fantasia de Filial IVG NOVA LIMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0002-04 e com NIRE nº. 319.027.75.63-0;

(b) Filial no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG-238, S/N, Km 73,5, Bloco II, Sala 1, Distrito Industrial Norte, CEP: 35.703-138, cujo objeto é a importação e comércio de veículos automotores de carga e de passageiros, suas partes, peças e componentes, figurando com o nome fantasia de Filial IVG SETE LAGOAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0005-49 e com NIRE nº. 319.027.75.66-4;

(c) Filial no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Jerome Case, nº. 1801, Edifício IVG, Sala IVG, Portaria 3, bairro Eden, CEP: 18.087-220, cujo objeto é a importação, exportação, armazenagem, comercialização, gestão e faturamento de veículos, suas peças e componentes, fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários; fabricação de automóveis, camionetas e utilitários; fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários; fabricação de motores para caminhões e ônibus; fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores e fabricação de veículos militares de combate, figurando com o nome fantasia de Filial IVG CDP SOROCABA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0006-20 e com NIRE nº. 359.200.68.90-1;

(d) Filial no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº. 11.825, bairro Cidade Industrial, CEP: 81.170-300, cujo objeto é a prática de representação comercial de veículos de carga e passageiros e o comércio atacadista de ônibus e caminhões novos e usados, figurando com o nome fantasia de Filial IVG CURITIBA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0007-00 e com NIRE nº. 419.019.30.05-2;

(e) Filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjuntos 121 e 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-006, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades administrativas, serviços combinados de escritório e apoio administrativo e a prática de representação comercial de veículos de carga e passageiros, figurando com o nome fantasia de Filial IVG SÃO PAULO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0008-91 e com NIRE nº. 359.200.68.91-9;

(f) Filial no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Av. General David Sarnoff, nº. 340, Sala IVG, bairro Cidade Industrial, CEP: 32.210-110, cujo objeto é desenvolvimento de atividades administrativas, comerciais e de suporte, figurando com o nome fantasia de Filial IVG DAT CONTAGEM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0009-72 e com NIRE nº. 319.027.75.67-2."

3. ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. As sócias ratificam a eleição, para o cargo de Diretor, do Sr. Carlos Alberto Vianna Tavares, brasileiro, administrador, casado, portador do CPF nº 860.947.267-15,

3 de 12

RG nº 63295075 SSP/RJ, com endereço comercial na Avenida General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-110, com efeitos a partir de 1º de maio de 2024.

3.2. O Diretor Eleito foi empossado no seu cargo em 1º de maio de 2024 por meio da assinatura do Termo de Posse anexo à presente ata.

3.3. Em ato contínuo, as sócias resolvem alterar o endereço comercial do Sr. Márcio Alexandre Quericelli para a Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjuntos 121 e 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-006.

3.4. Dessa forma, o Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Primeiro. Por determinação da sócia IVECO GROUP N.V. os cargos de Diretor sem designação específica serão exercidos por: Sr. MÁRCIO ALEXANDRE QUERICELLI, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial/mecânico, portador de cédula de identidade nº 19.187.786-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 158.430.468-50, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjuntos 121 e 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-006; e Sr. HUMBERTO MARCHIONI SPINETTI, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 18777769, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 140.256.458-90, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049; Sr. MARCO AURÉLIO BUCHMANN DE GERAIS RANGEL, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 151057631, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº. 133.569.298-36, com endereço comercial no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Av. General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, CEP 32.210-110; Sr. GEORGE EDUARDO MARTINS FERREIRA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG 947173, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 727.992.186-87 e com endereço comercial no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Av. General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, CEP 32.210-110; Sr. FABRIZIO SALVATICO, italiano, administrador, casado, portador do passaporte italiano nº YB0721405, visto brasileiro nº 928894MQ, RNM nº V821874P, inscrito no CPF sob o nº 019.259.236-06, com endereço comercial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049; e Sr. CARLOS ALBERTO VIANNA TAVARES, brasileiro, administrador, casado, portador do CPF nº 860.947.267-15, RG nº 63295075 SSP/RJ, com endereço comercial na Avenida General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-110."

4. ALTERAÇÃO DE FORO

4.1. As sócias aprovam, ainda, a alteração do foro da sociedade para o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

4 de 12

4.2. Desta forma, o Artigo 16º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 16º - Para todas as questões oriundas da interpretação do presente instrumento fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

5. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

5.1. Em razão das alterações acima, as sócias resolvem consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação

CONTRATO SOCIAL

IVG BRASIL LTDA.
CNPJ nº 36.519.422/0001-15
NIRE nº 31211625545

Artigo 1º - A Sociedade tem a denominação de **IVG BRASIL LTDA.**, com sede na Rodovia MG-238, S/N, Km 73,5, Bloco II, Sala IVG, Distrito Industrial Norte, Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.703-138, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0001-15 e na JUCEMG sob o NIRE nº. 3121162554-5, onde são desenvolvidas atividades administrativas, comerciais e de suporte, bem como a produção, importação, exportação, locação e venda, inclusive com organização própria, de veículos a motor, de carga e de passageiros, motores, outros grupos e subgrupos, componentes, peças de reposição e acessórios, representação de empresas nacionais e estrangeiras operando por conta própria, ou de terceiros, participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, prestação de serviços profissionais técnicos e administrativos, direta ou indiretamente relacionados com os objetivos sociais, a terceiros, exercício de quaisquer atividades, direta ou indiretamente relacionadas com os objetivos sociais, licenciamento a terceiros para prestação de serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção, desenvolvimento de sistemas ou programas de computador não customizáveis, atividades baseadas em sistemas de integração telefone computador, fabricação de veículos militares de combate, o agenciamento de negócios, nacionais e internacionais, representação comercial e distribuição de produtos fabricados por terceiros, a representação comercial e agenciamento no comércio de mercadorias e atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, podendo a Sociedade, ainda, manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, através de deliberação da Diretoria.

Parágrafo Único. A Sociedade possui 6 (seis) filiais, nas seguintes localidades:

(a) Filial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº. 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049, cujo objeto é o comércio por atacado de caminhões, ônibus, micro-ônibus, automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, comércio por atacado e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio sob consignação de veículos automotores, representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores, figurando com o nome

fantasia de Filial **IVG NOVA LIMA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0002-04 e com NIRE nº. 319.027.75.63-0;

(b) Filial no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG-238, S/N, Km 73,5, Bloco II, Sala 1, Distrito Industrial Norte, CEP: 35.703-138, cujo objeto é a importação e comércio de veículos automotores de carga e de passageiros, suas partes, peças e componentes, figurando com o nome fantasia de Filial **IVG SETE LAGOAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0005-49 e com NIRE nº. 319.027.75.66-4;

(c) Filial no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Jerome Case, nº. 1801, Edifício IVG, Sala IVG, Portaria 3, bairro Éden, CEP: 18.087-220, cujo objeto é a importação, exportação, armazenagem, comercialização, gestão e faturamento de veículos, suas peças e componentes, fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários; fabricação de automóveis, camionetas e utilitários; fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários; fabricação de motores para caminhões e ônibus; fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores e fabricação de veículos militares de combate, figurando com o nome fantasia de Filial **IVG CDP SOROCABA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0006-20 e com NIRE nº. 359.200.68.90-1;

(d) Filial no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº. 11.825, bairro Cidade Industrial, CEP: 81.170-300, cujo objeto é a prática de representação comercial de veículos de carga e passageiros e o comércio atacadista de ônibus e caminhões novos e usados, figurando com o nome fantasia de Filial **IVG CURITIBA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0007-00 e com NIRE nº. 419.019.30.05-2;

(e) Filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjuntos 121 e 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-006, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades administrativas, serviços combinados de escritório e apoio administrativo e a prática de representação comercial de veículos de carga e passageiros, figurando com o nome fantasia de Filial **IVG SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0008-91 e com NIRE nº. 359.200.68.91-9;

(f) Filial no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Av. General David Sarnoff, nº. 340, Sala IVG, bairro Cidade Industrial, CEP: 32.210-110, cujo objeto é desenvolvimento de atividades administrativas, comerciais e de suporte, figurando com o nome fantasia de Filial **IVG DAT CONTAGEM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0009-72 e com NIRE nº. 319.027.75.67-2.

Artigo 2º - O objeto social compreende:

(a) Produção, importação, exportação, locação e venda, inclusive com organização própria, de veículos a motor, de carga e de passageiros, motores, outros grupos e subgrupos, componentes, peças de reposição e acessórios;

(b) Representação comercial e agentes do comércio de veículos automotores, de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores e distribuição de produtos fabricados por terceiros;

(c) Participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista;

(d) Prestação de serviços profissionais técnicos e administrativos, direta ou indiretamente relacionados com os objetivos sociais, bem como a prestação de serviços de treinamento e desenvolvimento profissional a terceiros;

(e) Licenciamento a terceiros para fabricação, prestação de assistência técnica, serviços de engenharia e de direção e demais atividades semelhantes ou correlatas;

(f) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis;

(g) Licenciamento a terceiros para prestação de serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;

(h) Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção;

(i) Fabricação de veículos militares de combate;

(j) Agenciamento de negócios, nacionais e internacionais;

(k) Atividades baseadas em sistemas de integração telefone-computador; e

(l) Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.139.329.212,83 (dois bilhões, cento e trinta e nove milhões, trezentos e vinte e nove mil duzentos e doze reais e oitenta e três centavos), dividido em 213.932.921,283 (duzentas e treze bilhões, novecentas e trinta e duas milhões, novecentas e vinte e uma mil, duzentas e oitenta e três) quotas, no valor nominal R\$ 0,01 (um centavo de real) cada, assim distribuído entre as quotistas:

Sócias	Nº de quotas	Valor (R\$)	Percentual (%)
Iveco Group N.V.	213.932.769.097	2.139.327.690,97	99,999929
Iveco España, S.L.	152.186	1.521,86	0,000071
Total	213.932.921.283	2.139.329.212,83	100,0000%

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade de cada uma das sócias é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo. As sócias não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Artigo 5º - As quotas não poderão ser transferidas, cedidas, oneradas ou de qualquer forma alienadas a terceiros, no todo ou em parte, sem a observância dos critérios adiante estabelecidos:

Parágrafo Primeiro. As sócias, na proporção de suas quotas, terão preferência para adquirir as quotas da sócia cedente, em igualdade de condições com terceiros interessados.

Parágrafo Segundo. A cedente fará a comunicação por escrito à Sociedade, indicando preço, condições e quantidade de quotas da pretendida cessão. A Sociedade informará as demais quotistas, por carta registrada, da proposta da cedente, assinando-lhes prazo de 30 (trinta) dias para que declarem, em resposta, se pretendem exercer os direitos de preferência de que são titulares.

Parágrafo Terceiro. Caso as quotistas não exerçam o direito de preferência no prazo acima especificado, à cedente serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias para vender as suas quotas a terceiros, desde que sejam negociadas, no mínimo, pelo mesmo preço, condições e quantidade que foram oferecidas, ressaltando que o preço deve ser atualizado pelo mesmo índice utilizado na atualização dos balanços da Sociedade. Caso não logre negociar suas quotas a terceiros no prazo estipulado, obriga-se a cedente a oferecê-las novamente aos demais quotistas, observando os preceitos estabelecidos neste Artigo.

Parágrafo Quarto. São livres e não se incluem nas restrições do *caput* deste artigo cessões ou transferências de quotas efetuadas por qualquer quotista para empresa da qual detenha a maioria do capital votante, bem como daquela para o seu respectivo controlador.

Parágrafo Quinto. As quotas só poderão ser vendidas a terceiros com o consentimento dos sócios que representem dois terços ou três quartos do capital social, nos termos do artigo 1.057 do Código Civil.

Artigo 6º - Incumbe à sócia **IVECO GROUP N.V.**, acima qualificada, designar de 3 (três) até 12 (doze) Administradores, denominados Diretores, devidamente designados e nomeados em atendimento ao artigo 1.061 do Código Civil, todos residentes e domiciliados no País, os quais ficam investidos dos poderes necessários para, agindo de acordo com o disposto nos artigos seguintes e consoante as limitações aqui impostas, na forma adiante definida, administrarem e representarem a Sociedade. Consoante dispõe o citado artigo 1.061 do Código Civil, a designação dos Diretores não sócios dependerá da aprovação de quotistas representando 2/3 do Capital Social. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e com a presença da maioria dos Diretores. No caso de empate na votação, prevalecerá o voto do Diretor que estiver presidindo a reunião.

Parágrafo Primeiro. Por determinação da sócia **IVECO GROUP N.V.**, os cargos de Diretor sem designação específica serão exercidos por: Sr. **MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI**, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial/mecânico, portador de cédula de identidade nº 19.187.786-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 158.430.468-50, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjunto 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547-006; e, Sr. **HUMBERTO**

MARCHIONI SPINETTI, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 18777769, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 140.256.458-90, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049; Sr. **MARCO AURÉLIO BUCHMANN DE GERAIS RANGEL**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 151057631, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 133.569.298-36, com endereço comercial no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Av. General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, CEP 32.210-110; Sr. **GEORGE EDUARDO MARTINS FERREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG 947173, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 727.992.186-87 e com endereço comercial no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Av. General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, CEP 32.210-110; Sr. **FABRIZIO SALVATICO**, italiano, administrador, casado, portador do passaporte italiano nº YB0721405, visto brasileiro nº 928894MQ, RNM nº V821874P, inscrito no CPF sob o nº 019.259.236-06, com endereço comercial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049; e Sr. **CARLOS ALBERTO VIANNA TAVARES**, brasileiro, administrador, casado, portador do CPF nº 860.947.267-15, RG nº 63295075 SSP/RJ, com endereço comercial na Avenida General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-110.

Parágrafo Segundo. Os Diretores acima nomeados permanecerão em seus respectivos cargos até serem destituídos por decisão das quotistas representando a maioria do capital social.

Parágrafo Terceiro. A Sociedade poderá ser representada através da assinatura de 02 (dois) Diretores sem designação específica, 01 (um) Diretor sem designação específica em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos ou por 02 (dois) procuradores com poderes específicos, independentemente da ordem de nomeação.

Parágrafo Quarto. Os Diretores sem designação específica serão investidos dos seguintes poderes e atribuições:

- Organizar os planos de desenvolvimento e o orçamento ou programa anual;
- Compor o balanço geral, a conta de lucros e perdas e o relatório de cada exercício social;
- Deliberar a instalação, em qualquer ponto do território nacional, de sucursais, filiais, agências ou escritórios, bem como nomear representantes e correspondentes no exterior;
- Aprovar previamente a aquisição, alienação ou a imposição de qualquer ônus em bens móveis ou imóveis da Sociedade, bem como a prestação de garantias fidejussórias;
- O que mais necessário for para a realização do objeto social, inclusive nomear procuradores, cujos instrumentos de mandato terão validade limitada à 31 de março do ano subsequente ao da outorga, exceto para instrumentos de mandato com a cláusula Ad

9 de 12

Judicia, que terão validade por prazo indeterminado.

Parágrafo Quinto. A remuneração dos Diretores será fixada por acordo entre as sócias representando a maioria do capital social e levada à conta de despesas gerais.

Artigo 7º - A Sociedade poderá ser representada por um Diretor sem designação específica ou por um procurador, isoladamente, nas seguintes hipóteses:

- Perante qualquer foro ou tribunal, como Autora ou Ré;
- Perante as repartições públicas federais, estaduais, municipais ou autárquicas e a SERASA S.A.; e
- Perante as Sociedades das quais é ou venha a ser acionista ou quotista.

Artigo 8º - A reunião de sócios não é obrigatória, mas qualquer sócio poderá convocá-la mediante carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data prevista para sua realização, devendo conter a data, a hora e os assuntos que se pretendem discutir.

Parágrafo Primeiro. A reunião de sócios realizar-se-á na sede da Sociedade, podendo ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria seu objeto.

Parágrafo Segundo. As quotistas que não comparecerem poderão externar seu voto através de telegrama, e-mail ou fac-símile, cujos teores serão transcritos em ata, desde que recebidos na sede da Sociedade, até a data e hora de início da reunião, em sua primeira convocação.

Parágrafo Terceiro. A reunião de sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Parágrafo Quarto. As reuniões poderão ser dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, nos termos do artigo 1.072, § 3º do Código Civil.

Artigo 9º - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que são apurados os lucros e prejuízos, através de balanço levantado de conformidade com as prescrições legais e fiscais e submetido à aprovação dos quotistas, que deliberam o destino dos lucros do exercício.

Parágrafo Único. Os sócios, pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao final do ano fiscal, deverão aprovar o balanço patrimonial e o de resultado econômico, em conformidade com o artigo 1.078 do Código Civil Brasileiro.

Artigo 10º - Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, as sócias representando mais da metade do Capital Social indicarão o respectivo liquidante. Nesta hipótese, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações remanescentes, se houver, rateado entre os quotistas em proporção ao número de quotas de cada um

10 de 12

possuir.

Artigo 11º - A retirada, extinção, morte, exclusão, falência ou recuperação judicial de qualquer das sócias não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, desde que representem a maioria do capital social, resolvam liquidá-la. Os haveres da sócia retirante, extinta, excluída, falida ou em recuperação judicial serão calculados com base em balanço especial levantado pela Sociedade, e a estes serão pagos, ou a seus herdeiros, ou sucessores, no prazo de 06 (seis) meses contados do evento, atualizados monetariamente com base no índice que melhor refletir a perda do poder aquisitivo da moeda corrente nacional.

Artigo 12º - O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação das sócias representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, sendo expressamente admitida a exclusão de qualquer das sócias.

Artigo 13º - Depende da deliberação das sócias representando mais de metade do Capital Social, o pedido de recuperação judicial, bem como aos administradores, o pedido de recuperação extrajudicial, se houver urgência e mediante a autorização de titulares de mais da metade das quotas representativas do capital social.

Artigo 14º - As sócias, seus procuradores, bem como os Diretores, declaram não estar incursos em quaisquer dos crimes que os impeçam de exercer atividades empresárias, inclusive os impedimentos elencados no parágrafo primeiro do artigo 1.011, da Lei nº 10.406/02. Nesses termos, declaram não estar impedidos por lei especial, condenados à pena que os vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Artigo 15º - Aplicam-se supletivamente à presente Sociedade, as normas das Sociedades Anônimas.

Artigo 16º - Para todas as questões oriundas da interpretação do presente instrumento fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam digitalmente o presente instrumento de 13ª Alteração do Contrato Social.

Sete Lagoas/MG, 8 de agosto de 2024.

Sócias:

IVECO GROUP N.V.
Adriana de Faria Araújo do Valle e

IVECO ESPAÑA, S.L.
Adriana de Faria Araújo do Valle e

11 de 12

Márcio Alexandre Querichelli
Procuradores

Márcio Alexandre Querichelli
Procuradores

12 de 12

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F56A14D2734DE92E78C88AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 13/32

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F56A14D2734DE92E78C88AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 14/32



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/458.720-5	MGP2400730005	24/07/2024

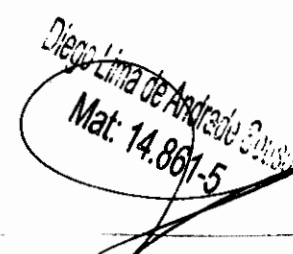
Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
067.569.256-36	ADRIANA DE FARIA ARAUJO DO VALLE
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICELLI

TERMO DE POSSE

Na sede da ON-HIGHWAY BRASIL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Rodovia MG-238, S/N, Km 73,5, Sala ON-HIGHWAY, Bloco II, Distrito Industrial Norte, Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.703-138, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0001-15 e na JUCEMG sob o NIRE nº. 3121162554-5 compareceu e tomou posse em seu cargo de Diretor da ON-HIGHWAY BRASIL LTDA., para o qual foi eleito pelas sócias, nesta data, o Sr. CARLOS ALBERTO VIANNA TAVARES, brasileiro, administrador, casado, portador, inscrito no CPF sob o nº 860.947.267-15, com endereço comercial no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, Av. General David Sarnoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, CEP 32.210-110.

O empossado declarou, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenado ou sob efeito de condenação, a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. O presente termo, lido e achado conforme, será assinado pelo empossado.

Sete Lagoas/MG, 01 de maio de 2024.


CARLOS ALBERTO VIANNA TAVARES
Diego Lima de Andrade
Mat: 14.861-5



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/458.720-5	MGP2400730005	24/07/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI

POWER OF ATTORNEY

VEECO GROUP

The UNICEF-S&P Odessa branch office Rozdolna, in the center of Odessa at the corner of Lenina Grouse M.V., company with limited liability company (unofficially) incorporated under the laws of the Netherlands, having its corporate seat in Amsterdam. The Incorporated, as principal office and business address in "step three," via Agency - 35, and registered with the state register of the Dutch business entities in "step three," via Agency - 35, and registered with the state register of the Dutch business entities in "step three," via Agency - 35.

HEREBY GRANTS THIS POWER OF ATTORNEY TO:

* He Micro Records Database, searched with the Arizona Criminal Registry (ACR) under the number 16117794 and revealed with the labelled "Imported" Registry under the CR#196 number 152A38466-02;

* Mr. Marco Aurelio Dechmann de Costa Reguel, involved with the Brazilian General Registry (RG) under the number 15402731 and involved with the Brazilian Transport Registry under the CP-1442 number 151504208-36.

* Mr. Elton Francisco Lopez, arrested with the Brighton Criminal Registry (RC) under the number MC-1 523 086 and arrested with the International Transport Registry under the CTR-AF number 554 227 466-91;

* Mrs. Ashmore to First Deputy to Yoda, certified with the brackets for Azerbaijan, Serbia and Kosovo, under number OIGMAG 113 277 and certified with the brackets "European Rugby" under CFFAF number 002 299 256, 86, and

* Mr. John Gus Suriano, involved with the American Bar Association, Section of Litigation, under number 04-898722007 and involved with the Individual Taxpayer Relief under CPE 100 number 1701274-400-40.

November jointly returned to the **Authorised Persons** and with an **Authorised Person**, it

1. Jointly by us, to represent the Company as a share or shareholder in companies of any kind, in which the Company is or may become a shareholder or partner;

























2000-2001
 2001-2002
 2002-2003
 2003-2004
 2004-2005
 2005-2006
 2006-2007
 2007-2008
 2008-2009
 2009-2010
 2010-2011
 2011-2012
 2012-2013
 2013-2014
 2014-2015
 2015-2016
 2016-2017
 2017-2018
 2018-2019
 2019-2020
 2020-2021
 2021-2022
 2022-2023
 2023-2024
 2024-2025
 2025-2026
 2026-2027
 2027-2028
 2028-2029
 2029-2030
 2030-2031
 2031-2032
 2032-2033
 2033-2034
 2034-2035
 2035-2036
 2036-2037
 2037-2038
 2038-2039
 2039-2040
 2040-2041
 2041-2042
 2042-2043
 2043-2044
 2044-2045
 2045-2046
 2046-2047
 2047-2048
 2048-2049
 2049-2050
 2050-2051
 2051-2052
 2052-2053
 2053-2054
 2054-2055
 2055-2056
 2056-2057
 2057-2058
 2058-2059
 2059-2060
 2060-2061
 2061-2062
 2062-2063
 2063-2064
 2064-2065
 2065-2066
 2066-2067
 2067-2068
 2068-2069
 2069-2070
 2070-2071
 2071-2072
 2072-2073
 2073-2074
 2074-2075
 2075-2076
 2076-2077
 2077-2078
 2078-2079
 2079-2080
 2080-2081
 2081-2082
 2082-2083
 2083-2084
 2084-2085
 2085-2086
 2086-2087
 2087-2088
 2088-2089
 2089-2090
 2090-2091
 2091-2092
 2092-2093
 2093-2094
 2094-2095
 2095-2096
 2096-2097
 2097-2098
 2098-2099
 2099-2100
 2100-2101
 2101-2102
 2102-2103
 2103-2104
 2104-2105
 2105-2106
 2106-2107
 2107-2108
 2108-2109
 2109-2110
 2110-2111
 2111-2112
 2112-2113
 2113-2114
 2114-2115
 2115-2116
 2116-2117
 2117-2118
 2118-2119
 2119-2120
 2120-2121
 2121-2122
 2122-2123
 2123-2124
 2124-2125
 2125-2126
 2126-2127
 2127-2128
 2128-2129
 2129-2130
 2130-2131
 2131-2132
 2132-2133
 2133-2134
 2134-2135
 2135-2136
 2136-2137
 2137-2138
 2138-2139
 2139-2140
 2140-2141
 2141-2142
 2142-2143
 2143-2144
 2144-2145
 2145-2146
 2146-2147
 2147-2148
 2148-2149
 2149-2150
 2150-2151
 2151-2152
 2152-2153
 2153-2154
 2154-2155
 2155-2156
 2156-2157
 2157-2158
 2158-2159
 2159-2160
 2160-2161
 2161-2162
 2162-2163
 2163-2164
 2164-2165
 2165-2166
 2166-2167
 2167-2168
 2168-2169
 2169-2170
 2170-2171
 2171-2172
 2172-2173
 2173-2174
 2174-2175
 2175-2176
 2176-2177
 2177-2178
 2178-2179
 2179-2180
 2180-2181
 2181-2182
 2182-2183
 2183-2184
 2184-2185
 2185-2186
 2186-2187
 2187-2188
 2188-2189
 2189-2190
 2190-2191
 2191-2192
 2192-2193
 2193-2194
 2194-2195
 2195-2196
 2196-2197
 2197-2198
 2198-2199
 2199-2200
 2200-2201
 2201-2202
 2202-2203
 2203-2204
 2204-2205
 2205-2206
 2206-2207
 2207-2208
 2208-2209
 2209-2210
 2210-2211
 2211-2212
 2212-2213
 2213-2214
 2214-2215
 2215-2216
 2216-2217
 2217-2218
 2218-2219
 2219-2220
 2220-2221
 2221-2222
 2222-2223
 2223-2224
 2224-2225
 2225-2226
 2226-2227
 2227-2228
 2228-2229
 2229-2230
 2230-2231
 2231-2232
 2232-2233
 2233-2234
 2234-2235
 2235-2236
 2236-2237
 2237-2238
 2238-2239
 2239-2240
 2240-2241
 2241-2242
 2242-2243
 2243-2244
 2244-2245
 2245-2246
 2246-2247
 2247-2248
 2248-2249
 2249-2250
 2250-2251
 2251-2252
 2252-2253
 2253-2254
 2254-2255
 2255-2256
 2256-2257
 2257-2258
 2258-2259
 2259-2260
 2260-2261
 2261-2262
 2262-2263
 2263-2264
 2264-2265
 2265-2266
 2266-2267
 2267-2268
 2268-2269
 2269-2270
 2270-2271
 2271-2272
 2272-2273
 2273-2274
 2274-2275
 2275-2276
 2276-2277
 2277-2278
 2278-2279
 2279-2280
 2280-2281
 2281-2282
 2282-2283
 2283-2284
 2284-2285
 2285-2286
 2286-2287
 2287-2288
 2288-2289
 2289-2290
 2290-2291
 2291-2292
 229



Ann 1.12.1964

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 de Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024, Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C8AD847D13DFD4D694, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucmg.mg.gov.br> e informe n° do protocolo 24458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Page 18/32

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 de Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024.
Eletos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC9F58A14D2734DEB2E78C8BA847D13DF4D684. Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 24458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

pg. 17/32

~~Diego Lima de Andrade Lima
Mat: 14.861-5~~

IVECO • GROUP

UNDER THE FOLLOWING CONDITIONS:

1. This power of attorney shall remain valid until it is revoked and may only be revoked in writing, which revocation shall only become valid upon an explicit confirmation of receipt thereof by the Authorized Persons.
2. This power of attorney shall be governed exclusively by the laws of the European part of the Netherlands.

IVECO GROUP N.V.

By: *[Signature]*
Odette Incayola Rozzelle,
Chairman

Dated: December 1st, 2021
Tuen, Italy



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11804355 em 13/08/2024 da Empresa IVECO BRASIL LTDA, NIRE 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC8F58A1402734DE92E78C8AD847D13DFD4D684. Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucamp.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 244587205 e o código de segurança 341bh. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

[Signature]
Mat: 14.861-6

IVECO • GROUP

2. jointly by two, to dispose or transfer or sell or acquire and/or subscribe for shares or quotas held by the Company, including any amounts resulting from loan and giving and accepting releases, signing all related agreements and deeds, by-laws or articles of association and subsequent amendments thereto, including those relating to the formation of any such companies or their corporate reorganization or liquidation and/or otherwise the activities of the legal entity of which the Company is or may become a shareholder or a partner (as required by Brazilian laws - numbers 9404/78 and 18408), PROVIDED, HOWEVER, that no such individual act referred to in this paragraph involving financial responsibility in an amount in excess of Company's total participation in each legal entity of which the Company is or may become a shareholder or a partner, with special power to manage and corporate interest, under the Regulatory Instruction no. 200/02, of the Internal Revenue Service; and what else is required to the strict compliance with this power of attorney;
3. jointly by two, to attend, vote for and in the name of the Company and otherwise take part in all and any general meeting, shareholders meeting, held by or in connection with Banco CMH Capital S.A., pursuant to the Law Practice Act and the Brazilian Law;
4. Individually receive service of process of legal and/or administrative proceedings which may be brought against the Company as established in the Brazilian Law, establishing this power of attorney under AD JUDICIA clause. The Authorized Person could appoint a subagent with the same powers contained in this power of attorney, if it is needed, reserving equal powers to himself;
5. Individually represent the Company with the Companies Registry Office and other corporate registry offices;
6. Individually represent the Company at the Central Bank of Brazil and to apply for the registration of investments in the name of Company, supplying all necessary information and documents and signing any forms and correspondence for that purpose;
7. Individually represent the Company at any other public department or agency either federal, state or municipal, with respect to the matters set forth in the paragraphs above, including power to address and resolve all matters before the Internal Revenue Service;
8. Individually represent the Company before any bank establishment, opening accounts in his/her name, operating them and/or closing them; and
9. jointly by two, to represent, in general, the interests of the Company, performing all acts deemed advisable for the above-mentioned purposes, hereby approving and ratifying all the Authorized Persons may do or cause to be done in connection with the aforementioned acts.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11804355 em 13/08/2024 da Empresa IVECO BRASIL LTDA, NIRE 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC8F58A1402734DE92E78C8AD847D13DFD4D684. Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucamp.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 244587205 e o código de segurança 341bh. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244567205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC8F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/456.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

21/32



Compliance Certificate

I Mr. Storo MORONE,

Notary enrolled on the Notarial Register of the Joint Districts of Turin and Pinerolo, resident in Turin.

certify that

Mr. Oddone INCISA DELLA ROCHETTA, born in Turin (Italy) on 12 May 1972, domiciled in Turin (Italy), via Puglia n. 35, in his capacity as chairman and person in charge of the Italian secondary office of the

"Iweco Group N.V.", with registered office in Amsterdam (Netherlands), with share capital of Euros 250,000, a Dutch company duly registered with the Netherlands Chamber of Commerce under no. 63102701 and with a secondary office in Turin, via Puglia n. 35, registered in the Companies Register - Turin office at number 1250180014,

being entitled, as a person duly authorized to represent the aforementioned company also granting management rights to attorneys and proxy holders, of whose identity I'm certain, has signed the above document in my presence.

Turin (Italy), via Puglia n° 35, December, 1st 2021



REPUBBLICA ITALIANA	
Consolato di La Haya de 5 ottobre 1961	
APOSTILLE	
1. Paese ITALIA	
2. Il presente atto pubblico	
3. è stato sottoscritto da: <u>RODOLFO ESTORNE</u>	
4. per il dipartimento di: <u>NOTARIO IN TURIN</u>	
Attestato	
5. a TORINO	6. il 9 DIC. 2021
7. da PROCURATORE DELLA REPUBBLICA e TORINO	
8. sotto il numero <u>5427</u>	
9. Spese: <u>1000</u> Lire	
Per. Con. - Turin	

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244567205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC8F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/456.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

22/32

Diego Lima de Andrade
Mat: 14.861-5



Maria Vitória Rosa da Silva
Tradutora Pública Juramentada e Intérprete Comercial
Inglês-Português
Matrícula na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 208
CPF: 628510477-87
Rua Dom Pastor, 203 - casa 29
Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 20251-060
Tel: 9878-2548 - maria.vitoriasr@gmail.com

TRADUÇÃO Nº 1-73617/21

FOLHAS Nº

1

Eu, a abaixo assinada, Tradutora Pública e Intérprete Comercial nomeada pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e nela matriculada sob o nº 208, com fé pública em todo o Território Nacional, CERTIFICO E DOU FÉ que me foi apresentado um documento escarado em língua inglesa a fim de ser por mim traduzido para o vernáculo, o que cumprio em fazer do meu ofício, como segue:

[Papel timbrado da Iveco Group N.V.]

PROCURAÇÃO

O ABAIXO ASSINADO, Oddone Inciza della Rocchetta, em sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Iveco Group N.V., sociedade de responsabilidade limitada (*naamloze vennootschap*) constituída de acordo com a legislação dos Países Baixos, com sede social localizada em Amsterdã, Países Baixos, e escritório principal localizado em Turim (Itália), à Via Puglia, nº 35, e inscrita perante o Registro Comercial da Câmara de Comércio holandesa sob o número 83102701 (doravante denominada "Sociedade"), NESTE ATO, NOMEIA E CONSTITUI COMO SEUS BASTANTES E FIÉIS PROCURADORES:

- Sr. Márcio Alexandre Querichelli, portador da cédula de identidade (RG) sob o número 19.187.786-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o número 158.430.468-50;
- Sr. Marco Aurélio Buchmann de Orens Rangel, portador da cédula de identidade (RG) sob o número 151057631 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o número 133.569.298-36;
- Sra. Eliana Pimenta Lages, portadora da cédula de identidade (RG) sob o número MG-1.523.966 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o número 555.327.486-91;
- Sra. Adriana de Faria Araújo do Valle, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, sob o número OAB/MG 113.277 e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o número 067.569.256-36; e
- Sr. Julio dos Santos Pereira, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, sob o número OAB/SP 220921 e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o número 170.870.488-48.

Doravante denominadas, conjuntamente, Pessoas Autorizadas e, isoladamente, Pessoa Autorizada, para:



Maria Vitória Rosa da Silva
Tradutora Pública Juramentada e Intérprete Comercial
Inglês-Português
Matrícula na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 208
CPF: 628510477-87
Rua Dom Pastor, 203 - casa 29
Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 20251-060
Tel: 9878-2548 - maria.vitoriasr@gmail.com

TRADUÇÃO Nº 1-73617/21

FOLHAS Nº

2

- em conjunto de dois, representar a Sociedade em sua qualidade de acionista ou sócia de sociedades de qualquer natureza jurídica, das quais a Sociedade é ou venha a se tornar uma acionista ou sócia;
- em conjunto de dois, alienar, transferir, vender, adquirir e/ou subscrever as ações ou quotas detidas pela Sociedade, recebendo quaisquer valores resultantes e dando e recebendo quitação para tanto, bem como assinando todos os contratos e escrituras correlatos, estatutos sociais ou contratos sociais e as suas alterações subsequentes, inclusive no que diz respeito à constituição de quaisquer sociedades ou às suas reestruturações societárias, ou à liquidação e/ou dissolução das atividades de tal pessoa jurídica da qual a Sociedade é ou venha a se tornar uma acionista ou sócia (conforme exigido pelas leis brasileiras - números 6404/76 e 10406), FICANDO RESSALVADO, CONTUDO, que nenhum ato isolado contemplado neste parágrafo deverá envolver responsabilidade financeira em um valor excedendo a participação total da Sociedade no capital de cada pessoa jurídica da qual a Sociedade é ou venha a se tornar uma acionista ou sócia, estando ainda investidos de poderes específicos para administrar tal participação societária, de acordo com o disposto na Instrução Normativa Nº 200/02 da Secretaria da Receita Federal; e tudo mais o que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato;
- em conjunto de dois, comparecer, votar e participar, em nome da Sociedade, em todas e quaisquer assembleias gerais de acionistas ou reuniões de sócios realizadas pelo (ou envolvendo o) Banco CNH Capital S.A., conforme disposto no Estatuto da Advocacia e na legislação brasileira;
- isoladamente, receber citações de processos judiciais e/ou administrativos que venham a ser instaurados contra a Sociedade, nos termos da legislação brasileira, estando inclusive investidos dos poderes da cláusula AD JUDICIA. A Pessoa Autorizada está autorizada a nomear substabelecidos com os mesmos poderes ora conferidos, se necessário, e com reserva de iguais poderes;
- isoladamente, representar a Sociedade perante as Juntas Comerciais e demais Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas;
- isoladamente, representar a Sociedade perante o Banco Central do Brasil e solicitar o registro de investimentos em nome da Sociedade, fornecendo também todas as informações e documentos necessários e assinando quaisquer formulários e instrumentos correspondentes para esta finalidade;
- isoladamente, representar a Sociedade perante qualquer repartição ou órgão público, seja municipal, estadual ou federal, no que diz respeito às questões contempladas nos parágrafos acima, estando ainda autorizada a tratar e dirimir todas as questões perante a Secretaria da Receita Federal.

Mat: 14.981-5



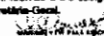
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024.
Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DEB2E78C68AD647D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



pág. 23/32



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024.
Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DEB2E78C68AD647D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



pág. 24/32

GIOVANNI BATTISTA MIAZZI

TRADUTOR PÚBLICO

ITALIANO - LATIM - PORTUGUÊS

TRADUÇÃO OFICIAL

Alameda Aragoia, 1263 - 7º andar - sala 705 - Barueri - SP - 06455-000
TEL.: 55 11 4191-9953 - Fax: 55 11 4191-2689

Matr. JUCESP Nº 410
C.C.M. 8.542.461-2

C.P.F. Nº 227.188.478-53
R.G. 3.709.203

TRADUÇÃO Nº IT-20575/21 LIVRO Nº 167 FOLHAS Nº 1

Eu, abaixo assinado, GIOVANNI BATTISTA MIAZZI, Tradutor Público Juramentado, CERTIFICO que me foi apresentado um documento em italiano cujo texto traduzi para o português conforme segue:

[Nota do Tradutor: O documento a mim apresentado encontra-se redigido em idioma estrangeiro, do qual passo a traduzir apenas a legalização redigida em italiano, nos seguintes termos:]

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE TURIM

APOSTILLE

(Convention de Genève 1961)

1. País: ITÁLIA
 2. O presente documento público
 3. foi assinado por [assinatura ilegível]
 4. atuando na qualidade de [assinatura ilegível]
 5. portando a função de [assinatura ilegível]
 6. em TURIM
 7. em 09 de [assinatura ilegível]
 8. sob o nº 5124
 9. Selo/campo: [assinatura ilegível]
 10. Assinatura: [assinatura ilegível]
- Assinado: [assinatura ilegível]
Nome: Dr. Cesare Perotti
Cargo: Procurador Público

NADARMS. D. O. F. E.
Barueri, 08 de Dezembro de 2021

Serviço Notarial do 9º Ofício do Estado de Minas Gerais
Rua Camilo, 156 - Lacerda - BH - 30130-000
Telefone: (31) 3294-3300
E-mail: notario@n9oficio.org.br

Assinado por: GIOVANNI BATTISTA MIAZZI
Data: 08/08/2024
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]
Assinatura: [assinatura ilegível]

Giovanni B. Miazzi
GIOVANNI BATTISTA MIAZZI
Tradutor Público

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024.
Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

pág. 27/32



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/458.720-5	MGP2400730005	24/07/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Diego Lima de Andrade
Mat: 14.861-5

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024.
Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

pág. 28/32

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, Sophia Galbas Rezende, com inscrição ativa no(s) OAB/(MG) sob o nº 207235, expedida em 03/03/2021, inscrito no CPF nº 103.666.666-76, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(is).

Documento(s) apresentado(s):

1. Termo de Posse - 1 página(s)
2. Procuração - 10 página(s)

Belo Horizonte/MG, 24 de julho de 2024.

Nome do declarante que assina digitalmente: Sophia Galbas Rezende



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa IVG BRASIL LTDA, de NIRE 3121162554-5 e protocolado sob o número 24/458.720-5 em 30/07/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11904355, em 13/08/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Viviane Oliveira Duarte.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcessoViaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Cabe de Processo

CPF	Nome
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI

Documento Principal

CPF	Nome
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI
067.569.256-38	ADRIANA DE FARIA ARAUJO DO VALLE

Anexo

CPF	Nome
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI

Anexo

CPF	Nome
158.430.468-50	MARCIO ALEXANDRE QUERICHELLI

Declaração Documento(s) Anexo(s)

CPF	Nome
103.666.666-76	SOPHIA GALBAS REZENDE

Belo Horizonte, terça-feira, 13 de agosto de 2024



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/458.720-5.

Página 1 de 2

Diego Lima de Andrade
Mat: 14.881-5

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 3121162554-5 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 29/32

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 3121162554-5 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 30/32



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Viviane Oliveira Duarte, Servidor(a) Público(a), em 13/08/2024, às 15:15 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da JUCEMG informando o número do protocolo 24/458.720-5.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

 pág. 31/32



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 13 de agosto de 2024


Diego Lima de Andrade
Mat: 14.861-1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11904355 em 13/08/2024 da Empresa IVG BRASIL LTDA, Nire 31211625545 e protocolo 244587205 - 30/07/2024. Efeitos do registro: 08/08/2024. Autenticação: DC6F58A14D2734DE92E78C68AD847D13FDF4D694. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/458.720-5 e o código de segurança 34bh. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

 pág. 32/32



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ministério da Infraestrutura

Secretaria Nacional de Transportes



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2276839281

NOME
DEBORA ROCHA COSTA

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSORAUF
MG10415471 SSP MG

CPF
049.458.766-06

DATA NASCIMENTO
03/08/1981

FILIAÇÃO
ANTONIO JUAREZ ROCHA COSTA
LENIR MARIA COSTA

PERMISSÃO
[]

ACC
[]

OUT. HAB.
[]

Nº REGISTRO
01602903404

VALIDADE
22/10/2031

1ª EMISSÃO
03/01/2001

OBSERVAÇÕES

2276839281

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
25/10/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

D4510156110
MG604417391

MINAS GERAIS

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

[Assinatura]
 Mat. 1.861-5

**"PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO",
na forma abaixo:**

Aos dezanove de março de dois mil e vinte e cinco (19/03/2025), em Betim, Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, neste 2º Serviço Notarial de Betim - Roberto Silva, instalado à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 90, Salas 1 e 2, Centro, com endereço eletrônico: escrituras@cartoriorobertosilva.com.br, lavro esta procuração em que, compareceu neste ato, como OUTORGANTE: **IVG BRASIL LTDA.**, com sede no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG-238, S/N, Km 73,5, Sala IVG, Distrito Industrial Norte, CEP: 35.703-138, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.519.422/0001-15 e suas filiais, CNPJ sob o nº. 36.519.422/0002-04; 36.519.422/0005-49; 36.519.422/0006-20; 36.519.422/0007-00; 36.519.422/0008-91, neste ato devidamente representada por seus Diretores, o Sr. **FABRIZIO SALVATICO**, fabrizio.salvatico@ivecogroup.com, italiano, administrador, casado, portador do passaporte italiano nº YB0721405, visto brasileiro nº 928894MQ, RNM nº V821 874P, inscrito no CPF sob o nº 019.259.236 06, com endereço comercial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006 049 e o Sr. **CARLOS ALBERTO VIANNA TAVARES**, carlos.tavares@fptindustrial.com, brasileiro, engenheiro, casado, portador do CPF nº 860.947.267-15, RG nº 63295075 SSP/RJ, com endereço comercial na Avenida General David Samoff, nº 340, bairro Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-110, conforme Ata de Reunião/Assembleia dos Sócios registrada na JUCEMG aos 06/01/2025 sob o nº. 12321391, NIRE 31211625545. Foi apresentada a certidão simplificada emitida em 28/02/2025, aqui arquivada; os quais comparecem neste ato, através de videoconferência realizada na plataforma do e-notariado, de acordo com o Provimento nº 149 de 30/08/2023 do CNJ. Parte que se identificou ser a própria conforme documentação apresentada e aqui mencionada do que dou fé. Então pela outorgante me foi dito por este instrumento público, nomeiam e constituem seus bastante PROCURADORES: 1) **DANILO VAGNER FETZNER**, "danilo.fetzner@ivecogroup.com", brasileiro, nascido em 17/12/1986 em Vacaria/RS, filho de Iris Fetzner, solteiro, diretor de vendas, portador da Cédula de Identidade nº. 508.270.423-9, expedida pela SJS-RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 005.709.320-25, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.629, 12º Andar, Conjuntos 121 e 122, Edifício Milan Head Office, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04.547- 006, São Paulo/SP; 2) **DEBORA ROCHA COSTA**, "debora.rocha@ivecogroup.com", filha de Antônio Juarez Rocha Costa e Lenir Maria Costa, brasileira, divorciada, Supervisora Regional de Vendas, portadora da Cédula de Identidade nº. MG-10.415.471, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 049.458.766-06, com endereço comercial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049; 3) **DAIANE MOREIRA LIMA DE MATOS**, daiane.lima@ivecogroup.com, brasileira, nascida em 04/06/1988 em São Paulo/SP, filha de Hermano Moreira Lima e Benedita Maria Ferreira de Souza Lima, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade nº. 41.813.393-1, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 372.650.028-65 e com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, R. Gomes de Carvalho, 1629 - Vila Olímpia, 04547-006, 4) **EDUARDO RIBEIRO DE FREITAS**, eduardo.freitas@ivecogroup.com, brasileiro, nascido em 16/09/1974, em Volta Redonda/RJ, filho de Durval Vieira de Freitas e Maria de Lourdes Ribeiro de Freitas,

Esse documento foi assinado por WESLEY SILVA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validade> e informe o código NVCWH-N28AZ-U5EJ3-T47M3



casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº. 1155928, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.570.167-09, com endereço comercial na SAF, SUL - Quadra 02, Lote 02, Bloco B - Sala 406/407 - Edifício Via Office, CEP: 70.070-600, Brasília/DF; 5) **ELTON LUIZ DOS SANTOS**, endereço eletrônico: "elton.lui@ivecogroup.com", filho de Luiz Furtunato dos Santos e Luci Egg dos Santos, brasileiro, casado, consultor comercial, portador da Cédula de Identidade nº. 29.343.887-0, inscrito no CPF sob o nº. 015.664.796-65, com endereço comercial no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, Salas 901 e 902, Bairro Vale do Sereno, CEP: 34.006-049; 6) **GEORGE RICARDO CARLOTO**, endereço eletrônico: "george.carloto@ivecogroup.com", brasileiro, nascido em 09/05/1977, em Cacique Doble/RS, filho de João Cezar Carloto e Elenice Rosa Carloto, casado, Contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 9056580311, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 678.430.260-53 e com endereço comercial na Av. Juscelino K. de Oliveira, 11825 - CIC - Curitiba/PR - CEP: 81.170-90; Aos que confere os mais amplos e gerais poderes para AGIR ISOLADAMENTE, representar a OUTORGANTE, por meio de sua sede ou qualquer uma de suas filiais, perante órgãos de Administração Direta e/ou indireta, Autarquias e Fundações, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Privadas, Ministério da Defesa, incluindo Marinha, Exército e Aeronáutica, inclusive, mas não se limitando, relativamente à participação em qualquer modalidade de licitação que tenha por objeto a aquisição de veículos fabricados no Brasil e/ou importados e/ou comercializados pela OUTORGANTE, podendo referidos procuradores promover cadastro da mesma, retirar editais, apresentar propostas, oferecer e receber em restituição eventuais cauções, firmar os respectivos contratos de venda de veículos, receber e dar quitação do pagamento dos citados veículos desde que esse se efetue de cheque nominal a favor da OUTORGANTE, bem como interpor recursos, impugnações, pedidos de reconsideração, e desistir de sua interposição, solicitar cópias de documentos; formular lances e negociar preços; firmar quaisquer termos, requerimentos ou compromissos, confessar, desistir, transigir, receber e dar quitação, praticando enfim, todos os atos necessários ao pleno e fiel mandato, ficando, entretanto, definidos os poderes e limites mencionados abaixo, para fins de validade dos instrumentos; em todo o território nacional para praticar atos necessários à obtenção de todos os documentos exigíveis para a importação e exportação de produtos controlados, podendo requerer, protocolizar, receber, entregar, dar quitação, emitir guias, realizar pagamentos, além de assinar termos e documentos inerentes aos projetos e materiais de emprego militar que a outorgante desenvolve junto ao Comando do Exército, inclusive em relação às questões envolvendo impostos e taxas federais, estaduais e municipais incidentes sobre produtos fabricados pela outorgante. É expressamente vedado aos outorgados a assunção de dívidas em nome da outorgante, perante as entidades acima mencionadas. Em caso de rescisão de contrato do trabalho dos OUTORGADOS com a OUTORGANTE, o presente instrumento perderá sua validade. Esta procuração é válida não somente para a Matriz, mas também para todas as suas filiais. Os OUTORGADOS ora nomeados deverão observar, na representação da OUTORGANTE, as regras estabelecidas no Código de Conduta da OUTORGANTE, bem como as normas anticorrupção aplicáveis, em especial, mas sem limitar, a Lei nº 12.846, de 2013, sendo os OUTORGADOS responsáveis por quaisquer penalidades e prejuízos decorrentes da prática dos atos em desacordo com as referidas normas. A presente procuração terá validade até o dia 31 de março de 2026. (Feita sob minuta). Todos os dados desta procuração foram fornecidos e

Esse documento foi assinado por WESLEY SILVA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validade> e informe o código NVCWH-N28AZ-U5EJ3-T47M3



conferidos pela OUTORGANTE, que por eles se responsabiliza(m) nos termos da lei, bem como por qualquer incorreção, devendo as provas destes, serem exigidas pelos órgãos e/ou pessoas a quem esta interessar. Assim o disse, do que dou fé e me pediu este instrumento que lhes lavrei nas minhas notas, lendo-o a outorgante, e tendo achado conforme, outorga aceita e assina. Fica dispensada a presença das testemunhas a teor do disposto no artigo 215, parágrafo 5º do Código Civil, do que dou fé. Os representantes da empresa outorgante assinam de forma eletrônica, através de Certificado Digital ICP BRASIL/e-notariado, sendo dispensada(s) a(s) assinatura(s) em meio físico nos termos do art. 286º, III e IV, do Provimento nº 149/CNJ. Eu, (WESLEY SILVA), TABELIÃO, a mandei digitar, subscrevo e assino digitalmente. **TRASLADADA EM SEGUIDA.** (a.d.) CARLOS ALBERTO VIANNA TAVARES, (a.d.) FABRIZIO SALVATICO. Betim, 19 de março de 2025. Tabelas 1 e 8 -art. 3º - Lei 15.424, de 30/12/2004, Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria - Geral de Justiça - 2º Tabelionato de Notas de Betim - MG - CNS 00.005-9 - **Selo Eletrônico nº IQE93930, Cód. de Seg.: 4795.4976.0310.7930 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:** declara a parte, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 e do Provimento nº 149 de 30/08/2023 - Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ - Foro Extrajudicial, que autoriza e está ciente de que seus dados poderão ser solicitados pelos órgãos públicos e enviados para fomento de políticas públicas e controle do Estado, bem como para a formação de Cadastro Nacional do E-Notariado administrado pelo Colégio Notarial do Brasil e enviados para outros Cartórios do país, caso solicitado, para obtenção de certidões necessárias a lavratura de a ato notarial, além da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhado - CENSEC. Declara ciência de que este ato notarial é de natureza pública e sua publicidade se dá por meio de fornecimento de certidões a quem solicitar e custear os emolumentos e tributos. EMOLUMENTOS: Cód.: 1458-9 (PROCURAÇÃO); Qtde.: 1; Emol. lq.: R\$ 149,76; recompe: R\$ 8,99; TFJ: R\$ 49,90; ISSQN: R\$ 3,74; Subtotal: R\$ 212,39. Cód.: 8101-8 (ARQUIVAMENTO); Qtde.: 2; Emol. lq.: R\$ 18,42; recompe: R\$ 1,10; TFJ: R\$ 6,12; ISSQN: R\$ 0,46; Subtotal: R\$ 26,10. Total final: R\$ 238,49. Consulte a validade deste Selo no site: <https://selo.tjmg.jus.br>. Matrícula Notarial Eletrônica - MNE: 000059202503190000296363. Consulte a validade do ato notarial em: <https://assinatura.e-notariado.org.br/privata/documento/validade>. Código de Validação: DNQPUAWWNHMQ2GXH4NX7

PODER JUDICIÁRIO - TJMG CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA 2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM (CARTÓRIO ROBERTO SILVA)	
SELO DE CONSULTA: IQE93930 CÓDIGO SEGURANÇA: 4795.4976.0310.7930 Quantidade de atos praticados: 3 Emolumentos: 178,27 TFJ: 56,02 ISSQN: 4,20 Valor final: 238,49 Consulte a validade deste selo no site: http://selos.tjmg.jus.br	

Assinado digitalmente por:
WESLEY SILVA
CPF: 371.099.286-91
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Data: 04/04/2025 11:57:55 -03:00



Em testemunho da verdade.



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: NVCWH-N28AZ-U5EJ3-T47M3

Matrícula Notarial Eletrônica: 000059.2025.03.19.00002963-63

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ WESLEY SILVA (CPF 371.099.286-91) em 04/04/2025 11:57

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validade> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validade/NVCWH-N28AZ-U5EJ3-T47M3>



Diego Lima de Andrade
Mat: 14.861-4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
36.519.422/0001-15
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
02/03/2020

NOME EMPRESARIAL
IVG BRASIL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
29.20-4-01 - Fabricação de caminhões e ônibus

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

28.11-9-00 - Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários
29.10-7-01 - Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
29.10-7-03 - Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários
29.20-4-02 - Fabricação de motores para caminhões e ônibus
29.49-2-99 - Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente
30.50-4-00 - Fabricação de veículos militares de combate
45.11-1-03 - Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados
45.11-1-04 - Comércio por atacado de caminhões novos e usados
45.11-1-06 - Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados
45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
45.12-9-02 - Comércio sob consignação de veículos automotores
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-06 - Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores
46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
46.85-1-00 - Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
ROD MG-238

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO
KM 73.5 BLOCO II SALA IVG

CEP
35.703-138

BAIRRO/DISTRITO
DISTRITO INDUSTRIAL NORTE

MUNICÍPIO
SETE LAGOAS

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
INTIMACOES.FISCAIS@IVECOGROUP.COM

TELEFONE
(31) 4042-0713

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
02/03/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/07/2025 às 10:14:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
36.519.422/0001-15
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
02/03/2020

NOME EMPRESARIAL
IVG BRASIL LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
ROD MG-238

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO
KM 73.5 BLOCO II SALA IVG

CEP
35.703-138

BAIRRO/DISTRITO
DISTRITO INDUSTRIAL NORTE

MUNICÍPIO
SETE LAGOAS

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
INTIMACOES.FISCAIS@IVECOGROUP.COM

TELEFONE
(31) 4042-0713

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
02/03/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/07/2025 às 10:14:17 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.881-5

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IVG BRASIL LTDA
CNPJ: 36.519.422/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:18:08 do dia 16/04/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/10/2025.

Código de controle da certidão: **83B4.9E59.1088.AF93**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Certidão emitida conforme determinação judicial em decisão liminar no Mandado de Segurança 6020546-40.2025.4.06.3800/MG

124



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.861-5

Nome: IVG BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 36.519.422/0001-15

Certidão nº: 8994440/2025

Expedição: 17/02/2025, às 14:10:17

Validade: 16/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IVG BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **36.519.422/0001-15**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 36.519.422/0001-15
Razão Social: IVG BRASIL LTDA
Endereço: - ROD MG 238 SN KM 735 BLOCO II SALA IVG / DISTRITO INDUSTRIAL / SETE LAGOAS / MG / 35703-138

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/07/2025 a 11/08/2025

Certificação Número: 2025071300515485213251

Informação obtida em 30/07/2025 09:25:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.861-5

126

		
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa		CERTIDÃO EMITIDA EM: 23/06/2025
		CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 21/09/2025
NOME/NOME EMPRESARIAL: IVG BRASIL LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003681945.00-95	CNPJ/CPF: 36.519.422/0001-15	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: ROD MG-238		NÚMERO: S/N
COMPLEMENTO: KM 73.5 BLOCO II SALA IVG,	BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL NORTE	CEP: 35703138
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: SETE LAGOAS	UF: MG
Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que: 1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado; 2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005. Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou Inscritos em Dívida Ativa.		
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos		
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2025000858507112		

Diag. Lilia de Andrade
Mat. 14.861-5



~~Diego Lima de Andrade Lima~~
~~Mat: 14.861-5~~

28



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Diego Lima de Moraes
Maf 14.861-5

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 07/07/2025 13:42:11

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ON-HIGHWAY BRASIL LTDA.**
CNPJ: **36.519.422/0001-15**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

129



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Diego Lima de Moraes
Mat. 14.861-5

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 36.519.422/0001-15
Razão Social: IVG BRASIL LTDA

Atividade Econômica Principal:

2920-4/01 - FABRICAÇÃO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS

Endereço:

RODOVIA MG-238, S/N - KM 73.5 BLOCO II SALA IVG - DISTRITO INDUSTRIAL
NORTE - 35.703-138 - Sete Lagoas / Minas Gerais

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 09/07/2025 09:58

1 de 1

130



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
SETE LAGOAS

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.861-4

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: IVG BRASIL LTDA
CNPJ: 36.519.422/0001-15

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 19 de Julho de 2025 às 02:27

SETE LAGOAS, 19 de Julho de 2025 às 02:27

Código de Autenticação: 2507-1902-2714-0107-9926

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

131

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: ON-HIGHWAYBRASIL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/01/2023

CNPJ: 36.519.422/0001-15

Número de Ordem do Livro: 16

Diego Lima de Andrade
Mat: 14.881.5

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial ON-HIGHWAYBRASIL LTDA

NIRE 31211625545

CNPJ 36.519.422/0001-15

Número de Ordem 16

Natureza do Livro Livro Diário

Município Sete Lagoas

Data do arquivamento dos atos constitutivos 02/03/2020

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2023

Quantidade total de linhas do arquivo digital 2018583

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial ON-HIGHWAYBRASIL LTDA

Natureza do Livro Livro Diário

Número de ordem 16

Quantidade total de linhas do arquivo digital 2018583

Data de início 01/01/2023

Data de término 31/01/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7A.AA.E9.CA.01.F3.24.AC.6E.E8.8B.90.BA.B0.71.9E.D9.7A.A1.95-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1

132

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: ON-HIGHWAYBRASIL LTDA
 Período da Escrituração: 01/12/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 36.519.422/0001-15
 Número de Ordem do Livro: 27
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 4.308.890.036,94	R\$ 3.796.485.503,31
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.573.671.809,35	R\$ 2.997.577.535,58
Caixa e equivalente de caixa	4	R\$ 1.153.910.136,26	R\$ 783.548.484,12
Instrumentos financeiros derivativos A	22	R\$ 55.158.267,52	R\$ 5.521.978,96
Clientes	5	R\$ 709.915.811,25	R\$ 826.991.089,19
Estoque	6	R\$ 1.481.910.918,55	R\$ 1.130.830.234,29
Impostos a recuperar		R\$ 113.620.776,11	R\$ 80.919.137,88
Outros ativos circulantes		R\$ 59.155.901,68	R\$ 189.868.851,04
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 733.218.227,59	R\$ 798.907.967,75
Clientes LP	5	R\$ 349.686,50	R\$ 0,00
Impostos a recuperar LP		R\$ 22.677.350,70	R\$ 32.281.034,02
Depósitos judiciais	8	R\$ 24.060.356,92	R\$ 22.685.788,70
Ativo de direito de uso	12	R\$ 22.430.708,09	R\$ 14.209.783,31
Investimentos	7	R\$ 47.092.059,51	R\$ 2.898.897,68
Imobilizado	9	R\$ 378.729.595,53	R\$ 445.719.214,54
Intangível	10	R\$ 237.678.470,34	R\$ 281.013.289,50
PASSIVO		R\$ 4.308.890.036,94	R\$ 3.796.485.503,31
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 3.592.880.124,56	R\$ 1.845.321.449,51
Fornecedores	11	R\$ 1.587.310.603,78	R\$ 615.337.736,70
Empréstimos e financiamentos	13	R\$ 57.943.610,50	R\$ 0,00
Instrumentos financeiros derivativos P	22	R\$ 27.333.576,56	R\$ 19.831.892,80
Salários e obrigações sociais		R\$ 67.027.073,43	R\$ 86.423.016,94
Obrigações tributárias		R\$ 185.275.451,38	R\$ 89.979.232,69
Provisões para garantias, bônus e comissões	15	R\$ 549.427.514,24	R\$ 495.586.210,47
Débitos com partes relacionadas	18	R\$ 936.967.188,73	R\$ 351.287.138,99
Arrendamentos	12	R\$ 7.692.149,17	R\$ 4.632.510,77
Outros passivos circulantes		R\$ 153.902.958,79	R\$ 182.243.710,15
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 166.717.307,25	R\$ 175.145.395,57
Empréstimos e financiamentos LP	13	R\$ 52.471.551,88	R\$ 54.270.942,97
Salários e obrigações sociais LP		R\$ 1.951.028,05	R\$ 2.224.034,21
Provisões p/ garantias, bônus e comissões LP	15	R\$ 22.960.159,45	R\$ 19.543.448,59

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.18.60.F0.36.CE.40.FC.E2.C4.D7.8C.EA.D0.22.DC.31.7C.8B.6D-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 2

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: ON-HIGHWAYBRASIL LTDA
 Período da Escrituração: 01/12/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 36.519.422/0001-15
 Número de Ordem do Livro: 27
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Provisões para riscos	14	R\$ 73.993.825,98	R\$ 88.398.739,74
Arrendamentos LP	12	R\$ 15.340.741,93	R\$ 10.708.230,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	R\$ 547.292.605,13	R\$ 1.776.016.658,23
CAPITAL SOCIAL		R\$ 780.829.212,83	R\$ 2.139.329.296,54
RESERVA DE CAPITAL		R\$ 2.075.043,50	R\$ 2.456.937,01
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		R\$ 7.812.507,74	R\$ (17.861.861,48)
(-) LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ (223.324.158,94)	R\$ (347.905.913,83)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.18.60.F0.36.CE.40.FC.E2.C4.D7.8C.EA.D0.22.DC.31.7C.8B.6D-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 2 de 2

Diego Lima de Almeida
 14.08.2023

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: ON-HIGHWAYBRASIL LTDA

Período da Escrituração: 01/12/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 36.519.422/0001-15

Número de Ordem do Livro: 27

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) LUCRO OU PREJUÍZO DO PERÍODO		R\$ (189.509.579,30)	R\$ (124.580.754,89)
RÉCEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	R\$ 8.054.017.606,72	R\$ 4.879.719.180,28
Mercado Interno		R\$ 6.648.224.326,90	R\$ 5.140.642.833,22
Mercado Externo		R\$ 1.107.299.435,53	R\$ 1.060.795.296,97
(-) Impostos incidentes sobre vendas e outras		R\$ (1.701.506.155,71)	R\$ (1.321.718.939,91)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTA	20	R\$ (5.542.690.454,15)	R\$ (4.359.230.731,14)
(-) Custo dos produtos vendidos e serviços presta		R\$ (5.542.690.454,15)	R\$ (4.359.230.731,14)
(-) RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (555.499.357,42)	R\$ (556.040.558,30)
(-) Despesas com vendas	20	R\$ (48.883.717,93)	R\$ (43.057.607,27)
(-) Despesas gerais e administrativas	20	R\$ (440.752.058,91)	R\$ (392.490.661,78)
(-) Equivalência patrimonial	7	R\$ 15.792.848,61	R\$ (42.787.872,47)
(-) Outras despesas e receitas operacionais	20	R\$ (81.656.427,19)	R\$ (77.724.618,80)
(-) RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	21	R\$ (123.943.427,77)	R\$ (89.028.655,73)
Receitas Financeiras		R\$ 314.229.411,54	R\$ 190.366.557,84
(-) Despesas Financeiras		R\$ (393.109.558,28)	R\$ (285.695.217,32)
(-) Variação cambial líquida		R\$ (44.763.261,03)	R\$ (13.699.998,25)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17	R\$ (31.693.946,86)	R\$ (0,00)
(-) IR e contribuição social Corrente		R\$ (31.693.946,86)	R\$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.18.60.F0.36.CE.40.FC.E2.C4.D7.8C.EA.D0.22.DC.31.7C.8B.6D-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1

Diego Lima de Andrade
Mat: 14.861-5

137

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 31211625545	CNPJ 36.519.422/0001-15
NOME EMPRESARIAL ON-HIGHWAYBRASIL LTDA	

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.861-5

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/01/2023
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 16
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 7A.AA.E9.CA.01.F3.24.AC.6E.E8.8B.90.BA.B0.71.9E.D9.7A.A1.95	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Diretor	01925923606	FABRIZIO SALVATICO:0192592360	816840025163849837 9	05/11/2022 a 05/11/2025	Sim
Contador	11854576666	FERNANDO DO NASCIMENTO HERMIDAS:1185457666 6	566983155511761756 1	26/02/2024 a 25/02/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:

7A.AA.E9.CA.01.F3.24.AC.6E.E8.8B.90
.BA.B0.71.9E.D9.7A.A1.95-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 20/05/2024 às 10:12:54
6A.3C.22.A7.24.8C.4D.E3
99.27.56.6A.C5.AE.29.53

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

135

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: IVG BRASIL LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/01/2024
Número de Ordem do Livro: 28

CNPJ: 36.519.422/0001-15

Diego Lima de Andrade
Mar: 14/01-15

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial IVG BRASIL LTDA
NIRE 31211625545
CNPJ 36.519.422/0001-15
Número de Ordem 28
Natureza do Livro Livro Diário
Município Sete Lagoas
Data do arquivamento dos atos constitutivos 02/03/2020
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
Data de encerramento do exercício social 31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital 1457672

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial IVG BRASIL LTDA
Natureza do Livro Livro Diário
Número de ordem 28
Quantidade total de linhas do arquivo digital 1457672
Data de inicio 01/01/2024
Data de término 31/01/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 67.B6.23.0A.5E.29.F1.FE.13.1F.FB.9B.FB.23.37.65.1A.DE.0E.24-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 1

136

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: IVG BRASIL LTDA

Período da Escrituração: 01/12/2024 a 31/12/2024

CNPJ: 36.519.422/0001-15

Número de Ordem do Livro: 39

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Balanço

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 3.796.485.503,31	R\$ 4.816.940.123,86
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 2.997.677.535,56	R\$ 3.965.678.184,43
Caixa e equivalentes de caixa	4	R\$ 763.548.464,12	R\$ 1.705.281.226,73
Instrumentos financeiros derivativos A	21	R\$ 5.521.978,96	R\$ 68.058.324,13
Clientes	5	R\$ 826.991.069,19	R\$ 943.271.860,06
Estoques	6	R\$ 1.130.830.234,29	R\$ 1.032.235.136,83
Impostos a recuperar		R\$ 80.919.137,96	R\$ 177.707.772,33
Outros ativos circulantes		R\$ 189.866.651,04	R\$ 39.123.864,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 798.807.967,75	R\$ 851.261.939,43
Aplicações financeiras		R\$ 0,00	R\$ 6.708.099,19
Impostos a recuperar LP		R\$ 32.281.034,02	R\$ 28.087.219,43
Depósitos judiciais		R\$ 22.685.768,70	R\$ 6.533.822,84
Ativo de direito de uso	11	R\$ 14.209.763,31	R\$ 31.721.098,71
Investimentos	7	R\$ 2.898.897,68	R\$ 43.853.247,65
Imobilizado	8	R\$ 445.719.214,54	R\$ 459.448.878,04
Intangível	9	R\$ 281.013.289,50	R\$ 274.909.573,57
PASSIVO		R\$ 3.796.485.503,31	R\$ 4.816.940.123,86
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 1.845.321.449,51	R\$ 2.670.571.059,68
Fornecedores	10	R\$ 615.337.736,70	R\$ 1.402.387.917,04
Empréstimos e financiamentos	12	R\$ 0,00	R\$ 73.576.817,55
Instrumentos financeiros derivativos P	21	R\$ 19.831.892,80	R\$ 2.551.140,82
Salários e obrigações sociais		R\$ 86.423.016,94	R\$ 74.101.308,44
Obrigações tributárias		R\$ 89.979.232,69	R\$ 141.084.146,14
Provisões para garantias,bônus e comissão	14	R\$ 495.586.210,47	R\$ 508.736.498,66
Débitos com partes relacionadas	17	R\$ 351.287.138,99	R\$ 155.845.035,76
Arrendamentos	11	R\$ 4.632.510,77	R\$ 14.478.421,84
Outros passivos circulantes		R\$ 74.477.013,31	R\$ 88.090.891,53
Adiantamentos de clientes		R\$ 107.766.696,84	R\$ 209.718.881,90
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 175.145.395,57	R\$ 288.517.721,17
Empréstimos e financiamentos LP	12	R\$ 54.270.942,97	R\$ 54.270.942,97
Salários e obrigações sociais LP		R\$ 2.224.034,21	R\$ 3.175.665,52
Provisões p/ garantias,bônus e comissões	14	R\$ 19.543.448,59	R\$ 35.477.723,69

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6D.FB.24.E6.07.1C.07.59.84.CD.5B.15.5E.E1.E3.B0.7B.DD.C2.85-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 2

137

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: IVG BRASIL LTDA

Período da Escrituração: 01/12/2024 a 31/12/2024

CNPJ: 36.519.422/0001-15

Número de Ordem do Livro: 39

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Sped
Mat: 14.861/15
Diego Lima da Silva

Balanço

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
LP	14		
Provisões para riscos	13	R\$ 88.398.739,74	R\$ 168.055.273,61
Receitas diferidas Programa MOVER		R\$ 0,00	R\$ 8.100.992,38
Arrendamentos LP	11	R\$ 10.708.230,06	R\$ 19.437.123,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	R\$ 1.776.018.658,23	R\$ 1.857.851.343,01
Capital social		R\$ 2.139.329.296,54	R\$ 2.139.329.296,54
Reservas de capital		R\$ 2.676.388,38	R\$ 2.654.106,25
(-) Ajuste de avaliação patrimonial		R\$ (17.861.661,49)	R\$ 53.256.049,28
(-) Lucros ou prejuízos acumulados		R\$ (348.125.365,20)	R\$ (337.388.109,06)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6D.FB.24.E6.07.1C.07.59.84.CD.5B.15.5E.E1.E3.B0.7B.DD.C2.85-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 2 de 2

138

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 31211625545	CNPJ 36.519.422/0001-15
NOME EMPRESARIAL IVG BRASIL LTDA	

Diego Lima de Magalhães
Mat. 14/8615

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2024 a 31/01/2024
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 28
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 67.B6.23.0A.5E.29.F1.FE.13.1F.FB.9B.FB.23.37.65.1A.DE.0E.24	
ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	11854576666	FERNANDO DO NASCIMENTO HERMIDAS: 11854576666	835054572508746236 3	25/02/2025 a 25/02/2026	Não
Diretor	01925923606	FABRIZIO SALVATICO: 01925923606	816840025163849837 9	05/11/2022 a 05/11/2025	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

67.B6.23.0A.5E.29.F1.FE.13.1F.FB.9B.
FB.23.37.65.1A.DE.0E.24-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/05/2025 às 18:07:58

A3.81.D6.B8.74.59.5E.C2
5D.F6.B3.61.C4.BA.1F.E2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

IVG BRASIL LTDA.

CNPJ: 36.519.422/0001-15 (Matriz) e todas as filiais, conforme listadas abaixo:

36.519.422/0006-20 – IVG CDP SOROCABA

36.519.422/0007-00 – IVG CURITIBA

36.519.422/0009-72 – IVG DAT CONTAGEM

36.519.422/0002-04 – IVG NOVA LIMA

36.519.422/0008-91 – IVG SÃO PAULO

36.519.422/0005-49 – IVG SETE LAGOAS

Diego Lima de Andrade
Max. 14.861,5

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Ativo		Passivo	
<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.705.281	Fornecedores	1.402.388
Instrumentos financeiros derivativos	68.058	Arrendamentos	14.478
Clientes	943.272	Empréstimos e financiamentos	73.577
Estoques	1.032.235	Instrumentos financeiros derivativos Passivos	2.551
Impostos a recuperar	177.708	Salários e obrigações sociais	74.101
Outros ativos circulantes	39.124	Obrigações tributárias	141.084
	3.965.678	Provisões para garantias, bônus e comissões	508.737
		Débitos com partes relacionadas	155.845
<u>Ativo não circulante</u>		Adiantamentos de clientes	209.719
Aplicações Financeiras	6.708	Outros passivos circulantes	88.091
Impostos a recuperar	28.087		2.670.571
Depósitos judiciais	6.534	<u>Passivo não circulante</u>	
Investimentos	43.853	Arrendamentos	19.437
Imobilizado	459.449	Empréstimos e financiamentos	54.270
Ativo de direito de uso	31.721	Salários e obrigações sociais	3.176
Intangível	274.910	Provisões para garantias, bônus e comissões	35.478
	851.262	Provisões para riscos	168.055
		Receitas diferidas - Programa MOVER	8.101
Total Ativo	4.816.940		288.517
		Total Passivo	2.959.088
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	2.139.329
		Reservas de capital	2.654
		Ajuste de avaliação patrimonial	53.256
		Prejuízos acumulados	(337.387)
		Total Patrimônio Líquido	1.857.852
		Total Passivo e Patrimônio Líquido	4.816.940

FERNANDO DO NASCIMENTO
HERMIDAS:11854576666

Assinado de forma digital por FERNANDO
DD NASCIMENTO HERMIDAS:11854576666
Dados: 2025.07.09 09:12:55 -03'00'

Fernando do Nascimento Hermidas
CRC MG-124185/O-2

IVG BRASIL LTDA.

CNPJ: 36.519.422/0001-15 (Matriz) e todas as filiais, conforme listadas abaixo:

36.519.422/0006-20 – IVG CDP SOROCABA

36.519.422/0007-00 – IVG CURITIBA

36.519.422/0009-72 – IVG DAT CONTAGEM

36.519.422/0002-04 – IVG NOVA LIMA

36.519.422/0008-91 – IVG SÃO PAULO

36.519.422/0005-49 – IVG SETE LAGOAS

Diego Lima de Andrade
Matr: 14.861/5

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Receita líquida de vendas e serviços	6.809.715
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(5.982.226)
Lucro bruto	<u>827.489</u>
Despesas com vendas	(32.045)
Despesas gerais e administrativas	(447.074)
Equivalência patrimonial	23.754
Outras despesas operacionais, líquidas	(163.194)
	<u>(618.559)</u>
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	<u>208.930</u>
Resultado financeiro, líquido	(37.876)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre lucros	171.054
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	(43.719)
	<u>(43.719)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u><u>127.335</u></u>

FERNANDO DO
NASCIMENTO
HERMIDAS:11854576666

Assinado de forma digital por
FERNANDO DO NASCIMENTO
HERMIDAS:11854576666
Dados: 2025.07.09 09:13:19 -03'00'

Fernando do Nascimento Hermidas
CRC MG-124185/O-2

141-



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO
Central Estratégica de Compras Públicas
Coordenação de Material e Patrimônio
www.pmvc.ba.gov.br

Vitória da Conquista – BA, 19 de agosto de 2025.

GEP: 81.121/2024

C.I. nº 076/2024 - INSC/PMGI

A Sua Senhoria o Senhor
Edgard Larry Andrade Soares
Secretário Municipal de Educação - SMED

Prezado (a) Senhor (a),

Após análise do Processo Administrativo nº 82.121/2024, referente à **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2023 FNDE/MEC ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 006/2023 FNDE/MEC – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, OBJETIVANDO QUIÇÃO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR**. Informamos que, após análise, foram verificados os apontamentos tecidos abaixo, que deverão ser considerados pela Unidade Requisitante para que sejam resolvidos ou justificados.

Para aquisição/contratação por meio de adesão a Atas de Registro de Preços, deverão ser observadas as condições previstas no edital/termo de referência e a vigência da Ata.

1. Acostar a comunicação que se faz entre a PMVC e a empresa em contratação bem como a resposta da mesma aceitando a adesão
2. Acostar Certificado de Regularidade do FGTS com prazo em vincendo da empresa em contratação.
3. Acostar Certidão Negativa de Débitos Municipais com prazo em vincendo da empresa em contratação

Certos de contarmos com sua colaboração para prosseguimento do feito, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat: 14.861-5

**Central Estratégica de
Compras Públicas**

Recebido em 19/08/2025

hs

Praça Joaquim Correia, 55 - Centro
Fone: (77) 3424-8515/ 3424-8516
CEP 45000-907 - Vitória da Conquista - Bahia
compraspmvc@hotmail.com
www.pmvc.ba.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMED - NÚCLEO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO

INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMED - Núcleo de compras e Patrimônio
Protocolo (Nº)	82121/2025
Data e hora	29/08/2025 11:36:51
Texto de envio	Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar



Ana Paula Carvalho Viana
Responsável pelo envio

SMED - Núcleo de compras e Patrimônio
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar SMED Ana Paula Carvalho Viana	A Central Estrategica SEMGI Segue CI 538/2025 emitida pela Coordenação de Transportes Smed para as devidas providencias Atenciosamente

RECIBO

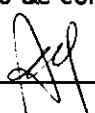
Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Processos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
82121/2025

Data/Hora de origem:
29/08/2025 11:36:51

Local (Origem):
SMED - Núcleo de compras e Patrimônio

Local (Destino):
SEMGI - Central Estratégica de Compras Públicas



Resp. (Recebimento)

SEMGI - CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS
PÚBLICAS

VITÓRIA DA CONQUISTA ____/____/____



VITÓRIA DA
CONQUISTA
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Educação

www.pmvc.ba.gov.br

C.I. 538/2025

Vitória da Conquista – Bahia, 29 de agosto de 2025

Ass. Line de Apoio de S. 30000
Mat: 14.861-5

PROTOCOLO GEP:821121 /2025

Prezados Senhores,

Segue abaixo resposta da C.I nº 076/2025 – GC/SEMGI

Nos termos da Resolução nº 04 do Ministério da Educação publicado em 05/05/2020 no Diário Oficial da União, que estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, as adesões descritas em Termo de Compromisso deverão ser efetuadas por Atas de Registros de Preços do FNDE, quando houver.

Cumpre informar que, no caso de transferência direta, os trâmites do processo para adesão ao pregão de registro de preços já foram realizados automaticamente pelo FNDE, via Sistema de Gerenciamento de Adesões de Registro de Preço – SIGARP, após validação pelo Gestor, no SIMEC, do Termo de Compromisso 957902, portanto o município não precisará solicitar nova adesão, conforme anexo da solicitação **SIGARP nº 103568**.

Destaca-se ainda que, foram devidamente anexados ao processo todos os documentos exigidos na C.I: as certidões atualizadas, bem como a carta de anuência da empresa, **ofício nº 2289**, em que ela declara estar ciente da obrigação de fornecimento à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista na condição de Órgão Participante de Compra Nacional, garantindo a completa instrução processual e a conformidade com as exigências legais e administrativas.

Desde já agradecemos e pedimos providências!

Atenciosamente,


ALEX SANTOS TEIXEIRA
Coordenação Transporte Escolar – SMED
Matrícula 30588-0



VITÓRIA DA
CONQUISTA
PREFEITURA

144



Handwritten signature and stamp
14.881-3

Certidão Negativa

de Débitos Tributários, não tributários e de Dívida Ativa Municipal

Certidão fornecida para o CNPJ: 36.519.422/0001-15

Nome : IVG BRASIL LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria Municipal de Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da SMF e da PGFM, relativa a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Certidão emitida em 03/07/2025

Válida até:03/01/2026.

Autenticidade: *QR Code acima (canto superior esquerdo deste documento)*
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Ofício n.º 2289

Sete Lagoas, 26 de junho de 2025

A(o) Senhor(a)

ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

SBS, Quadra 02, Bloco F - Edifício FNDE - 1º andar

Brasília-DF, CEP 70070-929

E-mail: sigarp@fnde.gov.br

Assunto: Ciência da obrigação de fornecimento vinculado à(s) Ata(s) de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 06/2023/FNDE/MEC;
Solicitação SIGARP nº: 103658 - Forma de Pagamento: Transferência Direta;

Prezado(a) Senhor(a),

Tendo em vista o compromisso firmado por esta empresa perante o FNDE por meio da(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrentes do Pregão Eletrônico nº 06/2023/FNDE/MEC, declaramos que estamos cientes da nossa obrigação de fornecimento à(ao) PREF MUN DE VITORIA DA CONQUISTA (VITORIA DA CONQUISTA/BA e 14.239.578/0001-00) na condição de Órgão Participante de Compra Nacional, na forma disposta a seguir:

Solicitação SIGARP nº: 103658

ATA N.º	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VIGÊNCIA	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
08/2023	3	Ônibus Rural Escolar (ORE 3) - Transmissão Mecânica	28/12/2023 a 28/12/2025	1,00	497.152,49	497.152,49
TOTAL						497.152,49

2. Dessa maneira, aguardamos manifestação da Entidade supracitada para a conclusão dos trâmites relacionados à assinatura do instrumento contratual e estamos cientes de que o contrato não poderá ser assinado fora do prazo de vigência da(s) ata(s), em observância às disposições do Decreto n.º 11.462/2023. Além disso, reiteramos nosso compromisso em inserir cópia assinada do futuro contrato no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço - SIGARP.

3. Por fim, declaramos que estamos cientes da nossa obrigação em realizar o fornecimento dos itens acima relacionados em total conformidade ao edital do Pregão

146

Eletrônico e seus anexos, à(s) Ata(s) de Registro de Preços, à nossa proposta comercial e ao contrato que vier a ser assinado, segundo minuta padrão aprovada pelo FNDE, e de que, do contrário, estamos sujeitos à aplicação das sanções administrativas previstas.

Atenciosamente, **DEBORA ROCHA** Assinado de forma digital
por DEBORA ROCHA
COSTA:0494587 COSTA:04945876606
6606 Dados: 2025.06.26
18:17:20 -03'00'

DEBORA ROCHA COSTA

Diego Lima de Almeida
Mat. 14.8615

Informações da Entidade Interessada

Nome da Entidade Interessada: PREF MUN DE VITORIA DA CONQUISTA CNPJ: 14.239.578/0001-00
 Nome do Representante: Ana Sheila Lemos Andrade CPF: 603.607.715-72
 Telefone Corporativo: (77) 3424-8500 E-mail Corporativo: gabinetedaprefeitura@pmvc.ba.gov.br
 Tipo da Entidade Interessada: PREFEITURA UF da Entidade Interessada: EA
 Responsável da Entidade Interessada: VIVIANE SANTOS MOREIRA DE SOUZA Telefone do Responsável: (71) 9927-0896
 E-mail do Responsável: COORDENACADPAR.SMED@GMAIL.COM

Solicitação | Enquadramento: Órgão participante de compra nacional - OPCN

Nº da Solicitação: 103658
 Unidade Controladora: CGCOM, COACE, CORPO, DGREP, DIRAD
 Tipo do Pregão: Nacional
 Nº do Pregão: 06/2023
 Descrição do Pregão: Eventual aquisição de Ônibus Escolar dos tipos Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA).
 Categoria: Ônibus Escolar
 Vigência do pregão: 04/12/2023 até 28/12/2025
 Data da Solicitação: 26/06/2025
 Forma de Pagamento: Transferência Direta
 Nº do Processo: 23403.001139-2024-49
 Termo de Compromisso: 85.2902
 Nº da Sub-Ação: 17
 Pré-id da obra:
 Id. Da Obra:
 Endereço da Obra:

Nº da Obra	Nome da Obra	Nº do Processo	Fornecedor	Data da Obra	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
3	Ônibus Rural Escolar - ORE 2 - Transmissão Mecânica	610416	IVG BRASIL LTDA	28/12/2023 - 28/12/2025	497.152,49	1,00	497.152,49

Parecer da análise
 AGUARDANDO DGREP - Cadastrado via SIMEC
 26/06/2025 10:23:57

Parecer Unidade Gestora
 DEFERIDA FINE/COREP - Sua solicitação foi encaminhada para análise do(s) fornecedor(es) registrado(s), que terá(ão) 5 dias para analisar o pedido de fornecimento.
 26/06/2025 15:01:02

Solicitação							
-------------	--	--	--	--	--	--	--

Solicitação | Enquadramento: Órgão participante de compra nacional - OPCN

Nº da Solicitação: 103658
 Unidade Controladora: CGCOM, COACE, CORPO, DGREP, DIRAD
 Tipo do pregão: Nacional
 Nº do Pregão: 06/2023
 Descrição do Pregão: Eventual aquisição de Ônibus Escolar dos tipos Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA).
 Categoria: Ônibus Escolar
 Vigência do pregão: 04/12/2023 até 28/12/2025
 Nº do Ofício: 143/2025
 Forma de Pagamento: Transferência Direta
 Anuência: Anexo
 Autorização Anuência: Anexo

Nº da Obra	Nome da Obra	Nº do Processo	Validade	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
3	Ônibus Rural Escolar - ORE 3 - Transmissão Mecânica	610416	28/12/2023 - 28/12/2025	497.152,49	1,00	497.152,49

LIDIANE NACAXE MELO
 CEZARIO
 AGUARDANDO
 FORNECEDOR -
 26/06/2025 15:01:02
 ON-HIGHWAY BRASIL
 LTDA
 AGUARDANDO
 COREP/ANUÊNCIA
 CONCEDIDA -
 26/06/2025 18:18:10

Sua solicitação foi encaminhada para análise do(s) fornecedor(es) registrado(s), que terá(ão) 5 dias para analisar o pedido de fornecimento.

Mat: 14.081.5

RAFAEL VERAS CAIXETA
AGUARDANDO CGARC -
27/06/2025 14:10:49

A presente solicitação, procedente de órgão/entidade qualificado como "Órgão Participante de Compra Nacional - OPCN", foi analisada pela área técnica do FNDE e atende aos requisitos dispostos no edital do Pregão Eletrônico, na Ata de Registro de Preços, no Decreto n.º 11.462/2023 e na Portaria 341 de 19 de junho de 2023. Portanto, está apta para ser autorizada pela autoridade competente, se de acordo.

Os itens Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto, Piso baixo e Ventiladores Escolares possuem diferentes configurações e devem ser informadas no ato da geração do Contrato. Para mais informações acerca das configurações, consulte os Cadernos de Informações Técnicas (CIT), anexos aos respectivos Editais.

ANDREY DE SOUSA
MASCIMENTO
DEFERIDO CGARC -
27/06/2025 17:03:54

Ciente e de acordo, conforme manifestação favorável da área técnica -
DGP/REG/REGPQ/CGCOM/DIRAD/FNDE.

Os itens Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto, Piso baixo e Ventiladores Escolares possuem diferentes configurações e devem ser informadas no ato da geração do Contrato. Para mais informações acerca das configurações, consulte os Cadernos de Informações Técnicas (CIT), anexos aos respectivos Editais.

Mat. 14.881.5



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 36.519.422/0001-15
Razão Social: IVG BRASIL LTDA
Endereço: - ROD MG 238 SN KM 735 BLOCO II SALA IVG / DISTRITO INDUSTRIAL / SETE LAGOAS / MG / 35703-138

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/08/2025 a 18/09/2025

Certificação Número: 2025082000525485213260

Informação obtida em 26/08/2025 12:05:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

14.861/5

130



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO
CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS PÚBLICAS

(Protocolo)

Protocolo - **82121/2025**

Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar

Vitória da Conquista, 02 de setembro de 2025

Mat. 14.901-5

A Ilmo. Sr.

Jônatan Nunes Meireles

Procurador Geral do Município

Procuradoria Geral do Município - PGM

Solicitamos desta Procuradoria a apreciação do processo nº 82.121/2025 - SMED, devidamente anexado os arquivos para análise e emissão de Parecer Jurídico. Ciente de pronta colaboração, antecipamos nossos votos de estima e agradecimentos

DIEGO LIMA DE ANDRADE SOUSA
APOIO DE PREGOEIRO
14861-5
CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS PÚBLICAS - SEMGI

RECEBIDO EM
03/09/2025
10:54:25
At. da Conseq

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

1198



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**VITÓRIA DA
CONQUISTA**

131



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO
CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS PÚBLICAS

Protocolo - **82121/2025**

Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar

Vitória da Conquista, 02 de setembro de 2025

A Ilmo. Sr.

Jônatan Nunes Meireles

Procurador Geral do Município

Procuradoria Geral do Município - PGM

Solicitamos desta Procuradoria a apreciação do processo nº 82.121/2025 - SMED, devidamente anexado os arquivos para análise e emissão de Parecer Jurídico. Ciente de pronta colaboração, antecipamos nossos votos de estima e agradecimentos

DIEGO LIMA DE ANDRADE SOUSA
APOIO DE PREGOEIRO
14861-5
CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS PÚBLICAS - SEMGI

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

1198



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VITÓRIA DA
CONQUISTA

152



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PGM - NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO

INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	PGM - Núcleo de Licitações e Contratos
Protocolo (Nº)	82121/2025
Data e hora	10/09/2025 16:58:12
Texto de envio	Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar

Cheyene Rodrigues Aguiar
Responsável pelo envio

PGM - Núcleo de Licitações e Contratos
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar PGM Cheyene Rodrigues Aguiar	À Central Estratégica de Compras Públicas Prezados, Por ordem da Advogada Pública, Dra. Marilúcia Pedroso Gama Fonseca, encaminhado [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Processos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
82121/2025

Data/Hora de origem:
10/09/2025 16:58:12

Local (Origem):
PGM - Núcleo de Licitações e Contratos

Local (Destino):
SEMGI - Central Estratégica de Compras Públicas

Resp. (Recebimento)

SEMGI - CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS
PÚBLICAS

VITÓRIA DA CONQUISTA

11/09/2025 10:52



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

Diogo Lima de Almeida
Mat. 4.601/5

PARECER JURÍDICO Nº 184/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82121/2025

*ÓRGÃO ASSESSORADO: CENTRAL ESTRATÉGICA DE
COMPRAS PÚBLICAS – CECP/SEMG;*

*ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SMED*

*EMENTA: DEMAIS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E
CONTRATOS. ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EM
PROCESSO LICITATÓRIO REALIZADO PELO FUNDO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO –
FNDE.*

I – DO RELATÓRIO.

Trata-se de consulta acerca da possibilidade de contratação através de adesão à ata de registro de preços em processo licitatório realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio do Pregão Eletrônico nº 6/2023, conforme solicitação feita por meio de Comunicação Interna (C.I. n.º 278/2025 – COMPRAS/SMED).

Os presentes autos foram distribuídos a advogada pública signatária para análise e emissão de parecer, contendo 150 (cento e cinquenta) páginas, encontrando-se instruídos sucintamente com os seguintes documentos:

- a) Protocolos de encaminhamento (fls. 02-03, 143);
- b) CI nº 278/2025 – COMPRAS/SMED (fls. 04-05);
- c) Autorização do Secretário da SMED (fls. 06-07);
- d) Ofício nº 2289 (fls. 08-09, 146-147);
- e) Autorização nº 1437/2025 – CGCOM/DIRAD/FNDE (fls. 10-11);
- f) E-mail ref. Solicitação deferida no SIGARP (fls. 12-13);
- g) CI nº 497/2025 – Coordenação de Transporte/SMED (fls. 1416);

154



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

Handwritten signature and stamp:
14.08.15
14.08.15

- h) CI nº 0305/2025 – COF/SMED (fls. 17-18);
- i) Pedido de compra (fl. 19);
- j) Quadro comparativo da pesquisa de preços (fl. 20);
- k) Vencedores de preços simples (fl. 21);
- l) Declaração de Adequação de Despesa (fl. 22);
- m) Pregão Eletrônico nº 06/2023 FNDE (fls. 23-77);
- n) Aditivo de Termo de Compromisso PAC nº 957902-4 (fls. 78-79);
- o) Ata de Registro de Preços nº 8/2023, termos aditivos e apostilamento (fls. 80-95);
- p) Termo de Homologação Pregão 6/2023 (fls. 96-102);
- q) Documentos da empresa (fls. 103-123);
- r) Certidões (fls. 124-128, 145);
- s) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (fl. 129);
- t) Certificado de Registro Cadastral SICAF (fl. 130);
- u) Certidão de Falência e Concordata (fl. 131);
- v) Balanço Patrimonial (fls. 132-141);
- w) Diligência (fls. 142, 144, 148-149).

É o breve relatório, passamos a análise jurídica.

II – DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Handwritten signature and number:
15



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da adesão, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observarem se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO.

De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784/99, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

Com efeito, no que pertence especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas.

Quanto ao processo submetido à análise, **cabe fazer uma ressalva no que diz respeito a necessidade de observar a ordem cronológica dos atos ao realizar a autuação, devendo os documentos serem juntados conforme sua data de expedição.** Igualmente, deve se evitar rasuras nos documentos que instruem o processo administrativo, de forma a não comprometer a segurança jurídica e a integridade do documento.

IV – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

156



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

O Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme conceituação trazida pela **Lei nº 14.133/2021**, consiste no conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

A adesão, também conhecida como “carona”, ocorre quando um órgão não gerenciador e não participante, que não participou dos procedimentos iniciais do processo licitatório e não integra a ata de registro de preços – **art. 6º, inciso XLIX, da Lei nº 14.133/2021**, decide contratar o objeto licitado pelo órgão gerenciador.

Ao contrário da revogada **Lei nº 8.666/93**, o procedimento da adesão foi expressamente previsto na **Lei nº 14.133/21**, regulamentado, no âmbito federal, pelo **Decreto nº 11.462/23**, e no âmbito municipal pelo **Decreto nº 22.204/2022**, com o estabelecimento de algumas limitações.

De acordo com o **§ 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021**, a adesão dos órgãos não participantes poderá ocorrer desde que observados os seguintes requisitos:

- I) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e
- III) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

Registra-se que o **art. 22 do Decreto nº 11.462/2023** estabelece que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

Alerta-se, por outro lado, que, de acordo com o **art. 32, do mesmo Decreto**, após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o Município de Vitória da Conquista deverá efetivar a contratação solicitada **em até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

Para a adesão a ata de registro de preços vigente, faz-se necessário o atendimento dos seguintes requisitos:

157



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

Diogo Lima de Andrade Sousa
14.081-5

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;
- c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;
- d) limitação de cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes, não podendo o quantitativo decorrente das adesões exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Acrescenta-se, ainda, a necessidade de a ata de registro de preços estar vigente, pois, por óbvio, as adesões e contratações decorrentes só podem ser feitas durante aquele prazo, em consonância com o caput do art. 31 do Decreto nº 11.462/2023.

Passa-se, a seguir, à análise dos aspectos relativos à regularidade da Adesão.

i. Da justificativa da vantajosidade da adesão.

Especificamente sobre a justificativa, Lei nº 13.655, 2018, incluiu na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

No caso em tela, a Administração apresentou justificativa para adesão à ata de registro de preços nº 08/2023 (fls. 14-15). Sendo assim, ficou clara a justificativa da vantajosidade da adesão. Nesse contexto, recomenda-se que, ao menos, os seguintes elementos sejam considerados na justificativa da vantagem de adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público:

- soluções alternativas possíveis;
- consequências práticas da adesão;

158



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

Diogo Lima de Andrade Silva
Mar. 14. 2023

- eventuais obstáculos e dificuldades reais do gestor e exigências políticas públicas a seu cargo, caso se mostrem relevantes na situação concreta; e
- orientações eventualmente vigentes ao tempo da tomada de decisão, caso tenham pertinência com adesão pretendida.

Em tempo, observa-se que de acordo com o acórdão 1010/2025- TCU- Plenário, a adesão à ata sem planejamento real pode gerar prejuízo e responsabilização. O tribunal confirmou que a contratação baseada em ata de registro de preços exige muito mais que simples cópia de processos e impôs sanções graves por adesão sem justificativa, sem necessidade comprovada e sem estrutura para execução. Nesse sentido, recomenda-se cautela na contratação em questão, haja vista que a licitação é a regra para contratação pelo serviço público.

ii. Da compatibilidade dos valores registrados com os praticados pelo mercado.

Somente será possível a adesão caso fique demonstrada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados pelo mercado, observada a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Verifica-se que a Administração não colacionou pesquisa de preço e o quadro comparativo da pesquisa de preço (fl. 20) consta apenas o valor da pretensa contratação, **não demonstrando a vantajosidade na adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023. Tendo em vista tratar-se de uma adesão necessária ao cumprimento do termo de compromisso PAC nº 957902-4, orienta-se que a mera vinculação a programas federais não dispensa o gestor municipal de registrar no processo que o preço da ata corresponde a uma contratação econômica, ainda que o FNDE já tenha realizado a pesquisa nacional. Logo, recomenda-se a regularização.**

iii. Da consulta e aceitação prévia do fornecedor e do órgão/entidade gerenciadora.

Como condição para a adesão, é preciso que o processo seja instruído com a consulta e aceitação da demanda por parte do fornecedor.

Somente após a formalização da aceitação do fornecedor é que será providenciada consulta ao órgão/entidade gerenciadora, cuja aceitação é indispensável para a adesão pretendida.

[Handwritten signature]
159



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

Em relação ao beneficiário detentor da ata, a empresa IVG BRASIL LTDA manifestou concordância com a prestação de serviço pretendida pela Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no documento acostado aos autos do processo às fls. 146-147.

Já em relação a consulta ao Órgão Gerenciador (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE), informa a Secretaria Municipal de Educação (fl. 144) que: *"no caso de transferência direta, os trâmites do processo para adesão ao pregão de registro de preços já foram realizados automaticamente pelo FNDE, via Sistema de Gerenciamento de Adesões de Registro de Preços – SIGARP, após validação pelo Gestor, no SIMEC, do Termo de Compromisso 957902, portanto o município não precisará solicitar nova adesão, conforme anexo da solicitação SIGAP nº 103568"*. Por sua vez, o Órgão Gerenciador, através de devolutiva de Coordenador Geral, autorizou a adesão à ata de registro de preço supracitada, conforme documentos às fls. 10-13.

iv. Do prazo para efetivação da aquisição/contratação e vigência da ata.

De acordo com o art. 31, §2º, do Decreto nº 11.462, de 2023, o órgão participante tem o prazo de até noventa dias para efetivar a aquisição ou a contratação solicitada ou, excepcionalmente, solicitar sua prorrogação. Nesse caso, o processo deve ser instruído com a aceitação da prorrogação do prazo, que deve ser formalizada pelo órgão/entidade gerenciadora e se restringir ao limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

v. Das limitações de quantitativos permitidos.

A adesão à ata de registro de preços é admitida desde que observados, por parte do órgão/entidade gerenciadora, os limites quantitativos do art. 32 do Decreto nº 11.462/2023, abaixo explicitados:

- i. **em relação à entidade aderente individualmente:** não pode exceder a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- ii. **em relação a todas as adesões admitidas para determinado item:** não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Consta na Ata de Registro de Preços nº 8/2023, item 5, fl. 82, os limites em relação aos quantitativos. Assim, recomenda-se que o órgão Consulente,

160



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

independentemente de eventual controle/gerenciamento, instrua o feito com a informação/declaração a respeito dos limites supracitados.

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat. 14.097-5

vi. Da adesão em relação a item específico de grupo de itens (art. 13, II)

Caso a Administração pretenda aderir a item específico licitado por grupo de itens, é preciso que seja providenciada pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração aderente, nos termos do art. 13, inciso II, do Decreto nº 11.462, de 2023.

V – DOS REQUISITOS PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.

Mesmo em adesão à ata de registro de preços, deve ser verificado se o fornecedor pode contratar com a Administração Pública (art. 91, § 4º, art. 92, XVI, e art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

Compete ao gestor verificar a situação da futura contratada junto aos seguintes cadastros/sistemas: **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

No caso em apreço, a comprovação da inscrição cadastral no SICAF foi juntada à fl. 130, porém não foi juntada a declaração do SICAF, recomenda-se sua regularização.

No que tange à regularidade fiscal, tanto a doutrina como a jurisprudência do TCU são uníssonas no sentido de que, mesmo nos casos de contratação direta, devem ser exigidas a comprovação de regularidade junto à Fazenda e a Dívida Ativa da União, o INSS e o FGTS.

Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também à necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Cabe ao administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões na ocasião da contratação.

No caso em apreço, foram juntadas todas as certidões fiscais e trabalhistas da empresa. Contudo, observa-se que a certidão trabalhista se encontra com data expirada. Recomenda-se a regularização.

Os documentos de habilitação jurídica constam no processo administrativo, fls. 103-123.

161



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

Houve a apresentação do balanço patrimonial da empresa referente aos exercícios de 2023 e 2024.

Consta à fl. 131, a Certidão referente a Falência e/ou Recuperação Judicial e Extrajudicial.

É essencial, também, que seja juntada a declaração relativa ao cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal. A declaração não foi juntada ao processo. Recomenda-se a regularização.

VI – DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS.

Sobre providências relacionadas à **responsabilidade fiscal**, a Administração deve:

- **informar** no processo a natureza/tipologia/classificação da ação que suporta a despesa decorrente da futura contratação;

Em relação à **regularidade orçamentária**, são exigidas as seguintes providências antes da formalização da contratação:

- **declaração** de previsão dos recursos orçamentários para a despesa, com a indicação da rubrica orçamentária (art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021; e
- **juntada** da nota de empenho suficiente para a despesa (art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e ao art. 34 do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão apresentou a Declaração de Adequação da Despesa à fl. 22.

Além disso, a Administração registrou à fl. 15 que a demanda está prevista no Plano de Contratação Anual 2025.

VII – DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

No presente caso, tal exigência foi devidamente cumprida às fls. 06-07.

VIII – DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES.

No presente caso, **não** foram juntados aos autos do processo as

162



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

publicações dos atos de nomeação/designação das autoridades e demais agentes de contratação e equipe de apoio. **Logo, recomenda-se a regularização.**

Mat. 14.061/5

IX – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO.

Para a contratação deve ser utilizada a mesma minuta de instrumento contratual ou instrumento substitutivo constante do processo conduzido pelo Órgão Gerenciador (art. 7º, § 4º, do Decreto nº 11.462, de 2023), admitindo-se as inserções elementares pertinentes à adesão (a exemplo da indicação do órgão, quantitativos, local de entrega, fonte de recurso e foro).

Consta nos autos do processo submetidos à análise, localizada a minuta do contrato as fls. 39-44.

X – DA PUBLICAÇÃO E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Conforme art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos previstos em seus incisos:

“Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.”

Além disso, é obrigatória a divulgação do contrato, seus aditamentos e notas de empenho emitidas, no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

XI – DA CONCLUSÃO.

Ante o exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **desde que sejam preenchidos todos os requisitos constantes deste parecer**, considera-se juridicamente regular a adesão à ata de registro de preços.

[Assinatura]

163



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Procuradoria Administrativa

Além disso, as orientações emanadas dos pareceres jurídicos, ainda que apenas opinativos, devem ser seguidas ou, caso contrário, justificadas no corpo do processo.

Encaminho o presente parecer, contendo 11 (onze) laudas, à Central Estratégica de Compras Públicas / SEMGI, para demais providências.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Vitória da Conquista - BA, 10 de setembro de 2025.


Marilúcia Pedrosa Gama Fonseca
Advogada Pública
OAB nº 40.804/BA

164



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMED - NÚCLEO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO

Assinado digitalmente por
Mat: 14.861.5

INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMED - Núcleo de compras e Patrimônio
Protocolo (Nº)	82121/2025
Data e hora	15/09/2025 15:34:42
Texto de envio	Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar
 Elbert Cleber de Santana Monteiro Responsável pelo envio SMED - Núcleo de compras e Patrimônio Responsável do Setor	

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - Aquisição de Ônibus Rural Escolar SMED Elbert Cleber de Santana Monteiro	A Central Estratégica de Compras - SEMGI Encaminhamos a CI 550/2025, com respostas do apontamento do parecer jurídico nº 184/2025.

RECIBO

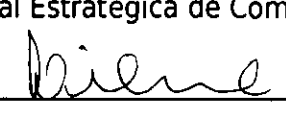
Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Processos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
82121/2025

Data/Hora de origem:
15/09/2025 15:34:42

Local (Origem):
SMED - Núcleo de compras e Patrimônio

Local (Destino):
SEMG - Central Estratégica de Compras Públicas



Resp. (Recebimento)

SEMG - CENTRAL ESTRATÉGICA DE COMPRAS
PÚBLICAS

VITÓRIA DA CONQUISTA

16/09/2025

11:30hs

Assinado digitalmente por
Mat: 14.861.5
14:15h
16/09/25



**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Educação

www.pmvc.ba.gov.br

Edgard Lany Andrade Soares
Mat: 14.861-5

CI nº 550/2025 - Coordenação de Transporte/SMED

GEP 82121 /2025

Assunto: Resposta ao Parecer Jurídico nº 184/2025.

Prezados (as)

De acordo com o Capítulo IV da Resolução Nº IV, publicado em 04 de maio de 2020, que estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, as aquisições descritas no Termo de Compromisso devem ser por meio de adesão às Atas de Registros de Preços do FNDE e, na ausência destas, realizar licitações para as contratações necessárias.

Quanto ao processo em questão, o Fundo Nacional De Desenvolvimento da Educação já disponibilizou aos Municípios contemplados no Novo PAC com ônibus para transporte escolar à Ata de Registro de Preços nº 08/2023. Portanto, o Município só receberá o repasse financeiro no valor de R\$ 464.804,01 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e um centavos) do Governo Federal se fizer adesão à ata, conforme termo de compromisso nº 957902-4 (anexo anteriormente), firmado entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e o FNDE que diz: "(*)ITEM A SER ADQUIRIDO POR ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO FNDE", sendo assim não é necessário a realização da pesquisa de preços. Contudo, segue em anexo, pesquisa realizada no banco de preços do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A adesão à ata de registro preços demonstra-se plenamente vantajosa para a administração pública, pois do valor para aquisição de R\$ 497.152,49 (Quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), o Município só entrará com a contrapartida de R\$ 32.348,48 (Trinta e dois mil reais, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

Dermival Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

Edgard Lany Andrade Soares
Secretário Mun. de Educação
Mat. 04.24559-2



**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
PREFEITURA

bb



**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Educação

www.pmvc.ba.gov.br

Edgard Larry Andrade Soares
Mat. 14.861-5

Ressalta-se que a adesão à Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que, com este procedimento, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista contrata um fornecedor já aceito por outro órgão da administração pública, fator que propicia segurança de que a contratação em tela atenderá a demanda desta instituição de ampliação da frota própria de veículos escolares, contribuindo, assim, para a redução da evasão escolar, além de proporcionar presteza, celeridade e pronto atendimento à demanda dessa Instituição.

Destaca-se, ainda, que foram devidamente anexados ao processo todos os documentos exigidos no parecer jurídico: declaração do SICAF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista atualizada, Declaração relativa ao cumprimento do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Vitória da Conquista – Bahia, 12 de setembro de 2025.

DERMEVAL SILVA FONSECA
Gerente do Transporte Escolar - SMED
Matrícula 24693-8

Edgard Larry Andrade Soares
Secretário Mun. de Educação
Mat. 04.24559-2



**VITÓRIA DA
CONQUISTA**
PREFEITURA

02

PREF MUN DE MARAVILHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 - REGISTROS DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.028908/2022-18

PREF. MUN. DE MARAVILHA/SC
Mat. 14.864-5

CONTRATO N.º 147 / 2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A(O) PREF MUN DE MARAVILHA E A(O) IVG BRASIL LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

A PREF MUN DE MARAVILHA, com sede no(a) Avenida Euclides Da Cunha, 60, Prefeitura Municipal, Centro, na cidade de MARAVILHA/SC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 82.821.190/0001-72, neste ato representado(a) pelo(a) VINICIUS VENTURA, nomeado(a) por ATA DE POSSE, publicada em DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS de 02 de janeiro de 2025, CPF nº 080.XXX.XXX-96, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) IVG BRASIL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 36.519.422/0001-15, sediado(a) na RODOVIA MG-238, KM 73.5 - BLOCO II, SALA ON-HIGHWAY, DISTRITO INDUSTRIAL NORT, SETE LAGOAS/MG, e sua filial, inscrita no CNPJ nº 36.519.422/0006-20, localizada na Avenida Jerome Case, nº. 1801, Edifício IVG, Sala IVG, Portaria 3, bairro Éden, CEP: 18.087-220, na cidade de Sorocaba/SP, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por seu/sua DIRETOR(A), Srª/Srº. DEBORA ROCHA COSTA, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23034.028908/2022-18 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 06/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
2	Ônibus Rural Escolar (ORE 2) - Transmissão Mecânica	610415	1	421.971,65	421.971,65
3	Ônibus Rural Escolar (ORE 3) - Transmissão Mecânica	610416	2	497.152,49	994.304,98

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

Dermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

168

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 320 dias contados do(a) da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 1.416.276,63 (um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.1. Os preços deverão considerar as isenções do PIS/COFINS, nos termos da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2010, e do ICMS nos termos do Convênio ICMS nº 53/2007 e renovações, excetos para o ORE ZERO (4X4), e observando-se atentamente as especificações e demais condições de realização do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

18
Dermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

169

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Diogo Lima de Andrade Sousa
Mat. 14.861-5

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/06/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Edital e seus anexos. Termo de Referência.

8
Dorneval Silva Fonso
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

170

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção de medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;


Dorneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

171

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.18. Assinar a Ata de Registro de Preços, bem como o instrumento contratual dela decorrente;

9.1.19. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Edital e seus anexos, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos registrados, atendendo às solicitações de compras dos órgãos participantes de compra nacional e demais órgãos participantes;

9.1.20. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

9.1.21. Informar ao Órgão Gerenciador ou à CONTRATANTE, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento;

9.1.22. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação objetos do presente Termo, no que couber;

9.1.23. Assinar e cumprir, na forma disposta na Ata de Registro de Preços, conforme minuta anexa ao Edital, o Termo de Ciência e Responsabilidade quanto à obrigação de utilizar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço - SIGARPWEB para a execução das ações que lhe competem, no âmbito das contratações decorrentes da utilização e/ou da adesão às atas de registro de preços, bem como quanto ao cumprimento das regras estabelecidas para o processo de controle de qualidade dos itens produzidos e entregues em atendimento aos contratos firmados;

9.1.24. Encaminhar laudos e prestar as informações requisitadas pelo Órgão Gerenciador no prazo estabelecido, inclusive quanto ao planejamento da produção e ao atendimento aos contratos decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato

10.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;


Dorneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

173

10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o Fisco, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.

10.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.


Demeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

194

10.17.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.17.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto, prevista especificamente no Edital e seus anexos.

Diego Lima de Andrade
Mat: 14.862-5

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

a) multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução do objeto.

b) multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), no caso de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia contratual a que se refere a Cláusula Nona deste Contrato, se for o caso.

8
Dorneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

175

c) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor dos Ônibus que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.

d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total da parcela não adimplida do Contrato.

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de rescisão por inexecução parcial do objeto.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão por inexecução total do objeto.

v. Sanção de impedimento de licitar e contratar com o ente federado do órgão/entidade CONTRATANTE e descredenciamento do respectivo sistema local de cadastramento de fornecedores a que se refere o § 4º do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos;

vi. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;


Dorneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

176

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do

prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não enseja a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada, no que couber:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO	DATA DE EMPENHO	VALOR (R\$)
12.361.7	2.500.1001.0301	4.4.90.52.48.00.00.00	6797	20/06/2025	1.400.000,00
12.361.7	1.500.1001.0101	4.4.90.52.48.00.00.00	6798	20/06/2025	16.276,63

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18
Dorneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

178

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária em que se situa a CONTRATANTE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

VINICIUS

Assinado de forma
digital por VINICIUS

MARAVILHA/SC, ____ de ____ de ____.

VENTURA:080

VENTURA:08021243996

Dados: 2025.06.27

21243996

14:14:02 -03'00'

VINICIUS VENTURA

P/ Contratante

DEBORA ROCHA COSTA

P/ Contratada

18
Dermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

179



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Andrade
Mat: 14.881/5

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG
CNPJ: 18.677.591/0001-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000248/2025
PROCESSO Nº 000135/2025

O MUNICÍPIO DE EXTREMA, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA AV. DELEGADO WALDEMAR GOMES PINTO Nº 1.624, BAIRRO PONTE NOVA, EXTREMA - MG, DEVIDAMENTE INSCRITA NO C.N.P.J./MF, SOB O Nº 18.677.591/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO, NA FORMA DE SUA LEI ORGÂNICA, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DO MUNICÍPIO, NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.812, ARTIGO 1º, 08 DE JANEIRO DE 2025, SR. EDMAR BRANDÃO LUCIANO CPF Nº 033.506.XXX-XX, A SEGUIR DENOMINADA SIMPLEMENTE ÓRGÃO GERENCIADOR, INSTITUI A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), CONSIDERANDO A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000006/2023 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA **IVG BRASIL LTDA**, INSCRITA SOB O CNPJ Nº 36.519.422/0006-20, SITUADA À AVENIDA JEROME CASE, 1801 - EDEN - SOROCABA - SP - CEP: 18087220, REPRESENTADA PELO SR.(A) MÁRCIO ALEXANDRE QUERICHELLI PORTADOR DO CPF Nº 158.430.468-50, INDICADA E QUALIFICADA NESTA ATA, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO POR ELA ALCANÇADA E NA QUANTIDADE(S) COTADA(S), ATENDENDO AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, E EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES A SEGUIR:

1. DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ONIBUS RURAL ESCOLAR DO TIPO ORE 3, PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA, ESPECIFICADO NO ITEM 1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2023, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA, ASSIM COMO AS PROPOSTAS CUJOS PREÇOS TENHAM SIDO REGISTRADOS, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 497.152,49 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE MIL CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS).
2.2. O PREÇO REGISTRADO, AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, AS QUANTIDADES MÍNIMAS E MÁXIMAS DE CADA ITEM, FORNECEDOR(ES) E AS DEMAIS CONDIÇÕES OFERTADAS NA(S) PROPOSTA(S) SÃO AS QUE SEGUEM RELACIONADA NO ANEXO DESTA ATA.

3. DAS DEFINIÇÕES

8
Dermival Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

180



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.864-5

3.1. PARA EFEITO DESTA ATA, TÊM-SE AS SEGUINTE DEFINIÇÕES:

3.1.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/FNDE, RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE PREÇOS, INCLUINDO A REGULAMENTAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, BEM COMO PELO GERENCIAMENTO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS DELE DECORRENTE(S).

3.1.2. FORNECEDOR: PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, NACIONAL OU ESTRANGEIRA, QUE DESENVOLVA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO, MONTAGEM, CRIAÇÃO, CONSTRUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS OU CONTRATOS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DECORRENTES DO CERTAME OBJETO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1.3. ÓRGÃO PARTICIPANTE DE COMPRA NACIONAL - OPCN: ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS QUE, EM RAZÃO DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA OU PROJETO FEDERAL, É CONTEMPLADO NO REGISTRO DE PREÇOS, INDEPENDENTE DE MANIFESTAÇÃO FORMAL;

3.1.3.1. PARA EFEITOS DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SÃO ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS.

3.1.4. ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE - ONP: ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE, NÃO TENDO PARTICIPADO DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS DA LICITAÇÃO, ATENDIDOS OS REQUISITOS ESTABELECIDOS POR MEIO DO DECRETO N.º 11.462/2023 E AS NORMAS E CRITÉRIOS DOS PROGRAMAS E/OU PROJETOS ESPECÍFICOS PARA ATENDIMENTO ÀS REDES DE ENSINO, SE FOR O CASO, FAZ ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PRECEDIDA DA MANIFESTAÇÃO DE ANUÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA ACEITAÇÃO DE FORNECIMENTO POR PARTE DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA.

3.1.5. A POSSIBILIDADE DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES ADERIREM À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JUSTIFICA-SE OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDAS DE ENTES NÃO ABARCADOS NA CATEGORIZAÇÃO EXPRESSA NO ITEM N.º 3.1.3., MAS QUE TENHAM A NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO, PARA FINS EDUCACIONAIS, DOS PRODUTOS LICITADOS.

3.1.6. COMPRA NACIONAL: COMPRA OU CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, EM QUE O ÓRGÃO GERENCIADOR CONDUZ OS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE PROGRAMA OU PROJETO FEDERAL, MEDIANTE PRÉVIA INDICAÇÃO DA DEMANDA PELOS ENTES FEDERADOS BENEFICIADOS;

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES(S)

4.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE SERÁ O MUNICÍPIO DE EXTREMA.

4.2. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

4.2.1. PRATICAR TODOS OS ATOS DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP;

4.2.2. EFETUAR O REGISTRO DO LICITANTE FORNECEDOR E FIRMAR A CORRESPONDENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

18
Arneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Waldemar Lima de Andrade
Mat. 14.861-5

4.2.3. GERENCIAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PROVIDENCIANDO A INDICAÇÃO DE PREÇOS SEMPRE QUE SOLICITADO, DOS FORNECEDORES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, OBEDECENDO À ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E AOS QUANTITATIVOS DE CONTRATAÇÃO DEFINIDOS, BEM COMO PRATICAR ATOS DE GESTÃO DO SIGARPWEB;

4.2.4. CONDUZIR OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A EVENTUAIS RENEGOCIAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS;

4.2.5. APLICAR AS SANÇÕES, GARANTIDA A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO, DECORRENTES DE DESCUMPRIMENTO DO PACTUADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, OU DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, EM RELAÇÃO ÀS SUAS PRÓPRIAS CONTRATAÇÕES;

4.2.6. REALIZAR, PERIODICAMENTE, PESQUISA DE MERCADO PARA COMPROVAÇÃO DA VANTAJOSIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS;

4.2.7. REGISTRAR NO PORTAL DE COMPRAS OS PREÇOS REGISTRADOS COM INDICAÇÃO DOS FORNECEDORES;

4.2.8. RESPEITAR A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES REGISTRADOS NA ATA NAS CONTRATAÇÕES DELA DECORRENTES.

4.3. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

4.3.1. UTILIZAR O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇO - SIGARPWEB, PARA REALIZAR SOLICITAÇÃO DE UTILIZAÇÃO OU DE ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, BEM COMO PARA ACOMPANHAR O STATUS DAS SOLICITAÇÕES EFETUADAS;

4.3.2. CONTRATAR OS ÔNIBUS ESCOLARES, OBEDECENDO AO QUANTITATIVO SOLICITADO, POR MEIO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL HÁBIL, APÓS O DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO NO SIGARPWEB, RESPEITADA A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E O PRAZO DE ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADO DA DATA DE DEFERIMENTO DO PEDIDO DE ADESÃO, PARA OS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES.

4.4. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE:

4.4.1. REALIZAR OS ATOS RELATIVOS À COBRANÇA DO CUMPRIMENTO PELA CONTRATADA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUALMENTE ASSUMIDAS E APLICAR SANÇÕES, GARANTIDA A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO, DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, EM RELAÇÃO ÀS SUAS PRÓPRIAS CONTRATAÇÕES, INFORMANDO AS OCORRÊNCIAS AO ÓRGÃO GERENCIADOR;

4.4.2. DISPONIBILIZAR À CONTRATADA A LISTA DE ENDEREÇOS DE ENTREGA DOS ÔNIBUS ESCOLARES;

4.4.3. RESPONSABILIZAR-SE PELA GUARDA DOS ÔNIBUS ESCOLARES ENTREGUES PELA CONTRATADA, BEM COMO PELO SEU ENVIO ÀS ESCOLAS DA SUA REDE EDUCACIONAL;

4.4.4. EFETUAR O PAGAMENTO À CONTRATADA, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL;

4.4.5. PROMOVER O ACOMPANHAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DOS ÔNIBUS ESCOLARES, SOB O ASPECTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, ANOTANDO EM REGISTRO PRÓPRIO AS FALHAS DETECTADAS, INDICANDO DIA, MÊS E ANO;

4.4.6. COMUNICAR PRONTAMENTE À CONTRATADA QUALQUER ANORMALIDADE NO OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, PODENDO RECUSAR O RECEBIMENTO, CASO NÃO ESTEJA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA;

Waldemar Lima de Andrade
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

187



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Almeida Sousa
Mat. 14.861-5

4.4.7. NOTIFICAR PREVIAMENTE A CONTRATADA, QUANDO DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

4.4.8. VERIFICAR A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DO FORNECEDOR ANTES DOS ATOS RELATIVOS À FIRMATURA E GESTÃO CONTRATUAL, DEVENDO O RESULTADO DESSA CONSULTA SER IMPRESSO, SOB A FORMA DE EXTRATO, E JUNTADO AOS AUTOS, COM A INSTRUÇÃO PROCESSUAL NECESSÁRIA.

5. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1. É VEDADO EFETUAR ACRÉSCIMOS NOS QUANTITATIVOS FIXADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÁ SEU INÍCIO EM 09 DE JUNHO DE 2025 ATÉ 09 DE DEZEMBRO DE 2025, CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADA POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE A ANUÊNCIA DO FORNECEDOR, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO.

6.1.1. O CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÁ SUA VIGÊNCIA ESTABELECIDADA NO PRÓPRIO INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBSERVARÁ NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO E A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO A DISPONIBILIDADE DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS, BEM COMO A PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL, QUANDO ULTRAPASSAR 1 (UM) EXERCÍCIO FINANCEIRO.

6.1.2. NA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU DO INSTRUMENTO SUBSTITUTO DEVERÁ HAVER A INDICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS RESPECTIVOS.

6.1.3. AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE CONTRATAÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS ESPECÍFICOS NO ORÇAMENTO (DOTAÇÃO):

00465-15690000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (02007001.1236100092.094.44905200000.15690000000)

6.2. A CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES REGISTRADOS NA ATA SERÁ FORMALIZADA PELO ÓRGÃO OU PELA ENTIDADE INTERESSADA POR INTERMÉDIO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL, EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO DE DESPESA, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL, CONFORME O ART. 95 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

6.2.1. O INSTRUMENTO CONTRATUAL DE QUE TRATA O ITEM 6.2. DEVERÁ SER ASSINADO NO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

6.3. OS CONTRATOS DECORRENTES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SER ALTERADOS, OBSERVADO O ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

6.4. APÓS A HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO, DEVERÃO SER OBSERVADAS AS SEGUINTE CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.4.1. SERÃO REGISTRADOS NA ATA OS PREÇOS E OS QUANTITATIVOS DO ADJUDICATÁRIO, DEVENDO SER OBSERVADA A POSSIBILIDADE DE O LICITANTE OFERECER OU NÃO PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO NO EDITAL E SE OBRIGAR NOS LIMITES DELA;

6.4.2. SERÁ INCLUÍDO NA ATA, NA FORMA DE ANEXO, O REGISTRO DOS LICITANTES OU DOS FORNECEDORES QUE:

6.4.2.1. ACEITAREM COTAR OS BENS, AS OBRAS OU OS SERVIÇOS COM PREÇOS IGUAIS AOS DO ADJUDICATÁRIO, OBSERVADA A CLASSIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO; E

6.4.2.2. MANTIVEREM SUA PROPOSTA ORIGINAL.

Dermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

183



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Almeida Sousa
Mat. 14.861-5

6.4.3. SERÁ RESPEITADA, NAS CONTRATAÇÕES, A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES OU DOS FORNECEDORES REGISTRADOS NA ATA.

6.5. O REGISTRO A QUE SE REFERE O ITEM 6.4.2 TEM POR OBJETIVO A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CASO DE IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO PELO SIGNATÁRIO DA ATA.

6.6. PARA FINS DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, OS LICITANTES OU FORNECEDORES QUE ACEITAREM REDUZIR SUAS PROPOSTAS PARA O PREÇO DO ADJUDICATÁRIO ANTECEDERÃO AQUELES QUE MANTIVEREM SUA PROPOSTA ORIGINAL.

6.7. A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES QUE COMPORÃO O CADASTRO DE RESERVA A QUE SE REFERE O ITEM 6.4.2.2 SOMENTE SERÁ EFETUADA QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES, NAS SEGUINTE HIPÓTESES:

6.7.1. QUANDO O LICITANTE VENCEDOR NÃO ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NO PRAZO E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO EDITAL; E

6.7.2. QUANDO HOUVER O CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE OU DO REGISTRO DE PREÇOS NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ITEM 10.

6.8. O PREÇO REGISTRADO COM INDICAÇÃO DOS LICITANTES E FORNECEDORES SERÁ DIVULGADO NO PNCP E FICARÁ DISPONIBILIZADO DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

6.9. APÓS A HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO OU DA CONTRATAÇÃO DIRETA, O LICITANTE MAIS BEM CLASSIFICADO OU O FORNECEDOR, NO CASO DA CONTRATAÇÃO DIRETA, SERÁ CONVOCADO PARA ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NO PRAZO E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO EDITAL DE LICITAÇÃO OU NO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133, DE 2021.

6.9.1. O PRAZO DE CONVOCAÇÃO PODERÁ SER PRORROGADO 1 (UMA) VEZ, POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DO LICITANTE OU FORNECEDOR CONVOCADO, DESDE QUE APRESENTADA DENTRO DO PRAZO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, E QUE A JUSTIFICATIVA SEJA ACEITA PELA ADMINISTRAÇÃO.

6.10. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ ASSINADA POR MEIO DE ASSINATURA DIGITAL E DISPONIBILIZADA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

6.11. QUANDO O CONVOCADO NÃO ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO PRAZO E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO EDITAL, E OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 6.7 E SUBITENS, FICA FACULTADO À ADMINISTRAÇÃO CONVOCAR OS LICITANTES REMANESCENTES DO CADASTRO DE RESERVA, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA FAZÊ-LO EM IGUAL PRAZO E NAS CONDIÇÕES PROPOSTAS PELO PRIMEIRO CLASSIFICADO.

6.12. NA HIPÓTESE DE NENHUM DOS LICITANTES QUE TRATA O ITEM 6.4.2.1, ACEITAR A CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DO ITEM ANTERIOR, A ADMINISTRAÇÃO, OBSERVADOS O VALOR ESTIMADO E SUA EVENTUAL ATUALIZAÇÃO NOS TERMOS DO EDITAL, PODERÁ:

6.12.1. CONVOCAR PARA NEGOCIAÇÃO OS DEMAIS LICITANTES OU FORNECEDORES REMANESCENTES CUJOS PREÇOS FORAM REGISTRADOS SEM REDUÇÃO, OBSERVADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, COM VISTAS À OBTENÇÃO DE PREÇO MELHOR, MESMO QUE ACIMA DO PREÇO DO ADJUDICATÁRIO; OU

6.12.2. ADJUDICAR E FIRMAR O CONTRATO NAS CONDIÇÕES OFERTADAS PELOS LICITANTES OU FORNECEDORES REMANESCENTES, ATENDIDA A ORDEM CLASSIFICATÓRIA, QUANDO FRUSTRADA A NEGOCIAÇÃO DE MELHOR CONDIÇÃO.

8
Dermival Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

184



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Almeida Silva
Mat. 14.084-5

6.13. A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS IMPLICARÁ COMPROMISSO DE FORNECIMENTO NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS, MAS NÃO OBRIGARÁ A ADMINISTRAÇÃO A CONTRATAR, FACULTADA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO ESPECÍFICA PARA A AQUISIÇÃO PRETENDIDA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA.

6.14. OS FORNECEDORES REGISTRADOS NO CADASTRO RESERVAM DEVERÃO CUMPRIR COM OS MESMOS REQUISITOS DA PRIMEIRA ETAPA DO CONTROLE DE QUALIDADE PREVISTOS NO CADERNO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - CIT, INCLUSIVE NO TOCANTE AO PRAZO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS E AMOSTRAS, QUE PASSARÁ A CONTAR APÓS A PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E A PARTIR DA COMUNICAÇÃO FORMAL DO FNDE.

6.15. OS FORNECEDORES REGISTRADOS NO CADASTRO RESERVAM QUE NÃO CUMPRIREM COM OS PROCEDIMENTOS ACIMA DESCRITOS TERÃO O SEU REGISTRO NO CADASTRO DE RESERVA TORNADOS SEM EFEITOS PARA TODOS OS FINS.

6.16. PODERÃO SER DISPENSADOS DESSES PROCEDIMENTOS O FORNECEDOR QUE JÁ TIVER OBTIDO A APROVAÇÃO DO MESMO PRODUTO, MAS DE REGIÃO DISTINTA, NA PRIMEIRA ETAPA DO CONTROLE DO PREGÃO ELETRÔNICO.

7. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER ALTERADOS OU ATUALIZADOS EM DECORRÊNCIA DE EVENTUAL REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO OU DE FATO QUE ELEVE O CUSTO DOS BENS, DAS OBRAS OU DOS SERVIÇOS REGISTRADOS, NAS SEGUINTE SITUAÇÕES:

7.1.1. EM CASO DE FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO OU FATO DO PRÍNCIPE OU EM DECORRÊNCIA DE FATOS IMPREVISÍVEIS OU PREVISÍVEIS DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, QUE INVIABILIZEM A EXECUÇÃO DA ATA TAL COMO PACTUADA, NOS TERMOS DODISPOSTO NA ALÍNEA "D" DO INCISO II DO CAPUT DO ART. 124 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021;

7.1.2. EM CASO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DE QUAISQUER TRIBUTOS OU ENCARGOS LEGAIS OU SUPERVENIÊNCIA DE DISPOSIÇÕES LEGAIS, COM COMPROVADA REPERCUSSÃO SOBRE OS PREÇOS REGISTRADOS;

7.1.3. NA HIPÓTESE DE PREVISÃO NO EDITAL DE CLÁUSULA DE REAJUSTAMENTO OU REPACTUAÇÃO SOBRE OS PREÇOS REGISTRADOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021.

7.1.3.1. NO CASO DO REAJUSTAMENTO, DEVERÁ SER RESPEITADA A CONTAGEM DA ANUALIDADE E O ÍNDICE PREVISTOS PARA A CONTRATAÇÃO;

7.1.3.2. NO CASO DA REPACTUAÇÃO, PODERÁ SER A PEDIDO DO INTERESSADO, CONFORME CRITÉRIOS DEFINIDOS PARA A CONTRATAÇÃO.

8. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. NA HIPÓTESE DE O PREÇO REGISTRADO TORNAR-SE SUPERIOR AO PREÇO PRATICADO NO MERCADO, POR MOTIVO SUPERVENIENTE, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA CONVOCARÁ O FORNECEDOR PARA NEGOCIAR A REDUÇÃO DO PREÇO REGISTRADO.

8.1.1. CASO NÃO ACEITE REDUZIR SEU PREÇO AOS VALORES PRATICADOS PELO MERCADO, O FORNECEDOR SERÁ LIBERADO DO COMPROMISSO ASSUMIDO QUANTO AO ITEM REGISTRADO, SEM APLICAÇÃO DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

8
Jermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

185



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Almeida Sousa
Mat. 14.884-5

8.1.2. NA HIPÓTESE PREVISTA NO ITEM ANTERIOR, O GERENCIADOR CONVOCARÁ OS FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA VERIFICAR SE ACEITAM REDUZIR SEUS PREÇOS AOS VALORES DE MERCADO.

8.1.3. SE NÃO OBTIVER ÊXITO NAS NEGOCIAÇÕES, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA PROCEDERÁ AO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO, E ADOTARÁ AS MEDIDAS CABÍVEIS PARA A OBTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA.

8.1.4. NA HIPÓTESE DE REDUÇÃO DO PREÇO REGISTRADO, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA COMUNICARÁ AOS ÓRGÃO SE ÀS ENTIDADES QUE TIVEREM FIRMADO CONTRATOS DECORRENTES DA ARP PARA QUE AVALIEM A CONVENIÊNCIA E A OPORTUNIDADE DE DILIGENCIAREM NEGOCIAÇÃO COM VISTAS À ALTERAÇÃO CONTRATUAL, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

8.2. NA HIPÓTESE DE O PREÇO DE MERCADO TORNAR-SE SUPERIOR AO PREÇO REGISTRADO E O FORNECEDOR NÃO PODER CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA ATA, SERÁ FACULTADO AO FORNECEDOR SOLICITAR AO ÓRGÃO OU À ENTIDADE GERENCIADORA A ALTERAÇÃO DO PREÇO REGISTRADO, MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE QUE O IMPOSSIBILITE DE CUMPRIR O COMPROMISSO.

8.2.1. NESTE CASO, O FORNECEDOR ENCAMINHARÁ, JUNTAMENTE COM O PEDIDO DE ALTERAÇÃO, A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA OU À PLANILHA DE CUSTOS QUE DEMONSTRE A INVIABILIDADE DO PREÇO REGISTRADO EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES INICIALMENTE PACTUADAS.

8.2.2. NA HIPÓTESE DE NÃO COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE QUE INVIABILIZE O PREÇO REGISTRADO, O PEDIDO SERÁ INDEFERIDO PELO ÓRGÃO OU PELA ENTIDADE GERENCIADORA, E O FORNECEDOR CONTINUARÁ OBRIGADO A CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA ARP, SOB PENA DE CANCELAMENTO DO SEU REGISTRO E DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS EM LEI.

8.2.3. NA HIPÓTESE DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR, NOS TERMOS DO ITEM ANTERIOR, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA DEVERÁ CONVOCAR OS FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA VERIFICAR SE ACEITAM MANTER SEUS PREÇOS REGISTRADOS.

8.2.4. SE NÃO OBTIVER ÊXITO NAS NEGOCIAÇÕES, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA PROCEDERÁ AO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO, ITEM 9.2, ADOTANDO AS MEDIDAS CABÍVEIS PARA OBTENÇÃO DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA.

8.2.5. NA HIPÓTESE DE COMPROVAÇÃO DO DISPOSTO NO ITEM 7.2, O ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA PROCEDERÁ À ATUALIZAÇÃO DO PREÇO REGISTRADO, DE ACORDO COM A REALIDADE DOS VALORES PRATICADOS PELO MERCADO.

8.2.6. O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA COMUNICARÁ AOS ÓRGÃOS E ÀS ENTIDADES QUE TIVEREM FIRMADO CONTRATOS DECORRENTES DA ARP SOBRE A EFETIVA ALTERAÇÃO DO PREÇO REGISTRADO, PARA QUE AVALIEM A NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

9. DO REMANEJAMENTO

9.1. AS QUANTIDADES E OS VALORES PREVISTOS PARA OS ITENS COM PREÇOS REGISTRADOS NAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SER REMANEJADOS PELO ÓRGÃO OU PELA ENTIDADE GERENCIADORA ENTRE OS ÓRGÃOS OU AS ENTIDADES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS.

Ermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

186



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Menezes Sousa
Mat. 14.861-5

9.1.1. O REMANEJAMENTO SOMENTE SERÁ FEITO:

9.1.1.1. DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE PARA ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE;

9.1.1.2. DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE PARA ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE.

9.1.2. O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA QUE TIVER ESTIMADO AS QUANTIDADES E OS VALORES QUE PRETENDE CONTRATAR SERÁ CONSIDERADO PARTICIPANTE PARA FINS DO REMANEJAMENTO.

9.1.3. NA HIPÓTESE DE REMANEJAMENTO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE PARA ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE, DEVEM SER OBSERVADOS OS LIMITES PREVISTOS NOS §§ 1º E 2º DO ART. 30 DO DECRETO Nº 48.779, DE 23/02/2024.

9.1.4. COMPETIRÁ AO ÓRGÃO OU À ENTIDADE GERENCIADORA REALIZAR O REMANEJAMENTO SOLICITADO, COM A REDUÇÃO DO QUANTITATIVO INICIALMENTE INFORMADO PELO ÓRGÃO OU PELA ENTIDADE PARTICIPANTE, DESDE QUE HAJA PRÉVIA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE QUE SOFRER REDUÇÃO DOS QUANTITATIVOS INFORMADOS.

9.1.5. CASO O REMANEJAMENTO SEJA FEITO ENTRE OS ÓRGÃOS OU AS ENTIDADES DE ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL OU DE MUNICÍPIOS DISTINTOS, CABERÁ AO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ARP, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES NELA ESTABELECIDAS, OPTAR PELA ACEITAÇÃO OU NÃO DO FORNECIMENTO DECORRENTE DO REMANEJAMENTO DOS ITENS.

9.6. NA HIPÓTESE DA COMPRA CENTRALIZADA, NÃO HAVENDO INDICAÇÃO PELO ÓRGÃO OU PELA ENTIDADE GERENCIADORA, DOS QUANTITATIVOS DOS PARTICIPANTES DA COMPRA CENTRALIZADA, NOS TERMOS DO ITEM 9.3, A DISTRIBUIÇÃO DAS QUANTIDADES PARA A EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA SERÁ POR MEIO DO REMANEJAMENTO.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR DA ARP E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O REGISTRO DO FORNECEDOR PODERÁ SER CANCELADO PELO ÓRGÃO OU PELA ENTIDADE GERENCIADORA, QUANDO O FORNECEDOR:

10.1.1. DESCUMPRIR AS CONDIÇÕES DA ARP SEM MOTIVO JUSTIFICADO;

10.1.2. NÃO RETIRAR A NOTA DE EMPENHO, OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE, NO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEM JUSTIFICATIVA RAZOÁVEL;

10.1.3. NÃO ACEITAR MANTER SEU PREÇO REGISTRADO, NA HIPÓTESE PREVISTA NO § 2º DO ART. 24 DO DECRETO Nº 48.779, DE 23/02/2024; OU

10.1.4. SOFRER SANÇÃO PREVISTA NOS INCISOS III OU IV DO CAPUT DO ART. 156 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

10.1.4.1. NA HIPÓTESE DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO PREVISTA NOS INCISOS III OU IV DO CAPUT DO ART. 156 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, CASO A PENALIDADE APLICADA AO FORNECEDOR NÃO ULTRAPASSE O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA PODERÁ, MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA, DECIDIR PELA MANUTENÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS, VEDADAS NOVAS CONTRATAÇÕES DERIVADAS DA ATA ENQUANTO PERDURAREM OS EFEITOS DA SANÇÃO.

10.1.5. O CANCELAMENTO DO REGISTRO NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ITEM 10.1 SERÁ FORMALIZADO POR DESPACHO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE GERENCIADORA, GARANTIDOS OS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

8
Worneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

187



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.861-5

10.1.6. NA HIPÓTESE DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR, O ÓRGÃO OU A ENTIDADE GERENCIADORA PODERÁ CONVOCAR OS LICITANTES QUE COMPÕEM O CADASTRO DE RESERVA, OBSERVADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

10.2. O CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS PODERÁ SER REALIZADO PELO ÓRGÃO OU PELA ENTIDADE GERENCIADORA, EM DETERMINADA ARP, TOTAL OU PARCIALMENTE, NAS SEGUINTE HIPÓTESES, DESDE QUE DEVIDAMENTE COMPROVADAS E JUSTIFICADAS:

10.2.1. POR RAZÃO DE INTERESSE PÚBLICO;

10.2.2. A PEDIDO DO FORNECEDOR, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; OU

10.2.3. SE NÃO HOUVER ÊXITO NAS NEGOCIAÇÕES, NAS HIPÓTESES EM QUE O PREÇO DE MERCADO SE TORNAR SUPERIOR OU INFERIOR AO PREÇO REGISTRADO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 26, § 3º E 27, § 4º, AMBOS DO DECRETO Nº 11.462, DE 2023.

11. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

11.1. A PRESENTE ATA IMPLICA EM COMPROMISSO DE FORNECIMENTO, APÓS CUMPRIR OS REQUISITOS DE PUBLICIDADE, FICANDO O FORNECEDOR OBRIGADO A ATENDER A TODOS OS PEDIDOS EFETUADOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR, E PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL, DURANTE SUA VIGÊNCIA, DENTRO DOS QUANTITATIVOS FIXADOS, CONFORME TABELA(S) CONSTANTE(S) DA CLÁUSULA SEGUNDA.

11.1.1. A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS NÃO OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELES PODERÃO ADVIR, FACULTANDO-SE A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO ESPECÍFICA PARA A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA, SENDO ASSEGURADA PREFERÊNCIA AO FORNECEDOR REGISTRADO EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.

11.2. O COMPROMISSO DE ENTREGA E EXECUÇÃO ESTARÁ CARACTERIZADO MEDIANTE A ASSINATURA DE CONTRATO ENTRE O FORNECEDOR E A CONTRATANTE, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2023, EM CONFORMIDADE À MINUTA ANEXADA AO EDITAL.

11.2.1. OS CONTRATOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÃO SER ASSINADOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE A QUE SE REFERE O ITEM 6.1 DESTA ATA, CONFORME DISPOSTO NO ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO Nº 11.462/2023.

11.2.2. A ENTREGA DO(S) ITEM(NS) DEVERÁ SER EFETUADA NO PRAZO ESTABELECIDO NO CRONOGRAMA DE ENTREGA CONSTANTE DO EDITAL, O QUAL SERÁ CONTADO APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO E COM TERMO INICIAL A PARTIR DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS ENDEREÇOS DE ENTREGA PELA CONTRATANTE À CONTRATADA.

11.2.3. DEMAIS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, NA CONDIÇÃO DE CONTRATADO, E DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES QUE SE UTILIZAREM DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE, CONSTARÃO DO RESPECTIVO CONTRATO, EM CONFORMIDADE À MINUTA ANEXA AO EDITAL.

11.3. O FORNECEDOR FICA PROIBIDO DE FIRMAR CONTRATOS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEM O CONHECIMENTO E PRÉVIA AUTORIZAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DO ÓRGÃO GERENCIADOR.

12. DO CONTROLE DE QUALIDADE


Dorneval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

188



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Amorim
Mat: 14.891-5

12.1. OS PRODUTOS REGISTRADOS NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÃO SUJEITOS AO CONTROLE DE QUALIDADE REALIZADO PELO FNDE, PELOS CONTRATANTES OU POR INSTITUIÇÃO INDICADA POR ELES, NA FORMA DISPOSTA NOS CADERNOS DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - CIT E NOS DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

12.1.1. O CONTROLE DE QUALIDADE PODERÁ OCORRER DURANTE AS ETAPAS DE PRODUÇÃO E A QUALQUER TEMPO, DURANTE A VIGÊNCIA DESTA ATA E/OU DOS CONTRATOS FIRMADOS COM O FNDE E/OU COM OS CONTRATANTES.

12.2. O CUMPRIMENTO DAS REGRAS ESTABELECIDAS PELO FNDE EM RELAÇÃO AO CONTROLE DE QUALIDADE DOS PRODUTOS REGISTRADOS NESTA ATA CONSTITUI OBJETO DO TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE FIRMADO PELO FORNECEDOR NA OCASIÃO DA ASSINATURA DESTA ATA (ENCARTE B DESTES DOCUMENTOS).

12.3. O DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS ESTABELECIDAS PELO FNDE EM RELAÇÃO AO CONTROLE DE QUALIDADE IMPLICA DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO O FORNECEDOR AO CANCELAMENTO DO SEU REGISTRO, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CABÍVEIS, OBSERVADO O DEVIDO PROCESSO LEGAL.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O DESCUMPRIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTROLE DE QUALIDADE ENSEJARÁ APLICAÇÃO DAS PENALIDADES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

13.1.1. AS SANÇÕES TAMBÉM SE APLICAM AOS INTEGRANTES DO CADASTRO DE RESERVA NO REGISTRO DE PREÇOS QUE, CONVOCADOS, NÃO HONRAREM O COMPROMISSO ASSUMIDO INJUSTIFICADAMENTE APÓS TEREM ASSINADO A ATA.

13.2. É DA COMPETÊNCIA DO GERENCIADOR A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO PACTUADO NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ART. 7º, INC. XIV, DO DECRETO Nº 11.462, DE 2023), EXCETO NAS HIPÓTESES EM QUE O DESCUMPRIMENTO DISSER RESPEITO ÀS CONTRATAÇÕES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADE PARTICIPANTE, CASO NO QUAL CABERÁ AO RESPECTIVO ÓRGÃO PARTICIPANTE A APLICAÇÃO DA PENALIDADE (ART. 8º, INC. IX, DO DECRETO Nº 11.462, DE 2023).

13.3. O ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE DEVERÁ COMUNICAR AO ÓRGÃO GERENCIADOR QUALQUER DAS OCORRÊNCIAS PREVISTAS NO ITEM 10.1, DADA A NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. AS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO, TAIS COMO OS PRAZOS PARA ENTREGA E RECEBIMENTO, AS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DO FORNECEDOR REGISTRADO, PENALIDADES E DEMAIS CONDIÇÕES DO AJUSTE, ENCONTRAM-SE DEFINIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO AO EDITAL.

14.2. O FORNECEDOR REGISTRADO DEVERÁ MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DELA DERIVADOS, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

8
Dermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

189



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat: 14.861-5

PARA FIRMEZA E VALIDADE DO PACTUADO, A PRESENTE ATA FOI LAVRADA EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR, QUE, DEPOIS DE LIDA E ACHADA EM ORDEM, VAI ASSINADA PELAS PARTES E ENCAMINHADA CÓPIA AOS DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SE HOUVER).

EXTREMA, 09 DE JUNHO DE 2025

EDMAR BRANDÃO LUCIANO
ORDENADOR DE DESPESAS

DECRETO Nº 4.812 DE 08 DE JANEIRO DE 2025

DEBORA ROCHA Assinado de forma digital
por DEBORA ROCHA
COSTA:0494587 COSTA:04945876606
6606 Dados: 2025.06.10
14:03:57 -03'00'

IVG BRASIL LTDA
CONTRATADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000248/2025
PROCESSO Nº 000135/2025

8
Dermival Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

190



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Diego Lima de Almeida Sousa
Mat. 14.861-5

Anexo Itens

Item	Lote	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
000001	00001	00099339 - ONIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 3) - TRANSMISSÃO MECÂNICA - ore 3 - ônibus distância entre eixos: 5950 mm, capacidade: 60 lugares, cor: amarela, potência: 130 cv, quantidade portas: única transmissão mecânica	IVECO/ON-HIGHWAY	UN	1,0000	497.152,4900	497.152,49

Dermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

[Home](#) > [Contratos](#)

Contrato nº 206/2025

Última atualização 09/09/2025

Local: Nova Tebas/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE NOVA TEBAS**Unidade executora:** 80620172000105 - Unidade administrativa**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 46 **Categoria do processo:** Compras**Data de divulgação no PNCP:** 09/09/2025 **Data de assinatura:** 04/09/2025 **Vigência:** de 04/09/2025 a 28/12/2025**Id contrato PNCP:** 80620172000105-2-000121/2025 **Fonte:** Elotech Gestão Pública Ltda**Id contratação PNCP:** [80620172000105-1-000210/2025](#)**Objeto:**

Adesão à ata de registro de preços nº 08/2023 na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2023/FNDE/MEC, para aquisição de veículo escolar diário de estudante, denominado ONIBUS ESCOLAR RURAL (ORE 3).

VALOR CONTRATADO

R\$ 497152,49

FORNECEDOR:**Tipo:** Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 36.519.422/0001-15 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)**Nome/Razão social:** IVG BRASIL LTDA

Histórico

Evento	Data/Hora do Evento
Inclusão - Contrato	09/09/2025 - 13:22:04

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

[← Voltar](#)

Dermeval Silva Fonseca
Gerente de Transporte
Mat. 24693-8

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat: 14.861-5

192

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat. 14.861-5

✓
Dermival Silva Filho
Gerente de Transportes
Mat. 24693-8

193

Diego Lima de Andrade
Mat. 14.861-5

A Empresa **IVG BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ Nº 36.519.422/0001-15, por intermédio de seu representante legal, Sra. Débora Rocha Costa, portador da Cédula de Identidade nº MG-10.415.471 SSP/MG e do CPF nº. 049.458.766-06, abaixo assinado, sob as penas da lei DECLARA: • Que não possui em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, assim como menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

IVG BRASIL LTDA -
Débora Rocha Costa.
Diretora
049.458.766-06

DEBORA ROCHA
COSTA:04945876
606

Assinado de forma digital por
DEBORA ROCHA
COSTA:04945876606
Dados: 2025.09.12 14:05:50
-03'00'

Sete Lagoas – MG, de setembro de 2025.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat: 14.861-5

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.519.422/0001-15 DUNS®: 928339807
Razão Social: IVG BRASIL LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 25/08/2026
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Demais**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	21/10/2025	Automática
FGTS	Validade:	18/09/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/02/2026	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	02/10/2025
Receita Municipal	Validade:	14/02/2026

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026

195



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO
Central Estratégica de Compras Públicas
Coordenação de Material e Patrimônio

TERMO DE RATIFICAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED
Processo Administrativo nº 81.121/2025

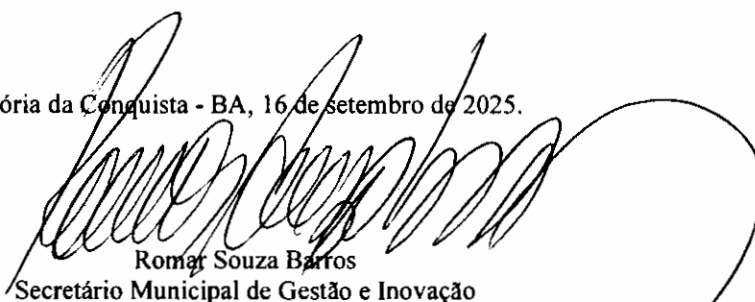
Diego Lima de Almeida Sousa
Mat: 144861-5

O presente processo de **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2023 – FNDE/MEC oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO por Registro de Preço nº 006/2023 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE/MEC**, referente ao Registro de Preço para contratação de empresa objetivando aquisição de ônibus rural escolar. Ata com vigência de 12 (doze) meses, conforme Pregão Eletrônico por Registro de Preço nº 006/2023 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE/MEC a fim de que seja ratificado. Informamos ainda que os estágios exigidos pela legislação vigente do processo licitatório em comento, foram aferidos pelo **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE/MEC**. O Município de Vitória da Conquista por meio do presente **PROCESSO DE ADESÃO**, tornar público a prestação de serviços dos itens a seguir relacionado da empresa, **IVG BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **08.368.875/0001-52** com os respectivos valores de contrato(s). Ademais, a contratação em comento far-se-á nos termos dos Decretos Municipais nº 22.204/2022 c/c 22.476/2023 conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21 e devendo a Unidade Requisitante observar o disposto do referido decreto bem como no Parecer Jurídico nº 184/2025 – PGM, emitido pela Procuradoria Geral do Município em 10 de setembro de 2025, assinada pelo operador do direito, Sr. Marilúcia Pedrosa Gama Fonseca (OAB/BA 40.804/BA).

EMPRESA CONTRATADA	IVG BRASIL LTDA CNPJ nº 36.519.422/0001-15
---------------------------	---

Lote	Item nº	Descrição do Conjunto Educativo	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	03	ONIBUS RURAL ESCOLAR ORE 3 - MECÂNICO	01	R\$ 497.152,49	R\$ 497.152,49
VALOR TOTAL DA ADESÃO				R\$ 497.152,49 (quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos)	

Vitória da Conquista - BA, 16 de setembro de 2025.


Romar Souza Barros
Secretário Municipal de Gestão e Inovação

Adesão de Ata de registro de Preço
Secretaria Municipal de Gestão e Inovação
Coordenação de Compras e Patrimônio,
Praça Joaquim Correia, 55 – Centro
Vitória da Conquista – BA CEP 45000-907



EXEMPLO PARA A BAHIA

96



REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2025-SEMG

Processo nº 05005/2025

Pregão Eletrônico nº: 031/2025.
Empresa: DEPAU COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONSTRUÇÃO
LTDA CNPJ: 07.188.943/0001-39

Objeto: A presente ata tem por objeto o Registro de Preços na Contratação de empresa especializada para o fornecimento de **Areia fina, Areia grossa, Areia média, Pedra Britada e Pó de Pedra**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas e condições constantes no Termo de Referência, no Edital da licitação e na Ata de Registro de Preços, valor **R\$ 940.297,74** a qual encontra-se disponível no site Web da PMVC - [Portal de Compras \(https://licitacoes.pmvc.ba.gov.br\)](https://licitacoes.pmvc.ba.gov.br).

Vigência: 22/09/2025 a 22/09/2026.

Signatários: Pelo Município de Vitória da Conquista o Sr. Romar Souza Barros, Secretário Municipal de Gestão e Inovação e pela empresa a Sra. DENISE DE JESUS SILVA

EXTRATO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2023 FNDE/MEC PESRP 006/2023 FNDE/MEC

Processo nº 81.121/2025

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 008/2023/FNDE/MEC oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2023 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE/MEC, contratação de empresa objetivando aquisição de ônibus rural escolar.

CONTRATADA: **IVG BRASIL LTDA**, CNPJ Nº **36.519.422/0001-15**. VALOR TOTAL: **R\$ 497.152,49** (quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decretos Municipais nº 22.204/2022 c/c 22.476/2023 conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21. RATIFICAÇÃO EM: 16 de setembro de 2025.

AUTORIDADE COMPETENTE
Romar Souza Barros
Secretário Municipal de Gestão e Inovação.

DISPENSA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO COMPRA DIRETA EDITAL Nº 052/2025 - PROCESSO Nº 81.367/2025

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação de pessoa jurídica para locação de 1 (um) veículo do grupo SUV, destinados a atender as demandas do Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Bahia.

CONTRATADA: **MJ NUNES TRANSPORTADORA LTDA** - CNPJ: 10.551.120/0001-30. VALOR TOTAL: **R\$ 46.200,00** (quarenta e seis mil e duzentos reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 75, II da Lei

Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 22.833 de 20 de setembro de 2023. RATIFICAÇÃO EM: 22 de setembro de 2025.

AUTORIDADE COMPETENTE
Romar Souza Barros
Secretário Municipal de Gestão e Inovação.

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 076/2025

Processo nº 114.727/2025

OBJETO: Execução da obra de recuperação do canal de drenagem com recomposição do pavimento asfáltico no trecho de interferência da drenagem da Avenida Brumado, no município de Vitória da Conquista – Bahia, nos termos e condições constantes nos autos e no Termo de Referência. CONTRATADA: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - EMURC, inscrita no CNPJ: 14.619.761/0001-30. VALOR DA CONTRATAÇÃO: **R\$ 9.456.531,12** (nove milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil quinhentos e trinta e um reais e doze centavos). Fonte de Recursos nº 754, FINISA-Contrato nº 0622649-02. A vigência contratual será de 15 (quinze) meses, estando sujeito a ajustes e alterações conforme as condições contratuais e legais aplicáveis. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso IX c/c art. 72 da Lei 14.133/2021. RATIFICAÇÃO EM: 18 de setembro de 2025.

AUTORIDADE COMPETENTE
Romar Souza Barros
Secretário Municipal de Gestão e Inovação.

CREDENCIAMENTO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 010/2025

Processo Administrativo nº 66851/2025

O Município de Vitória da Conquista - BA, realizará entre os dias 26 de setembro de 2025 a 26 de setembro de 2027, das 08:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h, na Central Estratégica de Compras Públicas da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, situada à Rua João Pessoa, nº 253, Centro, Vitória da Conquista – BA, Chamamento Público para Credenciamento de empresa(s) prestadora(s) de serviços de Saúde, Especializada(s) na Prestação de Serviços de Saúde de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, destinado à seguinte área: a) exames e diagnósticos laboratoriais, com a finalidade de formar o banco de prestadores interessados em futuras contratações com o Município de Vitória da Conquista. O Edital completo encontra-se disponível no site: www.pmvc.ba.gov.br, no link "Processos Licitatórios". Informações: Central Estratégica de Compras Públicas – Cintia Araújo, telefone: (77)3229-3326.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 040/2025

O Sr. Romar Souza Barros, Secretário Municipal de Gestão e Inovação, Autoridade Competente, RESOLVE ADJUDICAR E HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico SRP nº 040/2025, Processo Administrativo nº 11.025/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais odontológicos instrumentais. HOMOLOGAÇÃO EM: 22 de setembro de 2025. FORNECEDORES VENCEDORES: DENTAL VCA LTDA, CNPJ nº 45.647.350/0001-82, vencedor dos lotes nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28,



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Governo do Estado da BAHIA



SITUAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo	Processo Nº 082121/2025
Responsável	DIEGO LIMA DE ANDRADE SOUSA
Data	22/09/2025

Diego Lima de Andrade Sousa
Mat. 14.887.5

TERMO DE CONCLUSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Nesta data declaro **CONCLUÍDO** procedimento licitatório, processo nº 082121/2025 na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 000006/2023, aguardando tão somente a consequente prestação de contas.

Vitória da Conquista - Ba, 22 de setembro de 2025.

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008/2023, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023, PARA AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RUARAL ESCOLAR DO TIPO ORE 3 - MECÂNICO.

EMPRESAS VENCEDORAS E VALORES ARREMATADOS: IVG BRASIL LTDA no lote 1 no valor total de R\$ 497.152,49 (quatrocentos e noventa e sete mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos)

VALOR TOTAL: R\$ 497.152,49 (quatrocentos e noventa e sete mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos)

Diego Lima de Andrade Sousa

Membro de Equipe de Apoio

198



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
ESTADO DO BAHIA



VENCEDORES DE PREÇOS POR LOTE

Pregão Eletrônico Nº 000006/2023 - 05/08/2025 - Processo Nº 082121/2025

Vencedor	IVG BRASIL LTDA
CNPJ	36.519.422/0001-15
Endereço	RODOVIA MG 238, S/N - DISTRITO INDUSTRIAL - SETE LAGOAS - MG - CEP: 45000000
Contato	3140420713

00001 LOTE 01

Item	Lote	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00021541	ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 3		UND	1,00	497.152,490	497.152,49

Total do Lote: 497.152,49

Total do Fornecedor: 497.152,49

Total Geral: 497.152,49

194